

UFRRJ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

DISSERTAÇÃO

**Política e Imprensa: Reflexões Sobre o Sistema Político-Partidário na
República de 1946 Sobre o Olhar de San Tiago Dantas**

Silvana Telles da Silva

2015



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS

**POLÍTICA E IMPRENSA: REFLEXÕES SOBRE O SISTEMA
POLÍTICO- PARTIDÁRIO NA REPÚBLICA DE 1946 SOB O
OLHAR DE SAN TIAGO DANTAS**

SILVANA TELLES DA SILVA

Sob a orientação do Professor Doutor

Vladimir Lombardo Jorge

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Seropédica, RJ

Agosto de 2015

981.062

S586p

Silva, Silvana Telles da, 1988-

T

Política e imprensa: reflexões sobre o sistema político-partidário na república de 1946 sob o olhar de San Tiago Dantas / Silvana Telles da Silva - 2015.

100 f.: il.

Orientador: Vladimyr Lombardo Jorge.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

Bibliografia: f. 85-88.

1. Dantas, San Tiago, 1911-1964 - Teses. 2. Brasil - Política e governo - 1945-1964 - Teses. 3. Governo e imprensa - Brasil - História - Teses. 4. Partidos políticos - Teses. 5. Ciências sociais - Teses. I. Jorge, Vladimyr Lombardo, 1965-. II. Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Curso de Pós-Graduação em Ciências Sociais. III. Título.

**UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

SILVANA TELLES DA SILVA

Dissertação submetida como requisito parcial para obtenção do grau de **Mestre em Ciências Sociais**, no Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

DISSERTAÇÃO APROVADA EM 31/08/2015

Vladimir Lombardo Jorge. (Dr.) UFRRJ
(Orientador)

Marco Antonio Perruso. (Dr.) UFRRJ

Cristina Buarque de Hollanda. (Dr^a.) UERJ

AGRADECIMENTOS

O mestrado foi um longo processo de aprendizado, onde muitas pessoas foram essenciais para sua realização. Gostaria de abraçar cada pessoa que me ajudou neste longo processo, mas aviso desde já que seria uma longa fila.

Isto posto, gostaria de agradecer muito a minha família, principalmente a Magaly e Wilson, meus pais. Ser a primeira pessoa de uma família inteira a se formar numa universidade pública, sobretudo numa pós-graduação é muita responsabilidade. Um caminho que se abre pra futuras gerações da família e agradeço pela paciência nesses dois anos e meio.

Ao meu orientador Vladimir Lombardo pelo acompanhamento do trabalho e apontamentos valiosos ao longo dessa jornada. À professora Cristina Buarque de Hollanda, não somente por fazer parte da banca de avaliadora por acompanhar minha vida acadêmica até o presente momento e ao professor Marco Antonio Perruso as sugestões, as conversas sobre o tema e os apontamentos. Mais que professores, vocês foram muito importantes para meu crescimento acadêmico.

Aos meus muitos e pacientes amigos agradeço pelos momentos de apoio quando achava que tudo estava fadado ao total fracasso. Nessa extensa lista por ordem de círculos sociais, eu agradeço aos meus amados amigos do grupo de pesquisa/graduação/vida: Joyce, Ana Carol, Ana Paula, Aparecido, Fernanda, Tiago, Caroline, Arnaldo, Naiara, Natália e Rafael agradeço pelo apoio e ajuda incondicional, sobretudo no final do processo de escrita desta dissertação.

Aos meus caríssimos amigos da turma de mestrado Alexandre, Mercedes, Felipe, Fernanda, Denis, Fabio, Rafael, Lívia, Maria e Michel Carvalho agradeço pelos muitos momentos de descontração que fizeram do processo um pouco menos sofrido. Um agradecimento mais que especial a Michel Carvalho que conheço desde a graduação e que durante o processo foi quase um irmão, entre o desespero de terminar a dissertação e o alívio de defender.

Aos meus demais amigos de graduação e da vida: Guilherme Fians, Karin Helayel, Luciano Monteiro, Rodolfo Darreix, Gustavo Cravo, Leandra e aos que eu possa ter esquecido de mencionar aqui, também agradeço muito pelos muitos momentos de apoio e de troca de experiência.

RESUMO

SILVA, Silvana T. **Política e imprensa: reflexões sobre o sistema político-partidário na república de 1946 sob o olhar de San Tiago Dantas.** 2015, 100 p Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

A curta experiência democrática do período conhecido como República de 1946 (1945-1964) é uma importante referência no conjunto da história política brasileira. Dentre algumas de suas principais características, podemos destacar a promulgação da Constituição de 1946, reformas importantes na legislação eleitoral acerca da questão da participação política, a formação de uma ampla agenda político-partidária, entre outros fatores que reforçam a importância da complexidade conjuntural do período. Neste sentido, relacionado ao cenário de fragilidade na instituição política, a presente dissertação pretende analisar e compreender a conjuntura política brasileira do breve período democrático. Esta análise será feita a partir da interpretação de Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) na coluna “Várias notícias” publicadas no “Jornal do Commercio” entre os anos de 1957 a 1959.

Palavras chaves: Partidos Políticos, Republica de 46, San Tiago Dantas.

ABSTRACT

SILVA, Silvana T. **Political and media: reflections on the party political system in the Republic, 1946 under the gaze of San Tiago Dantas.** 2015, 100 p. Dissertation (Master Science in Social Sciences). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica, RJ. 2015.

The short democratic experience of the period known as *1946 Republic* (1945-1964) is an important reference in the Brazilian political history as a whole. Among some of its main features, we can highlight the promulgation of the 1946 Constitution, important reforms in the electoral legislation on the issue of political participation, the formation of a broad party-political agenda and other factors that reinforce the importance of the conjectural complexity of the period. In this sense, related to the fragility of the political institution scenario, this Master thesis aims to analyze and understand the Brazilian political situation of this the brief democratic period. This analysis will be based on the interpretation of Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) in the column “Várias Notícias”, published in the “Jornal do Commercio” between the years 1957-1959.

Keywords: Political Parties, 1946 Republic, San Tiago Dantas.

LISTA DE ABREVIATURAS

AIB- Ação Integralista Brasileira

AP- Ação Popular

CGT- Comando Geral dos Trabalhadores

CLT- Consolidação das Leis do Trabalho

CPC: Centro Popular de Cultura

CTB- Confederação dos Trabalhadores do Brasil

DEPOR- Departamento de Promoção e Organização Rural

ESG- Escola Superior de Guerra

FMP- Frente de Mobilização Popular

FPN- Frente Parlamentar Nacionalista

IBESP- Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política

ISEB- Instituto Superior de Estudos Brasileiros

JAC- Juventude Agrária Católica

JEC- Juventude Estudantil Católica

JIC- Juventude Independente Católica

JOC- Juventude Operária Católica

JUC- Juventude Universitária Católica

MEB- Movimento de Educação de Base

MUT- Movimento Unificado dos Trabalhadores

OEA- Organização dos Estados Americanos

OPA- Operação Pan-Americana

PCB- Partido Comunista Brasileiro

PEI- Política Externa Independente

PSD- Partido Social Democrático

PSP- Partido Social Progressista

PTB- Partido Trabalhista Brasileiro

SAPPP- Sociedade Agrícola dos Plantadores de Pernambuco

SUPRA- Superintendência da Reforma Agrária

UDN- União Democrática Nacional

UNE- União Nacional dos Estudantes

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	1
CAPITULO I: REPÚBLICA DE 1946: UMA BREVE EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA	4
1.1 Sistema eleitoral e seus mecanismos.	7
1.2 Partidos políticos e frentes parlamentares.....	10
1.3 Nacional-desenvolvimentismo e a política externa	15
1.4 Movimentos sociais e os atores políticos.....	18
1.4.1 Militares.....	18
1.4.2 Sindicatos e ligas camponesas.....	20
1.4.3 Movimento estudantil.....	24
1.4.4 Engajamento político-artístico	26
1.5 Crises no sistema político e o golpe de 1964.....	29
CAPITULO II: SAN TIAGO DANTAS E A IMPRENSA POLÍTICA	34
2.1 A imprensa no Brasil na história política do Brasil: marcas de uma relação tensa.	35
2.2- Trajetória política e o legado de San Tiago Dantas.....	39
2.2.1 O mestre que advogava.	41
2.2.2 Filiação no PTB.....	42
2.2.3. O ministro da conciliação.....	44
2.2.4 A Frente Progressista de Dantas	46
2.2.5 O Testamento político	47
2.2.6 O legado de um intelectual.....	50
2.2.7 San Tiago e a imprensa	51
CAPITULO III: AS “VÁRIAS NOTÍCIAS” DE SAN TIAGO DANTAS	53
3.1 Impressões gerais sobre conturbados anos J.K.....	54
3.2 Funcionalidade e características do sistema político partidário.....	57
3.2.1 União Democrática Nacional: o “algoz” da democracia.....	58
3.2.2 Partido Social Democrático: o centro conservador-clientelista	61
3.2.3 Partido Trabalhista Brasileiro: crise e evolução na cena política-partidária..	63
3.3 Os efeitos da pacificação política e as divagações sobre a possível reforma constitucional	65
3.4 Nacional-desenvolvimentismo: reflexões acerca da questão econômica e ideológica.....	71

3.5 Eleições de 1958: cobertura, resultados e balanço.....	76
3.6 Balanço geral da “ <i>Várias</i> ”.....	78
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	82
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	85
FONTES CONSULTADAS	89
ANEXOS	90
Anexo 1: Tabela 1 com dados gerais com a relação de dados da população e votantes nas eleições de 1958.	91
Anexo 2: Tabela com relação aos candidatos eleitos aos cargos de Governador e Vice-Governador nas eleições de 1958.....	92
Anexo 3: Tabela 1 com relação a representação partidária e relação de candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958.....	93
Anexo 4: Tabela 3 com a relação de candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.	94
Anexo 5: Tabela IV com a relação de candidatos suplentes ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.....	95
Anexo 6: Tabela I com a representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.....	96
Anexo 7: Tabela II com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.....	97
Anexo 8: Tabela III com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.....	98
Anexo 9: Quadro comparativo da representação partidária nas eleições de 1954 e 1958, referentes à Câmara Federal.....	99
Anexo 10: Tabela com a representação partidária na Assembleia Legislativa nas eleições de 1958, com retificações.....	100

INTRODUÇÃO

Marcada pelo histórico de controvérsias, delimitado por crises e poucos momentos de estabilidade plena, a República Brasileira, em seus quase 126 anos desde sua gênese, passaria por intensas transformações e experimentações. Apresentando ao longo dos anos de sua história diferentes formas de organização, o sistema político-partidário brasileiro também colecionaria pequenas e grandes peculiaridades em relação ao seu funcionamento.

Dos incertos anos da Primeira República (1889-1930) até a atual conjuntura política democrática em vigor desde 1985, nosso sistema político quase sempre em xeque, em todas as suas épocas, também se distingue pelas formas de resistência e a capacidade de imprimir na história brasileira seu devido legado. Seja feito por agremiações partidárias ou atores políticos em diversas épocas, a democracia brasileira enquanto não vivia o dissabor do hiato marcado por ditaduras, sejam elas civis ou militares, passaria por breves períodos de legalidade.

A liberdade expressa através da representação política seja por meio de cargos políticos, seja pelo direito ao voto ou da militância política em sindicatos e outros movimentos, também imprimem ao longo da história política brasileira sua força diante de possíveis adversidades características de um sistema político hostil. Desta forma, o período entre os anos de 1945 a 1964, conhecido por alguns como “República de 1946” ou “tempos de experiência democrática”, teve uma grande importância no que diz respeito ao engajamento de atores, que ultrapassam os limites da esfera política formal.

Produto de reivindicações da desgastada máquina política do Estado Novo (1937-1945), este também se tornara referência, principalmente, pela efetividade do sistema democrático, mesmo que em meio a um cenário de grande instabilidade política. Importante também na reformulação do arranjo do sistema político partidário, a alcunha de “experiência” lhe é constantemente atribuída por seu caráter inovador, sobretudo, com relação à sua legislação eleitoral.

Exemplo disso, a Constituição de 1946 seria responsável por uma das maiores reformas no arranjo político brasileiro, no que diz respeito ao direito à liberdade de exercer os direitos políticos. Relacionada à questão da representação no cenário democrático de 1946, partidos e atores políticos de diversas origens se misturavam, fossem pró ou contra a legalidade democrática.

Por conseguinte, em referência a atuações deste interessante cenário, analiso nesta dissertação os escritos de um ator político que atuaria entre duas épocas na história republicana brasileira. Francisco Clementino de San Tiago Dantas (1911-1964) em sua trajetória política breve, porém importante para história política brasileira durante o período democrático, se destacaria pela sua versatilidade, eloquência, retórica e por fim apreço à legalidade democrática. Marcado por intensas transformações ao longo de sua trajetória política, o intelectual que ocuparia cargos de grande importância na esfera política brasileira, neste período, teve uma atuação valiosíssima no Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

No ano de 1955 San Tiago Dantas filiou-se ao partido, onde exerceu o cargo de deputado pela primeira vez em 1958 e foi reeleito em 1962. Além disso, San Tiago Dantas exerceu cargos de consultoria e chancelaria, como o de Ministro da Fazenda e Chefe do Ministério das Relações Exteriores, ambos no governo João Goulart. Estes fatos ajudariam a deixar um pouco de seu legado no exercício da política.

Contudo, em relação a uma de suas maiores paixões, a escrita e longas divagações, San Tiago Dantas também deixaria uma pequena e breve produção intelectual, ensaios, livros, conferências e a sua relação com veículos de imprensa. Chegando a escrever, na juventude, para pequenos jornais, principalmente no tempo que esteve na militância integralista, durante o período que marca a experiência democrática, ele se tornaria proprietário do *Jornal do Commercio*.

Dito isso, o principal objetivo desta dissertação é investigar o comentário político de San Tiago Dantas na coluna *Várias Notícias*, no período de 1957 a 1959, com atenção para sua abordagem sobre momentos de instabilidade provocados pelas principais personagens e partidos políticos da época: o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN). Para tal, dividi este trabalho em três capítulos.

No primeiro capítulo, destacarei de forma mais geral os principais pontos relacionados, principalmente, ao funcionamento e a estrutura geral da República de 1946. Além disso, no presente capítulo também abordarei a importância dos muitos atores políticos atuantes durante a experiência democrática, bem como sindicatos, movimento estudantil, militares, entre outros.

No segundo capítulo, a proposta de discussão se desdobrará em duas partes. A primeira relacionada à importância da imprensa, da sua fundação no Brasil a partir do século XIX até o golpe militar de 1964 e seu papel atuante como um ator político em potencial. Já na segunda parte, se desdobrará em uma pequena biografia pouco mais aprofundada de San Tiago Dantas, ressaltando sua importância tanto na história política brasileira quanto na sua pequena participação nos veículos de imprensa anteriores ao *Jornal do Commercio*.

No terceiro capítulo, por fim, tratarei mais diretamente da análise das “*Várias Notícias*” e a sua periodicidade quando ao dia a dia da agenda política e da crise que vivia a política brasileira do período entre 1945-1964. Analisando mais diretamente os artigos publicados no período entre os anos de 1957 a 1959, o presente capítulo irá destacar alguns dos impactos da crise política que envolveria quase todo o governo Juscelino Kubistchek (1956-1954) e sua relação a outras temáticas com o período democrático de 1946.

A busca de informações pertinentes ao período entre 1945-1964 foi direcionada aos perfis de alguns dos principais atores políticos e fatos históricos, que foram citados ao longo dos três capítulos. Para tal, foram utilizados alguns dos verbetes do Dicionário Histórico-Bibliográfico Brasileiro elaborado pelo CPDOC/FGV, a base de pesquisa do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) dos candidatos eleitos entre 1945-1990.

CAPITULO I

REPÚBLICA DE 1946: UMA BREVE EXPERIÊNCIA DEMOCRÁTICA

Forjado em meio a um sentimento de insatisfação e tensão na última década do século XIX, o sistema político republicano no Brasil se destaca, entre outras coisas, pela diversidade de complexas legislações eleitorais. Após a Proclamação da República, a promulgação da Constituição de 1891 introduziu muitas mudanças no tocante da organização e representação eleitoral, ainda que tenha mantido muitas restrições quanto à participação política.

Apesar da adoção de medidas como a implantação do regime presidencialista, federalismo e o bicameralismo, a Carta de 1891 em muitos aspectos, segundo Nicolau (2012), ainda carregava heranças do período monárquico. Uma dessas heranças foi às restrições ao direito ao voto.

A legislação eleitoral do primeiro período republicano (1889-1930) apesar de acabar com o voto censitário manteve na constituição a proibição do voto de analfabetos, menores de 21 anos e o voto feminino¹. Funcionando inicialmente por força do Decreto nº 200-A, o alistamento eleitoral podia ser feito por vontade do eleitor ou através do *ex-officio*².

Extinguído com a promulgação da Lei Rosa e Silva em 1904, o alistamento, segundo Nicolau (2012), passou a ser responsabilidade do eleitor junto a uma Comissão Distrital formada por membros dos respectivos municípios. Posteriormente regulado pela Lei nº 3.139, de 2 de agosto de 1916, e pelo Decreto Lei nº 14.658, de 1921, o alistamento eleitoral também contaria com a emissão de novos títulos eleitorais e com a obrigatoriedade do mesmo no ato de votação.

¹ Ver PORTO, Walter Costa, 2012: Proibições mantidas por intermédio da Lei Saraiva (Decreto n.º 3.029), promulgada em 9 de Janeiro de 1881, que entre outras medidas também instituiu voto direto e o fim do voto censitário.

² Ver SOUZA, Maria do Carmo C. Campello (1990). Pensado para agilizar a o registro de eleitores, feito por blocos em listas cedidas por empregadores e utilizadas por agências governamentais. Apesar de extinta muitas vezes, esta modalidade de alistamento foi usada no Código eleitoral de 1932, na regulamentação das eleições em 1945 e no Código eleitoral de 1965.

Já no processo de organização do arranjo do sistema político formulado por Campos Salles conhecido como Política dos Estados³, a Primeira República em especial, também ficou conhecida pela sua autonomia do poder político nos estados. Possuindo uma grande variedade de sistemas eleitorais e organizações dos pleitos no âmbito municipal/estadual, as Comissões de regulação a cargo dos estados eram um reflexo da falta de controle mais específico da Constituição de 1891.

Ocorrendo em todas as fases do processo eleitoral, segundo Nicolau (2012), as fraudes se desenvolviam principalmente na etapa final. Referente a isto, a partir de mecanismos como a Comissão de Verificação de Poderes⁴, as eleições tanto para cargos legislativos quanto para cargos executivos, estariam diretamente à mercê da famigerada degola⁵. Favorecendo as constantes fraudes decididas pelo *Bico da Pena*⁶ um dos papéis cruciais da Comissão, segundo Lessa (1999), consistia basicamente em eliminar o candidato do partido opositor ao dominante nos Estados, fazendo do diploma de alegação de legitimidade de candidatura e da decisão do pleito eleitoral algo meramente ilustrativo.

Neste sentido, outra dificuldade bastante recorrente do sistema eleitoral viciado neste período era a ausência de partidos nacionais. Com o poder de decisão da nação concentrado nos estados, a engenharia da Política dos Estados, ficaria principalmente sob o domínio do Partido Republicano Mineiro (PRM) e do Partido Republicano Paulista (PRP).

Dentre as muitas tentativas de criação de partidos políticos nacionais, o papel de legendas como o Partido Republicano Federalista (PRF), Partido Republicano Conservador (PRC), Partido Republicano Liberal (PRL), entre outros se destacam como frutos da insatisfação com a estrutura da Política dos Estados e por um grande clamor de reforma do sistema eleitoral, sobretudo a partir da década de 1920.

³ Entrando em vigor no quadriênio de Campos Salles (1898-1902), a Política dos Estados ou o pacto oligárquico organizou o sistema eleitoral da Primeira República, tornando também muito comum a oficialização de fraudes no processo eleitoral.

⁴ Processo que reconhecia o candidato previamente registrado no processo eleitoral, que consistia na diplomação dos candidatos servindo, durante a Primeira República como mecanismo para favorecer as facções dominantes nos estados.

⁵ Indicava a fase final do processo eleitoral na Primeira República, onde o candidato opositor era impedido de assumir o cargo político para o qual se candidatou.

⁶ Forma como era conhecida as fraudes durante a Primeira República que consistia na falsificação de atas de votação.

Atuando também como principal bandeira dos motivos que levaram posteriormente a Revolução de 1930, a ascensão de partidos ideológicos relacionados aos movimentos operários, ao tenentismo e aos liberais, já antecipava o que estava por vir na primeira Era Vargas (1930-1945). Neste período, com a origem do Partido Comunista Brasileiro (PCB), em 1922, e da Aliança Liberal, em 1919, destaca-se o prenúncio de um novo tempo que se consolidaria em meio a um sistema marcado por uma forte crise na instituição política oligárquica.

O inevitável processo de industrialização e urbanização, indicado como um dos principais motivos para o declínio do arranjo político vigente, conforme aponta Chacon (1985), seria um dos motivos para o declínio do modelo político instituído por Campos Salles. Não obstante, a ascensão de Getúlio Vargas com a Revolução de 1930, apesar de despertar as esperanças na formulação de um novo arranjo político, também seria um período muito ambíguo na historiografia republicana brasileira.

Buscando o sentimento de moralização do sistema representativo, duas medidas quase que imediatas foram tomadas: a promulgação do Código Eleitoral de 1932 e a Constituição de 1934. O Decreto n.º 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, de redação de Assis Brasil (1857-1938), tem uma grande importância dentro deste processo, principalmente na regularização da Justiça Eleitoral tanto no âmbito federal quanto no estadual. Instituiu medidas progressistas como o sufrágio feminino, o Código de 1932, também promoveria mudanças na fiscalização do processo eleitoral, ainda que este não fosse um impeditivo para o fim das fraudes eleitorais.

A partir da promulgação da Constituição de 1934, a legitimação da Justiça Eleitoral também teve um papel crucial para a instituição de três pontos: 1) o sistema eleitoral dividido entre a representação proporcional e majoritária; 2) sufrágio universal e 3) a instituição do voto secreto. Passando por uma reforma em 1935, a promulgação de um novo Código eleitoral reduzia de 21 para 18 anos a idade de votar e também abria a possibilidade de se ter candidaturas sem a necessidade de filiação a um partido político⁷.

Neste tocante, acompanhando da rotina da Primeira República algumas agremiações partidárias, conforme coloca Chacon (1985), ainda funcionariam sob o

⁷ A possibilidade de uma candidatura avulsa ocorria pela não obrigatoriedade do registro de candidatos ligados diretamente a partidos políticos ou grupos eleitorais.

efeito do arranjo político anterior. Representado pelas elites políticas do período pré-1930, como por exemplo, membros das oligarquias, militantes do movimento tenentista, comunistas e integralistas, o sistema político ficou bastante marcado pela influência ideológica. O forte antipartidarismo junto a outros fatores preocupantes, como a ascensão do fascismo, servira muito naquele contexto, conforme aponta Chacon (1985), para justificar as bases de formação do Estado Novo.

Deste modo, a partir do Decreto-lei n.º 37 e salvaguardado pela Lei de Segurança Nacional, Getúlio Vargas extinguiu os partidos políticos e conseqüentemente a Justiça eleitoral, sob a alegação da qual o sistema eleitoral em vigor não era nada adequado à realidade brasileira e que o número de partidos era perigoso ao período em questão⁸. Provocando a partir disso uma série de perseguição aos partidos e a pessoas por sua base política-ideológica, o período ditatorial em vigor até 1945 racharia aos poucos.

Apresentando o sinal de desgaste na estrutura do governo e com apoio das Forças Armadas, a renúncia de Getúlio Vargas abriria frente para o período democrático, conhecido na historiografia política brasileira como República de 1946 (1945-1964). Também marcado pela instabilidade e pelo conflito ideológico até o seu declínio, grandes personagens tanto no plano político, quanto no plano social lutariam ou pela manutenção da legitimidade do regime democrático ou pela sua total dissolução. Apesar de apresentar alguns retrocessos, o sistema político brasileiro no período entre 1945-1965, passou por grandes transformações na estrutura política e social.

1.1 Sistema eleitoral e seus mecanismos.

Após 15 anos de governo ditatorial, medidas importantes foram adotadas para a efetivação do processo de transição para o novo período democrático. Além do reestabelecimento da Justiça Eleitoral, também seria regulado as primeiras eleições para cargos dos Poderes Executivo e Legislativo.

Promulgado em regime de urgência o Decreto-lei n.º 7.856, popularmente conhecido como “Lei Agamenon”,⁹ exigia pela primeira vez na República brasileira o

⁸ Ver o Decreto-lei n.º 37, de 2 de dezembro de 1937 na íntegra em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-37-2-dezembro-1937-354175-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 8 de agosto de 2015.

⁹ Nome referente ao Ministro da Justiça do período, Agamenon Magalhães.

alistamento eleitoral obrigatório e a formação de partidos políticos no âmbito nacional. Tal medida, segundo Souza (1990), durante o período inicial do período da República de 1946 ocuparia um papel vital, sobretudo nas eleições fixadas para 2 de dezembro de 1945.

Dentre algumas determinações importantes estabelecidas para a abertura de partidos, além da necessidade de registro obrigatório no Tribunal Superior Eleitoral, a nova legislação também exigiu a requisição inicial de 10.000 assinaturas de eleitores com o limite de cinco estados da federação. Posteriormente, o Decreto-Lei n.º 8.063 de maio de 1946 aumentou para 50.000 o número mínimo de assinaturas, tornando dessa forma mais difícil a criação de um novo partido político.

Para além da condição das assinaturas como medidas para a legalização dos partidos políticos, atuando mais no tocante ideológico, o Código Eleitoral, segundo Lima Junior (1983), também regulamentou as condições de cancelamento do registro. Isto ocorreria se pelo menos uma dessas três condições fosse atendida:

- 1- Por decisão da agremiação partidária;
- 2- A agremiação partidária não ter ao menos um candidato representante no Congresso Nacional e/ou obter pelo menos cinquenta mil votos em eleições gerais;
- 3- Se o partido político tivesse em seu programa algo que fosse contrário ao princípio democrático ou aos direitos fundamentais do homem. (LIMA JUNIOR, 1983. p. 39)

Já no âmbito da representação eleitoral, o período democrático, além da Lei Agamenon, também contaria com um grande diferencial para os outros períodos da história política brasileira: a Constituição de 1946. Promulgada um pouco depois do Código Eleitoral de 1945, a nova Carta teve um peso bastante significativo tanto nos requisitos de formação dos quadros dos partidos políticos quanto na regulação do alistamento eleitoral.

Definindo um novo arranjo político, a Carta de 1946, segundo Nicolau (2012), teria um papel importante na definição do sistema eleitoral. Apresentando antigas e novas regras no processo de votação, a nova Constituição além de delimitar a função

específica da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, também foi muito importante na limitação do tempo de mandatos dos membros das duas Casas¹⁰.

Com a promulgação do novo Código Eleitoral, em 1950, finalmente o sistema eleitoral seria igualado para todos os cargos equivalentes a todas as esferas de organização federal: União, estados e municípios. Neste novo arranjo, a divisão entre os cargos, segundo Nicolau (2012), foi feita da seguinte maneira:

[...] a representação proporcional para a Câmara dos Deputados e as assembleias Legislativas e as câmaras municipais e a regra majoritária para a eleição de presidente, vice-presidente, governadores, vice-governadores, prefeitos e vice-prefeitos. (NICOLAU, 2012. p. 91)

As constituições estaduais também tiveram um papel fundamental no processamento e rotinização do sistema eleitoral. Devido à autonomia do estado com relação a regras e tempo de mandato do chefe do executivo, conforme aponta Nicolau (2012), o tamanho do mandato dos governadores variava nos estados entre quatro e cinco anos.

Quanto ao registro de candidatos, tanto a Lei Agamenon quanto a Constituição de 1946 possuíam mecanismos que regulavam as candidaturas. Neste sentido, para o indivíduo que quisesse vir a se candidatar para qualquer cargo, a legislação previa que os mesmos deveriam estar devidamente:

[...] registrados pelos partidos políticos ou por alianças de partidos; um candidato poderia concorrer por mais de um partido para cargos regidos pelo princípio majoritário, mas somente por um partido ou coligação partidária para os cargos regidos pelo princípio proporcional (artigos 39 e 42); (1-a) Um candidato poderia concorrer simultaneamente para presidente, senador e deputado federal num mesmo estado ou em mais de um estado. (SOUZA, 1990, p. 118-9)

Além destes dois mecanismos descritos por Souza (1990), outro dispositivo previsto pelo novo Código Eleitoral era o mecanismo das sobras. Utilizado nas eleições proporcionais, Souza (1990) explica que este era viabilizado pelos:

[...] lugares não preenchidos por esse critério seriam dados ao partido que obtivesse o maior número de votos na eleição; em vez de aos candidatos individualmente mais votados como previa a o código eleitoral de 1932. (SOUZA, 1990, p. 120)

¹⁰ Segundo Nicolau (2012), a regra delimitada acerca o tempo dos mandatos de quatro anos para os eleitos via sistema proporcional (deputados) e de oito para os eleitos via sistema majoritário (senadores).

Já referente ao direito ao voto, tanto a Lei Agamenon quanto a Constituição de 1946 tornariam obrigatório o alistamento para maiores de 18 anos e para ambos os sexos. Preservando as regras previstas regulamentadas pelo Código Eleitoral de 1932 e da Constituição de 1934, apesar do sistema eleitoral de 1946 ser mais acessível e inclusivo, ainda manteve restrito o exercício do voto aos alfabetizados. Neste sentido, a República de 1946 continuou a excluir os analfabetos do direito ao voto.

A partir da promulgação do Código Eleitoral de 1950 e posteriormente com a sua reforma em 1955, algumas medidas foram importantes para o combate às fraudes no processo eleitoral. Dentre essas medidas, segundo Nicolau (2012), podemos citar a maior atenção às listagens com os nomes dos eleitores, bem como a adoção de cédulas oficiais confeccionadas pela Justiça Eleitoral e entregues aos eleitores no local da votação¹¹.

1.2 Partidos políticos e frentes parlamentares

Marcados em especial pelo regionalismo na Primeira República e durante a primeira Era Vargas, os partidos políticos na experiência democrática de 1946 tiveram como principais desafios enfrentar as divergências ideológicas características do período pós-Segunda Guerra Mundial.

Com o peso ideológico colocado como um dos fatores para a sobrevivência de muitos partidos, a influencia da configuração política mundial adotada pela Guerra Fria limitaria, conforme expõe Lima Júnior (1983), a criação de partidos dificultando até mesmo a condição de registro deles. Um dos exemplos mais apontados pela historiografia política brasileira foi o processo de cassação do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em 1947, por força do artigo 114 do Código Eleitoral¹².

Formado originalmente em 1922, o PCB durante seu breve momento na legalidade teve uma atuação bem sucedida, principalmente no ano de 1945. Considerado um dos primeiros partidos a obter respaldo legal para participar de eleições

¹¹ Em processos de votação anteriores, o eleitor deveria carregar consigo a cédula de votação até a seção eleitoral. Neste trajeto, era muito comum, sobretudo, nos tempos da Primeira República (1889-1930) nas zonas Rurais a interpelação do eleitor de modo violento. Durante o período da República de 1946, o processo continuaria até a reforma eleitoral de 1955.

¹² Artigo do código eleitoral de 1946, que previa a cassação de partidos políticos em caso de ferimento do princípio democrático, tal como o ferimento dos direitos fundamentais dos homens, conforme adiantado na citação de Lima Júnior (1983), usado para diversos motivos, segundo Souza (1990), entre eles em relação ao caráter ideológico.

ainda no Estado Novo, segundo Chacon (1985) nas primeiras eleições, no período de 1946, conseguiria resultados bastante expressivos em cidades onde o movimento operário era bem fortalecido.

Após eleger um total de 15 deputados para a Assembleia Nacional Constituinte e obter 9,7 % dos votos para seu candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza, o PCB amargou mais um processo de cassação. Isso não impediu que o partido se mantivesse atuante na esfera política através, da luta sindical e operária e, por outro, pela sua associação, em alguns momentos, ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Já na outra ponta do sistema pluripartidário, outros partidos se destacaram, segundo a perspectiva de Delgado (2010), pelo seu papel regularizador do sistema partidário. Dentre algumas dessas agremiações, podemos destacar a atuação da União Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

Originada a partir de um dos primeiros movimentos anti-Estado Novo, conhecido como Movimento dos Mineiros¹³, a UDN, foi um dos primeiros partidos a se consolidar em 1945. Participaram de sua criação cinco categorias:

[...] a) As oligarquias destronadas com a Revolução de 30; b) Os antigos aliados de Getúlio, marginalizados depois de 30 ou em 37; c) Os que participaram do Estado Novo e se afastaram antes de 1945; d) Os grupos liberais com uma forte identificação regional; e) as esquerdas. (BENEVIDES, 1981: p. 29)

Apontado como principal partido de oposição da República de 1946, a UDN também tinha entre suas muitas características uma base elitista e que contava com um grande número de bacharéis em seus quadros. Além disso, a relação entre a UDN e a influência da herança liberal da Primeira República, conforme apontam Benevides (1981) e Picaluga (1980), são alguns dos pontos mais elementares para se enquadrar o partido. Podem-se considerar como alguns pontos característicos do partido: seu discurso anti-getulista, a preservação da moralidade e a atuação combativa ao comunismo e ao populismo.

¹³ Formalizado em 24 de outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros foi uma junção de atores políticos, considerado uma das primeiras reações contra o Estado Novo. Formado por membros das antigas oligarquias, revolucionários de 1930 e políticos cassados durante o período ditatorial, o manifesto também foi considerada a primeira base que configuraria a formação da União Democrática Nacional (UDN).

Registrando altos e baixos na rotina eleitoral da República de 1946, a UDN também participaria de tentativas de golpes e conspirações contra o sistema democrático. Conhecido principalmente pela sua ala golpista, além da queda definitiva do Estado Novo, o partido esteve presente em quatro processos críticos que ainda serão tratados ao final deste capítulo: a Crise política de 1954, Novembrada (1955), movimento contra a posse de João Goulart (1961) e por fim o Golpe civil-militar em 1964.

Outro partido nascido ainda no ano de 1945, o Partido Social Democrata (PSD) é considerado o principal organizador da rotina política de todo período da República de 1946. Criado por Getúlio Vargas junto com Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) o partido foi formado por quadros importantes oriundos da estrutura do Estado Novo, segmentos da classe média e principalmente por alguns representantes sobreviventes das oligarquias estaduais.

Aliando-se em quase todo o período democrático com o PTB, segundo Gomes (2007) e Delgado (2010), seria muito efetiva a atuação do PSD em eleições e nos arranjos e coligações tanto no âmbito legislativo quanto executivo. Neste sentido, em meio ao processo de fragmentação por dissidências de caráter ideológico-funcional, impasses com relação a votações de projetos e o declínio do partido nas urnas, a partir da década de 1960 se mostraria cada dia mais insustentável.

Desenvolvendo também uma relação bastante tensa com o Governo de João Goulart, a fragmentação do PSD a partir de seus quadros, segundo Hipólito (1985), teria a confirmação de sua “morte” interna, durante os últimos minutos do Governo João Goulart. Já na ponta mais à esquerda entre os partidos maiores da República de 1946, nascido da mesma base varguista, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também criado no ano de 1945, se consolidaria como um dos partidos que mais se estabeleceu com apoio dos trabalhadores.

Mesmo em meio a dificuldades iniciais acerca do cumprimento de regras impostas pelo sistema eleitoral a legenda, conforme aponta Delgado (2010), também tivera o papel crucial na difusão da importância do trabalhismo com sua base reformista. Dentre algumas das principais propostas apresentada pelo partido em seu programa lançado em 1945, podemos destacar a:

[...] - defesa do regime democrático e do voto universal; - defesa dos princípios contidos na consolidação das leis de trabalho; - amparo da legislação social aos trabalhadores rurais; - direito ao trabalho, a salário razoável e à jornada de oito horas; - maior autonomia para entidades sindicais; - aumento do nível de vida da população; - educação primária obrigatória e gratuita; - proteção ampla à maternidade e à infância; - planificação econômica do Estado; - melhor distribuição de riqueza; - participação equitativa dos trabalhadores nos lucros das empresas; - extinção dos latifúndios improdutivos, assegurando-se direitos da posse da terra a todos os que queiram trabalhá-la; - maior solidariedade entre os povos; - defesa do direito de greve pacífica e distinção entre greve legal e ilegal. (DELGADO, 2010: p. 142)

Já em referência à base do carisma varguista, em sua briga por posições e votos, segundo Gomes (2007), serviu de uma valorosa estratégia, sobretudo, após a crise política que culminaria no suicídio de Vargas em agosto de 1954. Após este período, passando por um período de reformas internas e da inclusão de novos quadros dentro do partido, a missão que parecia impossível de reinventar o trabalhismo, segundo Gomes (2007), se consolidaria de forma bastante efetiva.

A aliança política com o PSD serviria como um dos principais motivos para o crescimento do PTB e a consolidação de João Goulart como uma figura imponente no jogo político nacional. Além do êxito alcançado a partir do crescimento de seu eleitorado nas eleições de 1960, o papel do PTB enquanto um partido que se reinventou perante as dificuldades de estabilização no sistema político, segundo Gomes (2007), também se destacaria pelo seu reformismo e posteriormente no processo rumo à radicalização durante o Governo Jango que resultaria no colapso do período democrático.

Apresentando uma flexibilidade inicial mediante a formação de partidos por meio de um registro provisório, além dos três partidos citados, havia no período democrático de 1946 também partidos de menor expressão, que em ocasiões eleitorais se coligavam com outros partidos menores ou se fundiam em uma legenda. O fato de algumas legendas ainda se manterem bastante ligadas a um eleitorado mais específico fazia alguns partidos terem problemas com relação a sua sobrevivência na esfera política. Estes podiam se desfazer a qualquer momento seja pelo pouco eleitorado ou por apresentar alguma outra coisa passível de suspensão de seu registro pela Justiça Eleitoral.

Neste sentido, o caso do Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros se destaca no período democrático, sobretudo por conservar a questão do regionalismo

que vigorou durante a Primeira República e durante o Primeiro Governo Vargas. Resultado da fusão de outros três partidos – o Partido Sindicalista, o Republicano Progressista e o Partido Popular Sindical –, o PSP, segundo Chacon (1985), se destacaria entre os partidos de orientação progressista.

Já no funcionamento do sistema pluripartidário num plano mais geral, o poder de representação dos partidos políticos na República de 1946, na perspectiva de Delgado (2010) também seria considerado democrático por seu caráter de inclusão da sociedade civil nos interesses de cunho político. Mostrando sua importância a partir da polarização ideológica e em decorrência delas o despertar para uma nova possibilidade de arranjo político em curso.

Significando também mudanças de suma importância para agremiações partidárias surgidas em longo prazo, a possibilidade de um experimento de democracia ainda que limitada, se desenvolveriam novas possibilidades de tornar o jogo político ainda mais competitivo. Neste cenário, além do progresso de coligações e alianças, outro mecanismo importante na organização da agenda política, segundo Delgado (2010), foi à atuação das Frentes Parlamentares.

Integradas por diferentes membros de partidos políticos, as Frentes Parlamentares nascidas durante a metade do Governo Juscelino Kubistchek (1955-1960) também teve um papel crucial no processo de inclusão no debate democrático. Em meio ao cenário de polarização política-ideológica, as Frentes Parlamentares também sofreriam com os efeitos mais intensos da perseguição ideológica.

Neste ponto, especificamente, podemos destacar a importância de grupos ligados aos grupos de esquerda e os de direita, como a Frente de Mobilização Popular (FMP), Frente Parlamentar Nacionalista (FPN), entre outros. No caso específico da Frente Parlamentar Nacionalista, havia segundo Chacon (1985), a necessidade de um Termo de Compromisso, para efetivar a participação em suas atividades.

Atuando em conjunto com grupos políticos da sociedade civil, as frentes também mobilizariam a discussão de pautas relacionadas ao nacionalismo, como por exemplo, a campanha pelas Reformas de Base ao final governo João Goulart.

1.3 Nacional-desenvolvimentismo e a política externa

Considerada força motriz do período democrático de 1946 e ao mesmo tempo despontando como um projeto promissor no plano econômico, o nacional-desenvolvimentismo foi um dos componentes do acirramento das relações políticas. Também marcado pelo calor do conflito ideológico, o projeto também lançaria bases para avanços e retrocessos, sobretudo no fortalecimento no processo da industrialização e incentivo à política externa.

Desenvolvido ao longo da década de 1930, o nacionalismo como pauta política nasce no contexto de mudança conjuntural e social. Firmando-se como um dos alicerces importantes para a consolidação dos princípios da Revolução de 1930 durante o primeiro Governo de Getúlio Vargas (1930-1945), conforme Delgado (2007), ele teve um papel fundamental no controle do sistema político e no incentivo da industrialização.

Alcançando seu ápice mais precisamente na década de 1950, o nacionalismo em um caráter mais progressista e ideológico se desenvolveu, sobretudo sob a perspectiva de mudanças na realidade brasileira. Impulsionado por movimentos sociais, intelectuais e demais grupos de organização civil, o movimento nacionalista lutou mais efetivamente, segundo Delgado (2010), por reformas no campo social e pela ideia de emancipação a partir de medidas que efetivassem a questão nacionalista.

Se organizando a partir da Liga de Emancipação Nacional¹⁴ já durante o segundo Governo Vargas (1951-1954), Delgado (2007) destaca, dentre algumas iniciativas de cunho nacionalista, a criação da Petrobrás e a grande campanha em prol do monopólio estatal do petróleo. Legitimado pela publicação do manifesto da Frente Nacionalista Brasileira, Delgado *apud* Barros (2001), ainda enumera outras frentes importantes, como o incentivo industrial de base, fortalecimento de uma política externa independente, entre outros.

Além desses manifestos, alguns grupos de intelectuais também foram fundamentais para o desenvolvimento da análise do ideário nacionalista. Como exemplo mais atuante desses grupos, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), se

¹⁴ Ver BARROS, Francisco, 2001: Composta principalmente por militantes comunistas, a Liga surgiu em 1953 com o principal propósito de coordenar os movimentos anti-imperialistas surgidos no período e de fortalecer a autonomia brasileira. Foi fechada por Juscelino Kubistchek em 1955.

fortaleceria com mais profundidade, mais precisamente ao longo do Governo Juscelino Kubistchek.

Surgido em Itatiaia, em 1953, o grupo inicialmente com o nome de Instituto Brasileiro de Economia, Sociologia e Política (IBESP), ainda durante o primeiro Governo Vargas teve um papel crucial na difusão do nacional-desenvolvimentismo através da publicação da revista *Cadernos de Nosso Tempo*. Passando por cisões ocasionadas por crises políticas e divergências político-ideológico entre seus componentes, segundo Abreu (2007), o ISEB também atuaria como um dos grandes celeiros da produção intelectual da República de 1946.

Além disso, a consolidação de outros grupos destacados ainda na sessão anterior também teve um papel crucial na consolidação do nacional-desenvolvimentismo, durante o Governo Kubistchek. Exemplo disso é a criação da Frente Parlamentar Nacionalista (FNP). Substituta da Liga de Emancipação Nacional, a FNP durante seu funcionamento, entre 1956 e 1964, foi bastante efetiva na consolidação do diálogo entre parlamentares e movimentos sociais.

Obtendo seu maior destaque entre os anos de 1960-1964, segundo Delgado (2007), ainda integraria de modo bastante heterogêneo partidos políticos que em certa medida se enfrentavam em relação a coligações e alianças. Já referente ao incentivo do fortalecimento da tese nacional-desenvolvimentista a busca por apoio do capital internacional no Brasil, o nacionalismo mobilizaria tanto por parte da esquerda quanto da direita tentariam impor medidas que estimulasse o crescimento do país. Contudo, a dicotomia criada a partir da Guerra Fria, também acirraria bastante os ânimos entre os grupos nacionalistas de esquerda e os de direita.

Neste sentido, os chamados “entreguistas”¹⁵, segundo Vizentini (2010), se empenharam ao logo do período democrático de 1946 em iniciativas ligadas, principalmente ao projeto liberal-econômico e devidamente alinhados ao projeto estadunidense. Tomando decisões ferrenhas para o alinhamento com os EUA, durante os Governos Eurico Gaspar Dutra (1946-1950) e Café Filho (1954-1955), mas que uma simples aliança, algumas delas causariam uma grande mudança na rotina política.

¹⁵ Principal nomenclatura atribuída a grupos ligados ao bloco capitalista.

Com efeito, o rompimento das relações políticas com a URSS tornou-se exemplo simbólico de um projeto político-econômico voltado somente para os interesses do capital estrangeiro. Seguindo expressamente as orientações da formação da Escola Superior de Guerra (ESG)¹⁶, o movimento do Governo Dutra, neste campo, conforme aponta Vizentini (2010), não seria dos mais promissores.

Com o nacionalismo embasado inteiramente na defesa do sistema político em uma cruzada anticomunista, o fracasso do Governo Dutra, na perspectiva de Vizentini (2010), foi duplo, pois não alcançou as metas econômicas voltadas para o investimento público e o Brasil não conseguiu se aproximar de modo mais efetivo dos Estados Unidos. Da mesma forma, o Governo Café Filho também não conseguiria atingir as metas econômicas fixadas, utilizando a mesma estratégia do Governo Dutra.

Todavia, a retomada do nacionalismo e do desenvolvimentismo como projeto político durante os Governos de Juscelino Kubistchek e João Goulart (1962-1964), junto com a lógica do desenvolvimento da política externa brasileira, se evidenciaria de forma bastante promissora. Tomando uma guinada mais concreta durante o quinquênio de Kubistchek, além do desenvolvimento do processo de industrialização as relações com os EUA também se intensificaram, mas ainda não com tantos avanços.

A partir de iniciativas como a Operação Pan-Americana, segundo Vizentini (2010), o Brasil tentaria novamente investir na iniciativa da política externa, mas não conseguiria transgredir os limites do campo político doméstico. Em meio a impasses relacionados, sobretudo a questão do acirramento ideológico, o avanço deste ponto de modo efetivo só viria a partir da implantação da Política Externa Independente (PEI).

Surgida no curto período que marca o Governo Jânio Quadros, em 1961, e aprimorada ao longo do Governo João Goulart, a PEI muito além de uma ferramenta importante na política diplomática também significava uma guinada importante no fortalecimento do nacionalismo. Despertando o temor dos núcleos mais conservadores, a mesma também desencadearia diversas crises no sistema político do período.

¹⁶ Ver MARTINS FILHO, João Roberto, 2010: criada para suprir a necessidade de formação dos militares no período pós-guerra em 1942, a Escola Superior de Guerra, significou um divisor de águas nos rumos que o sistema político-partidário tomara na República de 1946.

Desta forma, a adoção de medidas como o reatamento das relações diplomáticas com a URSS e a defesa pela não intervenção em Cuba¹⁷, segundo Vizentini (2010), ao mesmo tempo em que colocou a PEI finalmente em ação, ajudaria a aumentar as conspirações e crises dentro do Governo de Jango. Tendo sua atuação limitada por pressões decorrentes do fechamento do cerco ao socialismo, a mesma não sobreviveria muito tempo.

Fatores decisivos como a radicalização política do Governo Jango e o golpe de 1964 colocariam em xeque todo o trabalho considerado por muitos como inédito dentro do contexto complexo em que se encontrava a política brasileira no momento. Finalmente projetando a diplomacia do país no nível internacional, a PEI também levou junto com o fim do período democrático a capacidade de autonomia do país perante os EUA.

1.4 Movimentos sociais e os atores políticos

Marcado também pela efervescência e pelo grande número de mobilizações no campo político-social, no período democrático de 1946 desenvolveu-se, entre suas muitas características, a capacidade de luta em tempos de ruptura pro ou contra a legalidade do sistema político. Dentro dessa perspectiva, é necessário ressaltar também o papel de movimentos sociais e seus atores políticos ao longo da República de 1946.

Bastante influenciados pelo conflito ideológico da época, podemos destacar a atuação de movimentos como militares, sindicatos, movimento estudantil, movimento camponês, nacionalistas entre outros, que davam continuidade a luta interrompida pelo Estado Novo ou as que surgiriam ao longo do período democrático.

1.4.1 Militares

Bastante atuante em processos que levaram a rupturas, como o episódio da Proclamação da República, as forças armadas brasileiras tiveram, segundo Gomes et al (2007), um papel centralizador e sustentador de novos regimes políticos. Contudo, apesar dos privilégios alcançados durante o Estado Novo, sobretudo no reforço do desenvolvimento industrial, também se tinha um ar de descontentamento com relação à máquina política vigente.

¹⁷ Medidas definidas na II Conferência de Punta Del Este por San Tiago Dantas, atuante enquanto Ministro das Relações Exteriores durante o governo Jango.

Resultado da movimentação de alguns militares descontentes com os rumos tomados pela política adotada por Vargas de perseguição e exclusão de quadros simpatizantes das correntes esquerdistas e ligados a grupos divergentes durante a Revolução Constitucionalista de 1932, segundo Martins Filho (2010), o movimento em prol do fim do Estado Novo seria somente o começo do crescimento de um ator político desprestigiado.

Por conseguinte, a chegada de um militar ao poder após as eleições de 1945,¹⁸ daria uma guinada mais conservadora se intensificaria a partir de 1947. Mediante o recrudescimento da Guerra Fria, conforme aponta Martins Filho (2010), a influência de grupos mais conservadores dentro das forças armadas aumentou o controle político-ideológico.

Neste sentido, medidas de endurecimento durante o Governo Dutra, como a cassação do PCB em 1947 e a repressão de sindicatos foram uma pequena amostra do perigo que militares conservadores dentro da instituição política dentro da República de 1946. Em consonância disso, a criação da Escola Superior de Guerra (ESG), mais do que uma formação voltada aos ensinamentos de diretrizes ideológicas militares, era para Martins Filho (2010), mais uma forma de desenvolver quadros para a luta anticomunista.

No entanto, ainda é preciso ressaltar que as forças armadas durante o período democrático não se limitavam apenas a grupos favoráveis ao combate ao comunismo. Neste sentido, militares ligados a movimentos e partidos progressistas e de esquerda também tiveram bastante destaque no cenário político de 1946, sobretudo no processo de incidência de crises políticas.

Ainda que minoritários, os militares influenciados pelo nacionalismo se integraram em diversos grupos.¹⁹ Atuantes também junto a grupos civis, como movimentos sindicais e ligados as Frentes Parlamentares, o engajamento de alguns desses militares, desembocariam também em diversas ações de quebra da hierarquia dentro do meio militar.

¹⁸ Eurico Gaspar Dutra foi candidato pelo PSD e venceu com cerca de 55% de votos.

¹⁹ Destaca-se aqui o nome do general Teixeira Lott.

Episódios como a Revolta dos Sargentos, em 1963, e a Revolta dos Marinheiros, em 1964, militares com discurso nacionalista reivindicavam maior espaço na participação e representatividade política. Os chamados “militares de esquerda” se tonaram ameaças em potencial a partir da adesão de alguns a movimentos cada vez mais radicais durante o Governo João Goulart.

Provocando ira de grupos mais conservadores dentro das forças armadas, segundo Carloni (2007), alguns desses militares nacionalistas após o golpe militar foram cassados pelo novo regime. Dado este cenário, o engajamento de quadros dos chamados militares de esquerda também foi de suma importância para o surgimento de movimentos contra a Ditadura Militar²⁰.

1.4.2 Sindicatos e ligas camponesas

Surgido ainda no final período da Primeira República, o movimento sindical brasileiro ao longo da década de 1930 se consolidou como instrumento importante no processo de lutas dos trabalhadores por melhores condições de trabalho. Dentro do contexto da República de 1946, eles atuaram de modo bastante combativo se associando, principalmente a partidos políticos cujo seu programa se alinhava à causa trabalhista.

Entretanto, a presente dualidade entre campo e cidade relaciona-se de forma bastante integrada, apesar das duas divergirem nas vertentes ideológicas que as regiam. Desta maneira, primeiramente tratando o caso urbano, o processo de industrialização impulsionado por Getúlio Vargas ainda no Estado Novo (1937-1945), segundo Negro e Silva (2010) e Santana (2007), gera uma mudança de grandes precedentes no cenário social brasileiro, principalmente, a partir de 1943.

Com a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), o trabalhador brasileiro em anos teria finalmente uma lei reguladora de seus direitos. Entretanto, estes “direitos” não eram de fato respeitados pelos empresários, conforme aponta Negro e Silva (2010). Além da necessidade da criação de leis em prol dos direitos trabalhistas, segundo os autores, esta também mobilizava fatores políticos e sociais que iriam muito além dos direitos do efetivo operário.

²⁰ Ver CARLONI, Karla, 2007: entre os principais grupos surgidos a partir disso, se destacam a OMR-POLOP, Vanguarda Popular Revolucionária (VPR), Movimento Nacionalista Revolucionário (MRT) e Movimento Armado Revolucionário (MAR).

A partir do panorama que ilustra o final do primeiro governo varguista, o sindicalismo começa a se estabelecer como movimento, aliando-se principalmente às correntes de esquerda. Dentre as principais correntes relevantes deste movimento, Santana *apud* Rodrigues (1968) destaca:

[...] 1) os comunistas que, “mais bem organizados e munidos de uma política sindical mais ou menos definida, obtêm êxitos significativos”; 2) o “peleguismo”, que, escorado na manutenção dos instrumentos de controle da estrutura sindical corporativista de 1937, atuava no sentido de conter o movimento sindical, notabilizando-se “não só como governista, mas também como patronal”. Seus movimentos sindicais e organizações parasindicais, muitas vezes rotulado de “democráticos”, desenvolviam ações marcadamente comunistas, 3) o trabalhismo que, surgido do pós-guerra, herda a política social de Vargas e faz uso ostensivo dos organismos por eles criados. (SANTANA, 2007 *apud* RODRIGUES 1968: p. 245)

Entre os anos de 1945 e 1964, o sindicalismo junto a outros movimentos foi considerado um dos mais combativos do período de redemocratização. Pouco diferente do cenário de repressão do Estado Novo, segundo Negro e Silva, o referido movimento no período democrático seria formalmente representado na relação entre dois partidos políticos: PCB e PTB.

Ambos os partidos são muito importantes para a formação de órgãos para além da CLT, com o principal intuito de representar os trabalhadores brasileiros. Parte desta mobilização (no caso do PCB), tanto segundo Negro e Silva (2010) quanto Santana (2007), é bastante expressiva a partir das eleições presidenciais e legislativas de 1945.

Em uma campanha feita em caráter extraordinário, segundo Silva e Santana (2007), o PCB fora bastante feliz em seus resultados, apesar da derrota do candidato à Presidência da República, Yedo Fiúza. Obtendo o percentual de 10% em cidades com o número considerável de população operária, o mesmo começava a se firmar com bastante êxito no campo do sindicalismo.

Ainda sobre esta questão, Negro e Silva (2010) destacam que o mesmo também elegeu 15 candidatos, sendo eles 14 deputados e um senador. Mediante isto, Silva e Santana (2007) ressaltam que, com esta expressiva vitória, o PCB também tivera uma significativa alta em seu número de afiliados. Outra questão interessante para o apoio dos trabalhadores, relacionado ao partido é a criação do Movimento Unificado dos Trabalhadores (MUT) e da Confederação dos Trabalhadores do Brasil (CTB). Atuando como principais instrumentos da luta sindical, ambas representaram o símbolo da resistência operária durante o breve período em que o PCB esteve na legalidade.

Já da parte do PTB, a mobilização acerca da questão trabalhista ocorria de modo bastante singular. Baseada num bojo influenciado pelo nacionalismo reformista, segundo Negro e Silva (2010), o partido de Getúlio Vargas também avançava gradativamente, principalmente com a atuação de um de suas principais personagens: João Goulart. Com uma atuação singular durante o período em que foi ministro do trabalho, João Goulart, conforme aponta Negro e Silva (2010), criaria uma nova forma de atuação dentro da política sindical.

Entre algumas medidas tomadas por Jango durante o período como Ministro do Trabalho, os sindicatos tiveram mais autonomia e diminuição das perseguições aos comunistas junto com a intervenção do Estado aos mesmos. Neste sentido, a partir de um cenário de plena “liberdade” viabilizado pela aliança comunista-trabalhista em defesa no nacionalismo, segundo Santana, passa a ser gerenciada por organizações intersindicais. Dentre todas as organizações intersindicais surgidas no período, Santana destaca a criação de órgãos como:

[...] a Comissão Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), que agrupava sindicatos do Distrito Federal; o Pacto de Unidade e Ação (PUA), que congregava ferroviários, portuários e estivadores de todo Brasil; o Fórum Sindical de Debates (FSD) e o Pacto de Ação Conjunta (PAC). (SANTANA, 2007: p. 262-3)

A partir destas organizações sindicais, o fortalecimento da aliança entre PCB e PTB é visto com muito mais eloquência de fato, com a criação de um órgão que representava toda a classe trabalhadora do período: o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT). Com o objetivo de não somente expandir as muitas conquistas dos trabalhadores, o CGT também fora um grande interventor de questões da política nacional da República de 1946.

Responsável pela dinamização do movimento sindicalista entre os anos de 1961 até 1964, o CGT também agiu, segundo Negro e Silva, como um formador de alianças entre PCB e PTB. Atuando nesta frente, até o seu desmantelamento total, a GCT fora de suma importância num dos momentos mais críticos da República de 46, durante o episódio conhecido como Cadeia da Legalidade²¹.

Neste tocante, a greve da legalidade ocorrida em agosto de 1961 ficaria conhecida na história da República de 1946 como um dos movimentos que contribuiu

²¹ Movimento criado em defesa da posse de João Goulart, impulsionado pelo então governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola.

para evitar mais uma ameaça de golpe. Ao mesmo tempo em que a CGT assumira o movimento pró-Jango, ela também atrairia a adesão de uma massa de trabalhadores e o fortalecimento da crença no movimento sindical durante todo o referente período.

No entanto, a realidade dos trabalhares no caso rural se mostrava bem diferente do âmbito urbano. Conhecido, sobretudo pela premissa do atraso, o campo a partir dos processos de industrialização, segundo Grynszpan e Dezemone (2007), passa a ser visto apenas como um alicerce de apoio econômico.

Sob o julgo dos latifúndios e dos grandes proprietários de terra, os camponeses sofriam de inúmeras mazelas em sua estrutura social. Bastante afetados pela fome, más condições de vida, de saúde e de educação, segundo Grynszpan e Dezemone (2007), o que fazia parte de uma árdua rotina de desigualdade mudaria a partir de meados da década de 1950 até o fatídico golpe de 1964.

Uma das primeiras medidas relacionadas ao reconhecimento do campo e suas percepções, tomaria maiores projeções, principalmente pelo filme “Cabra marcado pra morrer” dirigido pelo documentarista Eduardo Coutinho. Em trabalho conjunto com Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), o filme de Coutinho, segundo Grynszpan e Dezemone (2007), viabilizou a descoberta das condições do campo para o meio urbano.

A Sociedade Agrícola dos Plantadores de Pernambuco (SAPPP), segundo Montenegro (2010), foi o embrião do que viria constituir as Ligas Camponesas²². Atuando contra os senhores de terra e a determinação do pagamento do cambão, foro e do “pulo da vara”²³ a mesma, conforme Montenegro (2010), gradativamente fora conquistando seus afiliados, chegando a ter dez mil associados no ano de 1961.

À medida que as Ligas foram ganhando força, os senhores de terra foram perdendo sua autoridade perante os trabalhadores rurais. Além de derrubar o poderio dos latifundiários, os camponeses com a ajuda do advogado Francisco Julião, segundo Grynszpan e Dezemone (2007), viam pela primeira vez que “[...] *ele era detentor de*

²² Tratado no documentário de Coutinho como uma entidade mais assistencialista do que representativa dos trabalhadores rurais do Engenho da Galileia atuando, principalmente como um fundo de ajuda mútua.

²³ Ambos eram conhecidos pelos camponeses como formas de exploração pelos donos das terras, que se consistia na não remuneração do trabalho.

direitos, não precisando curvar-se e aceitar a imposição da vontade arbitrária dos grandes proprietários”. (Grynszpan e Dezemone, 2007: p. 220)

Não obstante, a partir das Ligas Camponesas, como aponta Grynszpan e Dezemone (2007), vários outros órgãos de suma importância foram criados a fim de garantir o direito dos trabalhadores rurais. Dentre estes órgãos, o que tivera uma influência significativa, sobretudo, na questão sindicalista no campo, fora o Departamento de Promoção e Organização Rural (DEPOR).

Diferente da atuação local das Ligas, o dispositivo criado pela Superintendência da Reforma Agrária (SUPRA), para Grynszpan e Dezemone (2007), teve um grande peso no reconhecimento dos sindicatos rurais. De modo jurídico no ano de 1963, através do Congresso Nacional do Trabalhador Rural (ETR), dava-se o pontapé para a conquista dos direitos trabalhistas no campo.

Por conseguinte, partindo deste breve panorama podemos observar, que tanto no caso urbano quanto rural, a mobilização dos seus principais atores estaria de acordo com suas principais reivindicações. Contudo, apesar do aniquilamento dos respectivos movimentos sociais, imposto pelo golpe civil-militar em 1964, eles deixaram grosso modo seu legado de lutas pelos direitos dos trabalhadores, principalmente, pela volta da democracia.

1.4.3 Movimento estudantil

Considerado um dos atores políticos de suma importância no período democrático entre 1945-1965, o movimento estudantil também foi outro que tem a sua organização ainda no período do primeiro Governo Vargas. A União Nacional dos Estudantes (UNE), criada em 1937, foi a principal representante na esfera política às lutas tidas como nacionalistas e progressistas. Segundo Cunha (2001), a UNE apesar de sua direção conservadora, durante o segundo Governo Vargas, apoiou a campanha pela criação da Petrobrás e a valorização do petróleo.

Nascida por iniciativa da Casa do Estudante do Brasil,²⁴ a UNE teve uma participação bastante intensa ainda no período do Estado Novo. Cunha (2001) destaca, entre suas primeiras atividades, a organização e incentivo de centros e diretórios estudantis e a delegação a outras organizações estudantis a capacidade de estabelecer

²⁴ Ver CUNHA, Luís Antônio, 2001: primeira entidade direcionada a assistência estudantil, que promoveu serviços de assistência social, difusão e o intercâmbio entre os estudantes.

contatos com demais associações estudantis²⁵. Atuante também em episódios de grande importância na política brasileira, como a queda do Estado Novo no ano de 1945, a UNE, assim como outros grupos durante a República de 1946, foi marcada pelas divergências políticas entre seus membros.

A organização não ficou imune ao processo de radicalização política que marcou a década de 1960 no Brasil. Um reflexo deste processo foi o Centro de Cultura Popular (CPC), que surgiu pela influência de intelectuais em seu projeto de difusão da cultura nacional. Percorrendo o Brasil, o CPC, que ficou conhecido como UNE volante, segundo Cunha et. al (2001), buscava em sua caravana itinerante, além de difundir o projeto nacional de cultura popular, discutir também problemas políticos e sociais nacionais com a questão estudantil.

Outro reflexo do processo de radicalização do movimento estudantil brasileiro foi à participação de grupos estudantis ligados à Igreja católica no engajamento político a partir do ano de 1961. Criados a partir de setores da Ação Católica Brasileira²⁶, segundo Costa (2007), a atuação dos grupos Juventude Estudantil Católica (JEC), Juventude Universitária Católica (JUC), Juventude Agrária Católica (JAC), Juventude Operária Católica (JOC) e Juventude Independente Católica (JIC), enfrentariam a resistência de grupos conservadores dentro e fora da igreja católica.

Se destacando mais precisamente com a JEC e a JUC, o crescimento de reivindicação por mais autonomia com a crescente radicalização do movimento estudantil, segundo Kornis (2001), despertou ainda mais as cisões e descontentamento por grupos mais conservadores ligados as altas hierarquias eclesiásticas, principalmente após a criação da Ação Popular (AP).

Composta em sua maioria por membros dissidentes da JUC e da JEC, a Ação Popular (AP) entre muitas de suas pautas, para Kornis (2001), defendia um movimento que desenvolvesse numa transformação radical do sistema político aos moldes pregados pelo socialismo. Possuindo um trabalho especialmente voltado para a mobilização

²⁵ As organizações as quais delegou tal poder foram às uniões estaduais dos estudantes (UEEs), à União Metropolitana dos Estudantes (UME), à União Brasileira dos Estudantes Secundários (UBES) e à União Nacional dos Estudantes Técnicos Industriais.

²⁶ Fundada em 1935 por dom Sebastião Leme da Silveira Cintra, cardeal arcebispo do Rio de Janeiro, a Ação Católica Brasileira foi importante para organização de grupos católicos. Com a repressão aos grupos de posição progressista pelo governo militar, o movimento ficou esvaziado a partir de 1966. Sob esta questão ver KORNIS, 2001.

política-ideológica, a AP também teve um papel importante na mobilização de campanhas voltadas ao nacionalismo.

Rompendo totalmente com orientação católica, em 1963 a AP se aliou ao PCB; Além de conquistar a presidência da UNE, este partido passou a atuar em diversas frentes, como, por exemplo, no Movimento de Educação de Base (MEB)²⁷. Condenada pela igreja pelo seu engajamento político, a AP começou a desenvolver atividades em apoio às propostas de reformas nacionalistas no Governo João Goulart.

Mergulhadas em meio ao agravamento da crise política entre os anos de 1963 e 1964, as principais agremiações do movimento estudantil, sobretudo a partir da deflagração do golpe militar, experimentariam a ilegalidade, o exílio, as cisões entre seus membros e a perda de alguns de seus militantes engajados na luta contra repressão.

1.4.4 Engajamento político-artístico

A luta e as diversas correntes de engajamento político no conturbado período que marca a República de 1946 perpassaram de modo bastante amplo todos os setores da sociedade. Neste ponto, o casamento entre o protesto e a arte, no período que vai de 1945 a 1964, também contribuiu para o embrião para movimentos artísticos de resistência que eclodiriam no período pós-golpe, sobretudo no teatro e no cinema.

Porém, antes de chegar ao ponto clímax dos movimentos de arte engajada, nos concentremos a priori em suas origens. Surgidos na década de 1950, os movimentos de arte, segundo Napolitano (2007), foram impulsionados durante a República de 1946, principalmente pela esquerda e pelo nacional-desenvolvimentismo.

Sobre efeito da influência ideológica e política, a arte engajada também se beneficiava da recente e até então possível experiência democrática. Outra forma bastante incisiva na formação intelectual do período democrático de 1946, também ocorria pela exploração do tema da representação entre a dualidade campo e cidade.

O Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB), com a sua diversidade de intelectuais e divergências ideológicas, além de contribuir muito para a propagação do nacional-desenvolvimentismo, também influenciou o movimento artístico. Por meio das

²⁷ Movimento criado por força do decreto nº 50.370, de 21 de março de 1961, ligado à Conferência Nacional de Bispos do Brasil (CNBB), tinha como principal objetivo de promover um sistema de educação das escolas radiofônicas que atuaria principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Posteriormente, em 1971, ela passa a ser associada Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

revistas *Cadernos de Nosso Tempo* e *Cadernos do Povo*, o ISEB fora se firmando mais ainda na questão do engajamento político.

Passando por intensas transformações de sua estrutura, o ISEB, em sua última fase (1960-1964), atuaria de modo mais radical em relação ao ideário nacionalista. Com a ascensão do Governo de João Goulart, o mesmo também fora muito entusiasta do movimento em prol da reforma de bases.

Com uma proposta mais à esquerda, o Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), segundo Napolitano (2007), também contribuiria de modo bastante significativo para a propagação do nacionalismo-desenvolvimentista. Criado em 1962, mesmo com sua limitação relacionada aos pontos da cultura popular²⁸ o CPC, também se fixaria como um ponto de bastante convergência e debates acerca do engajamento político na arte.

Já com relação à influência partidária no movimento cultural, o PCB a partir de meados da década de 1950, segundo Napolitano (2007), colaboraria com a arte engajada, em defesa da alienação e a contra o imperialismo americano. A chamada vertente cultural comunista foi uma das inúmeras vertentes que contribuiu, sobretudo, ao desenvolvimento da premissa nacionalista.

Todavia, além desses dois grandes centros e dos grupos ligados à esquerda tradicional, Napolitano (2007) também destaca a atuação dos grupos da esquerda católica e, em particular, de dois grupos: o Movimento de Cultura Popular do Recife e o Movimento de Educação de Base. Ligados mais precisamente com políticas voltadas a comunidades locais tiveram entre algumas de suas principais iniciativas o movimento de alfabetização de adultos ministrado pelo pedagogo Paulo Freire e a concentração de pequenos grupos de cultura popular.

Já no que diz respeito ao processo de transformação, o teatro, o cinema e a música popular, em sintonia com a realidade brasileira do período, também contribuíram ao máximo para a exaltação e engajamento político. Ligados aos CPC, ISEB e outros demais grupos de esquerda, peças e filmes lançados no período com o tema baseado no cotidiano da população.

²⁸ Referência ao manifesto lançado pelo CPC que delimitava as formas de arte política em três: “Arte do povo” referente ao folclore e arte tradicional e comunitária, “Arte Popular” considerada massificada e escapista e por fim a “arte popular revolucionária” referente “a tarefa do artista engajado”.

Com efeito, entre os muitos trabalhos bastantes emblemáticos lançados no período nas décadas de 1950-60, se destacavam as propostas ligadas às recentes mudanças no cenário político que se estenderam a logo prazo. Exemplo disso é a peça “Eles não usam Black-Tie”,²⁹ que, segundo Napolitano (2007), descrevia uma realidade ligada aos rumos do movimento sindical e às condições do trabalhador brasileiro em sua luta diária.

No caso do cinema brasileiro, a missão era a de retratar a realidade brasileira de modo original, sobretudo pós-influência do neorealismo italiano. Filmes lançados ainda na década de 1950, como “Rio, 40 Graus”, de Nelson Pereira dos Santos, e “Assalto ao trem pagador”, de Roberto Farias, além de retratarem a realidade social e política do período, também foram responsáveis por um grande processo de transformação. O movimento que ficaria conhecido como *Cinema Novo*, além do engajamento artístico-político, também inaugurou uma nova forma de fazer cinema no Brasil. Se intensificando a partir da década de 1960, principalmente no período após o golpe militar, o mesmo se consolidaria como uma das formas mais eficazes de resistência ao regime ditatorial.

Semelhante a este processo, na música à intensificação de mudanças dentro da lógica da arte engajada junto ao nacionalismo, apesar de alcançar seu ápice no final da década de 1960, para Napolitano (2007), seria o movimento que mais conquistou a população. Também munida com a preocupação em retratar os males da realidade brasileira, a Música Popular Brasileira (MPB), em sua forma mais revolucionária ainda no período ditatorial, segundo Napolitano (2007), se destacaria a partir de um desdobramento do movimento Bossa Nova, que tomaria feições mais revolucionárias a partir do Governo João Goulart³⁰.

²⁹ Peça encenada pelo Teatro de Arena e escrita por Gianfrancesco Guarnieri em 1958. Descrevia a situação de uma família de origem operária durante um grande processo de greve. Dentre os temas abordados pela peça, além do fábrica também foi uma das primeiras a usar como referência a realidade de uma favela e de todos os seus moradores. Mais tardiamente no ano de 1981, a peça também seria adaptada para o cinema, dirigido por Leon Hiszman.

³⁰ Entre os muitos LP's lançados referentes a este período, podemos se destacam as músicas “Esse mundo é meu”, “Enquanto a tristeza não vem”, de Sergio Ricardo, além dos Lp's de Nara Leão com sambas tradicionais e musicas de engajamento e Elis Regina interpretando letras de Dorival Caymmi.

1.5 Crises no sistema político e o golpe de 1964

Inevitável dentro do processo político, tensões e crises na estrutura republicana brasileira se mostraram bastante corriqueiras. Não muito diferente do período que a antecedeu, a experiência democrática da República de 1946 foi marcada por conflitos ideológicos e hegemônicos e, até o ano de sua total dissolução. Neste sentido, a luta pela manutenção da legitimidade do regime democrático, segundo Ferreira (2010), se desenvolveria ao passo que o aumento das tensões ideológicas se desenvolveu ao longo do período. Como exemplo dessas lutas, Ferreira aponta três grandes ocasiões: a crise de Agosto de 1954, Novembrada (1955) e a Campanha da Legalidade (1961).

Conhecido de longa data por trabalhadores e opositores, Getúlio Vargas, entre suas muitas faces reveladas no período entre 1930-1945, explorou bem o legado positivo deixado aos trabalhadores com o fim do Estado Novo. Voltando ao poder pelo voto popular nas eleições de 1950, após um tempo longe do poder, apoiado, sobretudo pelo movimento queremista³¹, Vargas enfrentou muitas dificuldades em seu segundo Governo.

Sofrendo com constantes pressões da UDN em episódios, como por exemplo, as críticas da atuação de João Goulart no Ministério da Fazenda, segundo Ferreira (2010), a partir de 1953 tentativas de desestabilização do Governo afetaram diretamente a formação da agenda política deste período. Marcado também por rebeliões promovidas pelas três esferas das forças armadas, podemos destacar entre alguns dos últimos momentos de Vargas no poder o atentado a Carlos Lacerda³².

Deste modo, o inesperado suicídio de Getúlio Vargas, além de impedir momentaneamente o movimento favorável a um golpe de Estado, perpetuaria a sua figura no cenário político brasileiro. O legado deixado pelo getulismo e sua memória, segundo Gomes (2007), ao mesmo tempo em que enalteceu algumas agremiações partidárias, diminuiu o prestígio de alguns partidos e movimentos anti-getulistas.

³¹ Movimento apoiado por trabalhadores, comunistas ligados ao PCB e quadros do PTB, que lutava pela volta de Getúlio Vargas ao poder junto com a convocação da Assembleia Nacional Constituinte deflagrada ainda em 1945.

³² Referencia ao episódio da “Rua Toneleros”, que teve como única vítima o Major Aviador Rubens Florentino Vaz. O episódio é considerado um dos principais estopins da Crise de 1954.

Um dos efeitos mais latentes da Crise de agosto de 1954, que desequilibrou o sistema político-partidário, foi o episódio que ficou conhecido como “Novembrada”, que foi mais uma dura batalha em prol da garantia da legalidade. Revelando o traço de fragilidade da instituição democrática vigente, o resultado de mais uma movimentação golpista por parte da UDN, girou em torno do impasse das eleições de 1955.

Acirrando ainda mais um cenário de crise política junto com a difusão de discursos conservadores, segundo Ferreira (2010), a pressão da oposição ficaria ainda mais intensa a Juscelino Kubitschek do período que marca sua campanha a garantia de sua posse. Exemplo concreto disso, a Liga da Defesa da Legalidade que buscava unir o máximo de trabalhadores, intelectuais, sindicalistas entre outras categorias, surgiu em resposta aos muitos grupos pró-golpe de Estado.

Marcando também de forma definitiva a participação efetiva de militares na esfera política do período de 1946, segundo Gomes e seus companheiros, neste momento crítico em especial, o papel do General Henrique Teixeira Lott foi crucial para a manutenção do sistema político. Conhecido por sua posição pró-legalidade, a atuação de Lott durante a novembrada segundo Ferreira (2010), lhe garantiu ainda mais destaque no campo político.

Através do contragolpe, Lott garantiu a legitimidade do governo de Juscelino Kubitschek, o episódio da novembrada ditaria novos rumos tanto no campo político quanto no cenário ideológico das Forças Armadas. Também contando com setores influenciados pelo nacionalismo, a mesma durante o governo e assumiriam a responsabilidade pela garantia da sua estabilidade, conforme aponta Benevides (1979), com o tripé de segurança. Criado com a finalidade de manter a ordem política no controle de possíveis focos de rebeliões e crises, o tripé colocou em evidência a funcionalidade das forças armadas para demais pautas do Governo, como a sua relação com a potencialização do projeto desenvolvimentista.

Já na ocasião do episódio conhecido como campanha da legalidade, mais uma vez se empenharia na denúncia de um novo golpe de Estado. Ocasionado pela repentina renúncia do presidente Jânio Quadros, que estava apenas alguns meses no poder, a campanha deflagrada pelo governador gaúcho Leonel Brizola, mobilizaria desde estudantes a sindicatos.

Alcançando em um curto espaço de tempo todo o país, segundo Ferreira (2010), pela Cadeia Radiofônica da Legalidade, o movimento pela garantia de posse do vice-presidente João Goulart, assim como nos processos de Crise de 1954 e pela posse de Juscelino Kubistchek, também contaria com apoio do aparato militar de ambos os lados. Contando mais uma vez com a participação do General Henrique Lott no processo de garantia da legalidade, contendo mais uma tentativa de golpe, a Campanha da Legalidade encerraria sua atividade, mas não a cruzada de João Goulart para manter-se na Presidência da República.

O sistema parlamentarista, que permitiu a posse de Goulart, foi posteriormente revogado mediante um plebiscito que fez com que o Brasil retornasse ao sistema presidencialista em 1963. Tudo isso foi consequência do processo de radicalização do sistema político, que continuou aumentando até o último suspiro da experiência democrática.

Já outro setor a ser destacado em meio à crise que contribuiria para o declínio da experiência do período democrático de 1946, o sistema partidário também sofreu com alguns efeitos colaterais que marcaram o período tanto no aspecto positivo, quanto no negativo. Atingindo, sobretudo os partidos conservadores, conforme aponta Souza, a crise que abalou o sistema partidário se destacou mediante fatores bastante pontuais.

Girando em torno dos momentos de tensão já citados neste capítulo, as crises políticas relacionadas, principalmente aos três grandes partidos do período (PSD, PTB e UDN), também revelou traços de fragilidade institucional que desembocaria no golpe de 1964. Com destaque aqui para a UDN e o PSD, que, conforme salientam Lima Junior (1990) e Souza (1990), foram os que mais sofreram perdas graduais tanto no que se refere ao eleitorado quanto na conquista de cadeiras nos planos Legislativo e Executivo.

Neste caso, é necessário frisar também a importância da figura de Getúlio Vargas para a estabilidade de um arranjo político com suas raízes ainda fincadas no regionalismo e domínio oligárquico predominantes no final da Primeira República até o final do Estado Novo. Importante na rotina da organização de todo um sistema partidário, o legado varguista foi, por sua vez, um ponto bastante crucial na ascensão e declínio de muitos partidos políticos, sobretudo da UDN.

Com a perda de seu principal adversário político, em 1954 e a tentativa de golpe, a partir de 1955, a UDN passaria a conviver com o enfraquecimento de sua influência política, sobretudo com o fortalecimento da aliança entre PSD-PTB. Refletindo diretamente em seu desempenho ao longo do período de 1946. A redução dos votos pela UDN, segundo Souza (1990), começaria a se devolver principalmente a partir das eleições de 1950, com avanço de partidos de base progressista/reformista.

Neste sentido, a ascensão de partidos considerados a margem ou sem muita expressão se revelaram bastantes promissoras no aspecto político eleitoral. Tal conclusão no caso PTB em relação ao seu crescimento gradual após morte de Vargas, para Souza, apesar de sua mudança bastante efetiva a partir das eleições de 1960 ainda esbarraria na questão da autonomia da representação eleitoral.

Todavia, à atuação do PTB a partir de 1954 ainda que muito limitada pela aliança com o PSD, além da guinada promissora do partido em sua trajetória eleitoral, também inauguraria uma nova fase do sistema partidário brasileiro. Marcados, sobretudo por fatores como, o aumento da competição política, os efeitos colaterais da herança getulista ficaram ainda mais acentuados.

Outra causa importante apontada como responsável pelo agravamento da crise política foi o aumento indiscriminado de coligações e alianças. Para Souza (1990), estas tiveram um impacto bastante negativo na estrutura interna dos partidos brasileiros da época. Reforçado pela polarização política representada pelos blocos nacionalistas/reformista e “entreguista”, a grande miscelânea de frentes, alas e união de partidos criados durante o final do Governo Juscelino Kubistchek, munidos por suas convicções ideológicas se digladiaram até o fim da experiência democrática. Neste sentido, exemplos como o projeto das Reformas de Bases foi um dos episódios que agravaria ainda mais a tensão no arranjo político-partidário.

Com a intensificação da Guerra Fria no início da década de 1960, a proposta das Reformas de Base no delicado momento de instabilidade da política brasileira, além de mostrar indícios da eminente fragmentação do sistema partidário de 1946, também contaria estimularia conspirações pró-golpe de Estado. Abrindo o período de aprofundamento do processo de radicalização política, teve como um dos seus atos finais nos primeiros meses de 1964, o discurso proferido por João Goulart no comício da Central do Brasil, que acirrou ainda mais o cenário de tensões políticas.

Interrompido bruscamente pelo golpe civil-militar, a experiência democrática, experimentada entre os anos de 1945 e 1964, ficaria marcada na memória política brasileira como um período onde a legalidade política, estava a todo tempo a prova. Efusivo e bastante marcante, o período de 1946 também seria muito fértil tanto para o aprimoramento de engajamento dos diversos seguimentos tratados ao logo do capítulo e a valorização de seus vários atores políticos na rotina político-partidária.

CAPITULO II

SAN TIAGO DANTAS E A IMPRENSA POLÍTICA

Ceifada pela ditadura militar, a experiência democrática entre os anos 1945-1964, entre os seus muitos legados para a história política brasileira, foi um período notável de aproximação entre intelectuais e suas agendas políticas. A atuação de publicistas que se dividiam entre seus ofícios em cargos oficiais e sua produção intelectual na direção de jornais de pequena e grande circulação.

Em meio a esta profícua e ao mesmo tempo tensa relação, Francisco Clementino de San Tiago Dantas, nascido no Rio de Janeiro em 30 de outubro de 1911 em uma família de descendência de militares, com apenas trinta e cinco anos no exercício da vida pública, se destacaria como um dos muitos atores cuja produção intelectual esteve associada ao seu engajamento político. Conhecido como uma figura conciliadora, dentro do campo político brasileiro, munido com um notável conhecimento para além da sua formação em Ciências Jurídicas e Sociais pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), San Tiago Dantas, ao longo de sua carreira dividiu-se entre muitos ofícios.

De professor ao ministro cuja atuação marcante em momentos importantes na história política brasileira, o legado de sua vida pública apesar de desconhecida por muitos, merece uma atenção especial em razão em sua análise sobre a conjuntura política brasileira daquela época, como ressalta Veado (2004). Isso, em parte, justifica a escolha do ator mencionado como objeto de estudo: por sua importância no cenário político e intelectual brasileiro, podemos supor que seu pensamento requer uma pesquisa mais detalhada.

Dono de uma pequena, porém significativa produção intelectual, San Tiago Dantas atuou em múltiplas frentes, como consequência de sua tentativa de conciliar pontos fundamentais para o fortalecimento do debate acerca da realidade política vigente. Falecido em 6 de setembro de 1964, em sua breve trajetória política, San Tiago Dantas se destacou na história política brasileira como uma personalidade cuja inteligência e retórica foram decisivas para apaziguar os ânimos.

Em episódios em que a legalidade democrática esteve à beira de um colapso como, por exemplo, na tentativa de impugnação da posse de João Goulart em 1961, San Tiago Dantas teve um papel fundamental na intervenção que garantiria o mandato do

então presidente. Já na função diplomática, sua atuação se debruçaria, principalmente, em atos importantes, como o posicionamento contra a expulsão de Cuba da OEA.

A fim de explorar um pouco mais a relação entre personalidades políticas e sua influência em veículos de imprensa, especificamente entres os anos de 1945-1964, o presente capítulo será dividido em duas seções: discutir inicialmente os reflexos da conflituosa relação entre política e mídia no Brasil de sua origem no século XVIII a primeira metade da década de 1960 e destacar a importância de San Tiago Dantas tanto para o cenário político brasileiro, quanto para evolução da imprensa no Brasil.

2.1 A imprensa no Brasil na história política do Brasil: marcas de uma relação tensa.

A influência dos meios de comunicação sobre a políticas ao longo dos anos se tornaria alguns dos fatores importantes para a medição da qualidade dos regimes democráticos, sobretudo na América Latina. Desde o século XIX, a imprensa atuante como um dos muitos atores importantes na esfera política, conquistaria aos poucos um papel importante na formação de agenda política.

Influenciada pela escola europeia, a formação dos primeiros órgãos de mídia política na América Latina, segundo Ruiz (2010), seriam datados ainda no período colonial. No caso específico do Brasil, o surgimento tardio da imprensa em meio a um histórico da censura determinado pela Coroa Portuguesa, segundo Morel (2013), só seriam oficialmente regulamentados a partir da vinda da Família Real em 1808.

Resumida inicialmente a pequenos pasquins, panfletos, entre outros, o surgimento dos primeiros veículos de imprensa no Brasil, também se confundem com a formação dos processos de transformação política. Dentro deste contexto, periódicos como *Correio Brasiliense*, *Gazeta do Rio de Janeiro*, *Idade do Ouro do Brasil*, entre outros segundo Morel (2013) e Sodré (1999), foram alguns dos primeiros jornais a circularem até mesmo antes da legalização da imprensa a partir do decreto que regulamentava a imprensa Régia, ainda em 1808.

Produzidos de modo artesanal e em poucas tiragens, por muitas vezes de modo improvisado, os primeiros periódicos brasileiros, segundo Sodré (1999) sofriam também com a falta de investimento. Diversificando a sua forma e produção a partir da metade do século XIX, a imprensa já no segundo reinado, segundo Martins (2013), também abriria oportunidade para além do jornal, como por exemplo, com a criação de revistas e

com o uso de caricaturas reforçando críticas direcionadas ao regime imperial (1822-1889).

Vivenciando no presente período o acirramento de tensões políticas e a perseguição da censura, o papel da imprensa em debates políticos, segundo Morel (2013), também se tornaria muito importante na formação de uma opinião pública. Associado também à questão do *status* de homens de grande prestígio na cena política daquele momento, os periódicos que possuíam estilo panfletário tomariam posições bastantes críticas, sobretudo, durante o Segundo Reinado (1840-1889).

Em episódios importantes na agenda do período, bem como a campanha pela maioria de D. Pedro II ou a abolição da escravatura, a imprensa brasileira passaria a tomar o papel de mediadora e ao mesmo tempo de crítica ao ambiente político da época. Ao assumirem um papel mais enfático durante as duas últimas décadas do século XIX, os periódicos direcionados a propaganda republicana, segundo Martins (2013), se destacariam pela sua relação com a insatisfação com o império e pela defesa de um regime político que prezaria finalmente pela liberdade política.

Concomitante à campanha abolicionista os periódicos relacionados à propaganda republicana, segundo Martins (2013), também atuaram como porta vozes de futuros quadros do Partido Republicano Paulista (PRP), a partir do lançamento de um manifesto³³ em apoio ao movimento. Por outro lado com uma estrutura mais encorpada a partir do final do século XIX, a imprensa escrita no Brasil, segundo Azevedo (2007), se tornaria mais comercial em meio a um lento processo de modernização.

Consolidando-se como um dos principais veículos de informação junto ao rádio, até metade do século XX, os jornais impressos tiveram papel crucial em diversos momentos da política brasileira, como por exemplo, campanhas eleitorais, crises, entre outras ocasiões. Mais uma vez diante de mecanismos de censura, segundo Eleutério (2013), à medida que a política se tornava um dos temas mais abordados em periódicos de grande e pequena circulação, a sua relação com a imprensa ficaria mais tensa.

Nesse sentido, jornais como *O País* e *Correio da Manhã* ainda na Primeira República, segundo Sodré (1999), são alguns dos muitos exemplos onde a tensão entre política e mídia se desdobraria em conflitos diários entre porta vozes do governo e da

³³ Ver Silva, Beatriz Coelho, 2001: Manifesto lançado após a Guerra do Paraguai por iniciativa do jornalista Quintino Bocaiuva, que contou com 57 assinaturas pedindo a imediata implantação do regime republicano. Mais informações em: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/CLUBE%20REPUBLICANO.pdf>. Acessado em 1 de agosto de 2015.

oposição. Episódios como o conflito Canudos com a cobertura do *Estado de São Paulo* demonstrariam um pouco mais do poder da imprensa um pouco mais diversificada.

A criação de mais revistas e da exploração de recursos como a caricatura junto ao texto, a primeira metade do século XX também é tida como um dos períodos mais intensos para a política brasileira. Com o advento da Revolução de 1930 e da ascensão de Getúlio Vargas ao poder até o ano de 1945, a chamada grande imprensa, segundo Luca (2013), apesar de se desenvolver bastante no quesito modernização também sofreria com mudanças estruturais intensas com relação à posição no jogo políticos.

Novamente acometidos pela censura, alguns dos principais veículos de imprensa, como o *Jornal do Brasil* conforme informa Luca (2013), se veriam novamente à mercê do controle estatal. Regulados pelo Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), os meios de comunicação que não se enquadrassem nos planos de criação de uma imagem positiva do governo, especialmente durante o Estado Novo (1937-1945), tiveram suas atividades submetidas a métodos de coerção com a finalidade de prejudicar sua produção e circulação.

Medidas como a criação de normas para isenção do papel de imprensa³⁴, segundo Luca (2013), foram usadas como algumas das táticas pela censura para reprimir jornais que faziam oposição ao regime. Já no período da República de 1946 a atuação, sobretudo, da mídia escrita ao final do primeiro governo de Getúlio Vargas daria espaço para transformações em sua fórmula de difusão e edição.

Passando por um amplo processo de mudanças referentes às técnicas de jornalismo e na linguagem utilizada pelos periódicos a partir dos anos 50, segundo Ribeiro (2003), apesar de adotar uma postura mais empresarial e menos combativa ainda seriam associadas constantemente às lutas políticas e relacionados a atores políticos e suas agremiações partidárias. Por exemplo, alguns personagens políticos de muito prestígio que atuaram em veículos de imprensa durante o período de 1945-1964, como o deputado udenista Carlos Lacerda (1914--1977), proprietário da *Tribuna da Imprensa*, e o getulista Samuel Wainer (1912-1980), proprietário do jornal *Última Hora*.

³⁴Trata-se dos decretos-lei n° 1.938, de 30 de dezembro de 1939 (<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1930-1939/decreto-lei-1938-30-dezembro-1939-412012-publicacaooriginal-1-pe.html>) e o n°1.949 (http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-Lei/1937-1946/Del1949.html), relacionados à importação do papel usado como matéria prima para a produção de jornais.

Fundados entre o final da década de 1940 e início da década de 1950, ambos os periódicos ocupavam um papel importante na formação de opinião pública do segundo governo Vargas, especialmente no episódio da Crise de agosto de 1954. Dentre os muitos conflitos entre os respectivos jornais entre os anos de 1951-1954, a CPI do *Ultima Hora*³⁵ segundo Abreu e Lattman-Weltman (1994) e Laurenza (2013), por exemplo, tiveram uma grande contribuição para o agravamento de crise política que abalaria parte do sistema político vigente.

Neste sentido, ao longo dos anos de 1953 e 1954 em meio ao fogo cruzado e à cobertura ostensiva do periódico de Carlos Lacerda e demais veículos de imprensa contra Getúlio Vargas, reforçaria a campanha pela sua deposição, um dia antes de seu suicídio, segundo Abreu e Lattman-Weltman (1994). Atuando como “efeito surpresa” na madrugada de 24 de agosto, a morte do presidente causaria reações adversas tanto por parte da grande imprensa, quanto pela população consternada pelo fato.

Seguindo a mesma tônica durante o governo Juscelino Kubistchek, a imprensa escrita tomou posições favoráveis ou contrárias à nova gestão. Ocupando mais uma vez a posição de principal jornal porta-voz da oposição a *Tribuna da Imprensa*, segundo Biroli (2004), desde a campanha de Juscelino Kubistchek à presidência da República no final do ano de 1954 assumiria uma postura combativa e violenta.

Na ocasião do episódio da Novembrada em 1955, a *Tribuna* após o contragolpe do General Henrique Lott, seria um dos muitos veículos de mídia a terem suas publicações proibidas de circular temporariamente. Diante do apoio à conspiração contra o Juscelino Kubistchek e o vice-presidente João Goulart, conforme salienta Abreu (2002), os principais veículos de imprensa atuantes na época, além da *Tribuna* e do *Ultima Hora* também assumiriam um papel de propagador de suas principais plataformas.

Temas como o nacional-desenvolvimentismo, a mudança da capital para Brasília, entre outros dividiram as páginas de jornal e revistas entre apoiadores e críticos ao governo³⁶. Mantendo a mesma linha a partir da primeira metade da década de 1960, a

³⁵ A CPI instaurada em 3 de junho de 1953, se desdobraria em investigações da relação do *Ultima Hora* e um possível apropriação favorecimento ilícito de dinheiro do Banco do Brasil, se arrastaria até o dia 18 de setembro do mesmo ano com acusações alimentadas pela *Tribuna da Imprensa* e rebatidas quase que diariamente por Wainer em seu jornal.

³⁶ Os principais jornais destacados por Abreu (2002) relacionados à crítica da plataforma de governo do governo Juscelino Kubistchek são *O Globo*, *Estado de São Paulo*, entre outros.

imprensa escrita também teve um papel fundamental na formação da opinião pública durante governo de João Goulart.

Dividida entre o apoio pela posse do vice-presidente à ostensiva campanha por sua queda, conforme aponta Abreu (2004), a imprensa escrita mais uma vez ocupou o papel de ator político em momentos decisivos da história da política brasileira. Ajudando novamente a agravar a crise na legalidade democrática, a atuação de alguns veículos midiáticos no apoio ao golpe militar estampou e foi tema de muitas publicações entre o final de 1963 e os primeiros meses de 1964.

Neste sentido, jornais como *Jornal do Brasil*, *Correio da Manhã*, entre outros se destacaram entre os muitos periódicos que faziam oposição ao governo Goulart. Já em relação aos meios que apoiavam a gestão, sobretudo, em seu momento mais crítico, o *Ultima Hora* também entrou em cena junto ao *Diário Carioca* e *O Semanário*, denunciando conspirações contra o regime democrático vigente.

Com o estouro do golpe militar em 1º de abril de 1964, a suspensão das liberdades também afetou de modo massivo todos os meios de comunicação. Marcado pela repressão e pela censura aos meios de comunicação, o período que abrange a ditadura militar (1964-1985) significou um tempo de grandes dificuldades, apesar de ser o momento mais próspero para a evolução da imprensa no Brasil.

2.2- Trajetória política e o legado de San Tiago Dantas

Curta e ao mesmo tempo bastante expressiva, a trajetória de política de San Tiago Dantas ficaria marcada, principalmente, pela brusca mudança em suas preferências ideológicas. Do jovem entusiasmado militante integralista ao defensor do trabalhismo e das reformas de base, o mesmo também se destacaria pela sua eloquência e retórica no debate político.

Em meio ao período crítico que marcaria o fim da Primeira República e o estopim da Revolução de 1930, San Tiago Dantas então jovem estudante do curso de Direito entre os anos de 1928 e 1932, começaria a se interessar de forma bastante tímida pelos rumos tomados pela situação política vigente. Fundando ainda neste período o CAJU³⁷, ao se aproximar de intelectuais, como Vinicius de Moraes e Américo Lacombe, ele começa seus primeiros passos em sua produção intelectual.

Entre os primeiros ensaios e críticas literárias, San Tiago Dantas, segundo Dutra (2014), aos poucos passa a ser reconhecido pela sua “*inteligência, cultura e*

³⁷ Centro Acadêmico de Estudos Jurídicos e Sociais, fundado em 1929 em disputa com o Centro Acadêmico Candido de Oliveira (CACO).

maturidade.”(Dutra, 2014: p. 183) Publicação de pequenos ensaios na *Revista de Estudos Jurídicos*³⁸ e críticas literárias revelariam aos poucos os traços de sua genialidade.

Aproximando-se ainda neste período dos ideais fascistas que eclodiram na Europa ao longo da década de 1920, o jovem San Tiago Dantas mediante aos seus artigos, manifestava sua admiração pelo regime. Com a eclosão e os desdobramentos da Revolução de 1930, tanto a sua produção intelectual quanto a sua vontade de integrar a militância política aumentavam.

Considerado uma personalidade política promissora no campo da oratória e na escrita, principalmente pelo seu apoio ao fascismo, San Tiago Dantas ao se manifestar abertamente no artigo “A extinção do legalismo” (DUTRA, 2014: p. 219), para Dutra (2014), também marcaria posição de suma importância no debate ideológico deste momento. Passando a integrar ainda nesta época o movimento Legião Revolucionária³⁹ e assumindo a posição de redator dos jornais *A Razão* e *A Hierarquia*, San Tiago Dantas também passa a se aproximar de Plínio Salgado.

Apresentado a Plínio Salgado no ano de 1931, a dobradinha de San Tiago com o líder integralista duraria entre os anos de 1932 e 1938. Filiando-se, à Ação Integralista Brasileira (AIB), além de participar ativamente da organização dos rumos do movimento, por meio da publicação de artigos no semanário *A Offensiva* e ministrando cursos na “doutrina” da província da Guanabara, San Tiago ainda nesse período, segundo Onofre (2012), também tentaria a concorrer seu primeiro cargo político na Câmara dos Deputados, mas sem sucesso.

Formado em 1932 e munido de sua reputação e prestígio começa a lecionar na Escola Nacional de Belas Artes. Casando em 1934, e dividindo entre um cargo alto no Ministério da Educação e o exercício da advocacia, segundo Onofre (2012), San Tiago Dantas seguiu dentro do movimento integralista até sua radicalização a partir de 1935.

Visto isso, passando participar menos das atividades da AIB, ele também participou da Câmara dos 40⁴⁰ até sua saída definitiva em 1938. Fatores como a

³⁸ Revista editada pelo CAJU lançada em maio de 1930.

³⁹ Ver em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001: Fundada por Miguel Costa em novembro de 1930, a organização buscava aprofundar o apoio ao movimento que culminou na Revolução de 30, sofrendo com a pressão de grupos conservadores.

⁴⁰ Ver em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001: Órgão de consultoria da direção do movimento integralista em 1936.

deflagração do Estado Novo e desentendimentos com as ideias do movimento, San Tiago Dantas passou por um longo período longe de atividades políticas dedicando-se a uma de suas muitas paixões: o magistério e o direito.

2.2.1 O mestre que advogava.

Tendo em vista o conturbado período ditatorial do Estado Novo (1937-1945), com o afastamento do movimento integralista, a carreira de San Tiago Dantas daria um salto significativo. Sua dedicação ao magistério e ao direito lhe rendeu também destaque na ocupação de cargos alto, como por exemplo, a direção da Faculdade Nacional de Filosofia (FNFfi) entre os anos de 1941-1945.

Aprovado ainda em 1938 como professor catedrático na Faculdade de Arquitetura da Universidade do Brasil e ocupando o cargo de professor visitante na Universidade de Montevideú, o jovem promissor San Tiago Dantas aos poucos se consagrou como um professor de grande excelência. Especializado na área de Direito Civil e assumindo ao longo de sua carreira, disciplinas como, por exemplo, Direito Romano, ele também influenciaria uma geração de alunos.

Em concomitância no exercício da função de advogado, segundo Onofre (2012), San Tiago Dantas cresceu exponencialmente o que lhe possibilitou adquirir posses e amadurecer seu pensamento político. Ainda nesse período, outro traço de sua versatilidade apareceria também no papel de consultor e conselheiro em órgãos governamentais e conferências internacionais entre as décadas de 1940 e 1950.

A partir do trabalho em entidades como o Conselho Nacional de Política Industrial e Comercial (CNPIC) e a participação em conferências e reuniões internacionais como a IV Reunião de Consulta dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas que foi realizada em Washington em 1951, além de se destacar no começo de uma diplomacia, também começa a ensaiar sua volta à esfera política. Tornando-se assessor pessoal de Getúlio Vargas em seu segundo governo também em 1951, aos poucos San Tiago Dantas se interaria do funcionamento dos bastidores da política do período da República de 1946.

Neste período, conforme destaca Keller (2001), ele se destaca no processo de formação de dois projetos importantes: estudo do anteprojeto da criação da Petrobras e

no estudo do projeto referente à reorganização e criação da Rede Ferroviária Federal⁴¹. Ainda representando o governo brasileiro em outras diversas reuniões e em decorrência da promissora experiência, San Tiago decidiu retornar às atividades da vida político-partidária filiando-se ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB).

2.2.2 Filiação no PTB

Despontando como uma personalidade importante mesmo em meio a um ar de desconfiança, o ingresso de San Tiago Dantas no PTB ficaria marcado pelo caráter de renovação. Responsável por mudanças de suma importância para o partido que enfrentava dificuldades após a morte de Getúlio Vargas, sua entrada no partido também significará o prenúncio de novos tempos, sobretudo, no tocante ao trabalhismo.

Filiando-se ao PTB no estado de Minas Gerais, apesar de ser carioca de nascimento, segundo Veado (2004), San Tiago Dantas rapidamente conquista espaço dentro do partido. Fortalecendo o grupo de João Goulart, sua entrada no partido além de ser fundamental para o desenvolvimento da doutrina trabalhista, também se destaca mais uma vez pela sua intelectualidade e retórica.

Encantado e influenciado com as conquistas de direitos do Partido Trabalhista Inglês baseado nas ideias do ideólogo Harold Lanki, entre muitos temas discutidos por San Tiago Dantas no período, segundo Onofre (2012), se destaca como um ponto fundamental para sua aceitação dentro do PTB. Dando novos rumos para a organização do trabalhismo dentro do partido, que vivia com as perdas de teóricos importantes, como Lucio Bittencourt (1911-1955)⁴² e Alberto Pasqualini (1901-1960)⁴³, conforme salienta Onofre (2012), San Tiago foi responsável por desenvolver uma nova doutrina trabalhista mais próxima do grupo de João Goulart.

⁴¹ Projeto de lei nº.3.115 sancionado em 16 de março de 1957 que visava transformar as empresas da ferrovia da União em sociedades. Projeto na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L3115.htm. Acessado em 29 de julho de 2015.

⁴² Ver em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001: Além de ser um dos principais fundadores do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), Lucio Bittencourt foi eleito deputado federal em 1950 representando o estado de Minas Gerais, além de assumir a vice-liderança do partido na Câmara dos Deputados. Faleceu em 1955 em decorrência de um acidente de avião durante a campanha eleitoral.

⁴³ Ver em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001: Presente na vida política desde o final da Primeira República, Alberto Pasqualini foi uma das personalidades mais importantes na formação do programa do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em sua atuação dentro do partido, ele teve um papel fundamental na difusão das ideias trabalhistas, bem como a participação em debates relacionados ao projeto de fundação da Petrobras.

Eleito deputado federal pela primeira vez em 1958, San Tiago Dantas tornou-se um dos parlamentares mais atuantes da bancada do PTB e no bloco de coalizão formado com o Partido Social Democrático (PSD). Fazendo parte também da delegação que participaria da V Reunião dos Ministros do Exterior das Repúblicas Americanas em Santiago, em 1959, segundo informa Keller (2001), San Tiago dava passos mais longos rumo ao reconhecimento no campo político.

Ainda na mesma legislatura, segundo Keller (2001), ocupando a posição de vice-presidente da Comissão de Constituição e Justiça da Câmara, em 1959, e o mesmo posto na Comissão Executiva Nacional do PTB, em 1960, San Tiago Dantas conquistaria espaços significativos dentro da esfera política. Projetando-se para além dos limites da política nacional durante este período, ele também ocupou cargos de ordem diplomática e representando com mais frequência o Brasil em conferências e outros eventos.

Chegando a ser nomeado por Jânio Quadros Embaixador do Brasil na ONU, apesar de não tomar posse em decorrência da renúncia do mesmo, o posicionamento de San Tiago Dantas em prol da legalidade foi decisivo evitando um possível golpe. Sendo um dos responsáveis junto a Afonso Arinos⁴⁴, Luis Vianna Filho⁴⁵, entre outros, pela redação da proposta de projeto para solução da crise política, San Tiago até o ano de 1962 se dedicou à pasta do Ministério das Relações Exteriores.

Indicado por Tancredo Neves (1910-1985) ao cargo com promessa de contribuir no fortalecimento dos laços do Brasil, principalmente no tocante da política econômica externa, a gestão de San Tiago Dantas a frente do Ministério apesar de curta ficaria marcada pela neutralidade e a sua capacidade de conciliação em meio ao momento de acirramento ideológico que dominava o contexto mundial.

⁴⁴ Atuante como um dos principais quadros da UDN, Afonso Arinos assumiu ao longo de sua carreira os mandatos de Senador em 1958, foi Ministro das Relações Exteriores durante o governo Janio Quadros (1961), além de ter sido um dos principais fundadores da Aliança Renovadora Nacional (Arena). Ver mais informações em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/afonso_arinos Acessado em 25 de agosto de 2016.

⁴⁵ Ver em Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930, 2001: Filiado a União Democrática Nacional (UDN), Luis Vianna Filho além de ser eleito deputado nas eleições de 1962, também assumiu a vice liderança de seu partido na Câmara dos Deputados. Ele também atuou como um ator político importante no movimento pela posse de João Goulart e posteriormente já na ditadura militar (1964-1985) ocupou o posto de governador pelo estado da Bahia.

2.2.3. O ministro da conciliação

Empossado no dia 11 de setembro de 1961 em um dos cargos que garantiu a maior projeção em toda sua vida pública, San Tiago Dantas não só estava em um dos momentos mais emblemáticos da sua carreira, mas também em um dos momentos mais importantes da história política mundial. Passando a atuar de modo mais ativo em decisões políticas, o então chanceler ficaria reconhecido internacionalmente.

Comprometendo-se, entre muitos pontos, no ato de sua posse a dar continuidade à Política Externa Independente (PEI) começada por Afonso Arinos e manter acima de tudo a paz e o princípio de não intervenção e autodeterminação de outros países, San Tiago Dantas à frente do ministério, deu início a um novo rumo ao desenvolvimento econômico brasileiro. Através de medidas como o reatamento das relações diplomáticas com a URSS, com a Argentina e o voto contrário à expulsão de Cuba da Organização dos Estados Americanos (OEA) na VIII Reunião de Consultas dos Ministros das Relações Exteriores dos Estados Americanos em Punta Del Este, no Uruguai, demonstra a honra do compromisso da prática e seu discurso pacifista e conciliador.

Considerando a medida não condizente com o princípio democrático e passível de aumento do acirramento ideológico entre as potências capitalista (EUA) e comunista (URSS), segundo Veado (2004), em quase toda sua explanação durante a reunião, San Tiago mesmo com suas críticas ao comunismo, condenava em todo momento o isolamento das relações diplomáticas com Cuba.

Rendendo-lhe elogios e críticas tanto por parte da esquerda, quanto a setores ligados ao nacionalismo à sua posição em relação ao caso de Cuba, a atuação de San Tiago Dantas como Chanceler também se destacaria em outras ocasiões, como por exemplo, na Conferência de Desarmamento, em Genebra⁴⁶. Em seguida, após participar do processo que levou a nacionalização de algumas empresas internacionais que prestavam serviços ao governo brasileiro⁴⁷ e da comitiva que negociou acordos com os Estados Unidos relacionados ao desenvolvimento econômico Latino Americano, entre

⁴⁶ Ver em KELLER, Vilma, 2001: Convenção realizada em 1962, referente ao apelo pela suspensão de testes com armamentos nucleares, onde o Brasil se declarou “potencia não alinhada”, junto a mais sete países. São eles: Suécia, México, Índia, Nigéria, República Árabe Unida, Birmânia e Etiópia.

⁴⁷ Ver em KELLER, Vilma, 2001: Processo que culminaria na Comissão de Nacionalização das Empresas Concessionárias de Serviços Públicos (Conesp), que gerou ao governo brasileiro alguns desacordos com os países de origem das empresas.

outros, San Tiago Dantas se afastou do cargo no Ministério a fim de renovar seu mandato como deputado federal nas eleições de 1962.

Ainda antes das eleições, seu nome esteve em meio a um impasse como candidato para o cargo de Primeiro Ministro. Após a renúncia de Tancredo Neves, um dia após a saída de San Tiago Dantas do Ministério das Relações Exteriores, Jango o indica como substituto na função. Vetado por parlamentares do PSD e da UDN, como informa Keller (2001), o nome de San Tiago foi substituído depois de muitos impasses pelo de Francisco de Paula Brochado da Rocha⁴⁸. Mesmo considerando uma lástima pela recusa, San Tiago Dantas ao concorrer à reeleição ao cargo de deputado, seria reeleito no pleito de 1962.

Com o retorno do regime presidencialista em 1963, além de dar poderes a João Goulart, também daria novamente a San Tiago Dantas outro Ministério. Ocupando a pasta da Fazenda no ano de 1963, a atuação do ministro no papel de conciliador voltaria a ocupar o cenário político. Trabalhando junto a Celso Furtado⁴⁹ na formulação do Plano Trienal⁵⁰ e programa de desenvolvimento econômico, mais uma vez ele teria que usar sua capacidade de conciliação para a renegociação de uma dívida que o Brasil mantinha com o FMI.

Não obstante, em meio à razão do aumento expressivo das dificuldades em lidar com o plano trienal e a crescente radicalização dos ânimos políticos, San Tiago Dantas se afasta do cargo de Ministro voltando à sua função de Deputado Federal. San Tiago

⁴⁸ Filiado ao Partido Social Democrático, assumiu diversos cargos ao longo de sua vida pública, entre eles a Secretaria de Segurança Pública durante o Governo de Leonel Brizola no Rio Grande do Sul em 1959. Demais informações em: http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/biografias/brochado_da_rocha. Acesso em 25 de agosto de 2016.

⁴⁹ Formado em direito e economia, ligado principalmente ao bloco nacional desenvolvimentista, entre os muitos cargos que o mesmo ocupou ao longo de sua carreira, podemos destacar o trabalho na Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), assessor do Conselho de Desenvolvimento do Nordeste (Codeno) que daria origem a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) durante a gestão de Juscelino Kubistchek, ministro do Planejamento de João Goulart, entre outros. Ver informação em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/celso_furtado. Acesso em 20 de julho de 2015.

⁵⁰ Programa criado no final de 1962 com a principal finalidade de cessar os impasses políticos e econômicos, relacionados principalmente a alta da inflação. Ver mais informações em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/O_plano_trienal_e_a_politica_economica. Acesso em 20 de julho de 2015.

Dantas realizaria um dos seus últimos esforços em defesa do sistema democrático, atuando na Frente Progressista das Reformas de Base.

2.2.4 A Frente Progressista de Dantas

Criada com o principal intuito de formar um grande grupo político em defesa do governo João Goulart, a Frente Progressista de Reformas de Base, formada ao final do ano de 1963, além de se posicionar pela legalidade democrática, também seria uma das últimas ocasiões que San Tiago se destacaria pela sua personalidade conciliadora. A fim de cessar mais um agravamento da crise política, a Frente surgiria a partir da proposta de elaboração de um pequeno programa de reformas visando à preservação do respectivo pleito mediante a da união de grandes forças políticas.

Acreditando que a Frente poderia ser um grande movimento de mobilização nacional da classe política na perspectiva de San Tiago, segundo Onofre (2012), outra finalidade importante que o projeto esboçava era seu uso em um possível impedimento da concretização das conspirações por parte de civis e militares que estiveram na iminência de ocorrer por quase todo o período de 1945-1964.

Visando também unir os grupos de esquerda que se encontravam em declínio, em meio ao processo de radicalização política, San Tiago Dantas durante sua atuação na Frente ampla, além de concentrar medidas referentes à defesa democrática, conforme aponta Onofre (2012), também tinha a finalidade de ajudar no desenvolvimento econômico. Recorrendo ao apoio de partidos considerados de centro e de esquerda para o projeto da Frente, San Tiago Dantas munido de sua capacidade de conciliação procuraria:

os grupos do PTB considerados moderados e afastados da influência de Brizola, o PCB e o PSD. Mas, articulou também com outras forças políticas como o PSB, o PDC e a UDN, que apesar de dominada pelos grupos conservadores, possuía em seu interior uma ala mais progressista, apelidada de Bossa Nova – e até mesmo grupos extrapartidários, como os sindicatos. (ONOFRE, Gabriel, 2012: p. 118.)

Reunindo muitas medidas que contemplaram, por exemplo, mudanças na legislação eleitoral mediante a algumas propostas de emendas na Carta de 1946, e questões relativas à reforma agrária, parte do documento publicado no jornal Correio da Manhã em 6 de fevereiro de 1964 destacaria, segundo Onofre (2012), três tipos de reforma:

[...] que exigiam mudanças constitucionais, as que poderiam ser executadas por meio de legislação ordinária e, por fim, as que seriam realizadas por “Atos do Executivo”. (ONOFRE, Gabriel, 2012: p. 118)

De todos os pontos contemplados entre as medidas formuladas pela Frente, a Reforma Agrária seria a que teria mais destaque, na perspectiva de Onofre (2012), pela aproximação com propostas com o PSD. Já nas medidas atribuídas a propostas de emendas à Constituição de 1946 no tocante de reformas eleitorais, o documento destaca duas:

- 1- Extensão do direito de voto ao analfabeto, sem qualquer restrição quanto às eleições majoritárias, e na forma que a lei dispuser quanto às proporcionais.
- 2- Elegibilidade dos alistáveis, com exclusão dos analfabetos, e com inclusão dos militares de qualquer categoria, desde que passem para a reserva ao registrarem suas candidaturas, mesmo em se tratando de oficiais superiores. (*Correio da Manhã*, 6 de fevereiro de 1964, 1º caderno. p. 8)

Já com relação à limitação da criação de partidos políticos por sua orientação ideológica, entre as medidas para reformas de leis ordinárias também era prevista a suspensão da Lei de Segurança Nacional⁵¹. Enfrentando dificuldades na tentativa de acalmar os ânimos mais radicais por parte da esquerda, sobretudo a grupos ligados a Leonel Brizola⁵² o começo do fracasso da Frente, segundo Onofre (2012), se destacaria muito pela falta de consenso que os partidos políticos também sofriam no período em razão do grave problema de fragmentação⁵³.

Desta maneira, diante de um processo de radicalização que tomaria grandes proporções no início de março de 1964 e em virtude do agravamento de seu estado de saúde, conforme aponta Onofre (2012), sem apoio ou meios que dispusesse para conciliar grupos e partidos no auge da radicalização política de ambos os lados, San Tiago Dantas assistiria os últimos dias do regime democrático em casa, mas não sem deixar sua última possibilidade de solução para evitar um golpe: o testamento político.

2.4.5 O Testamento político

Munido com sua personalidade notável, San Tiago Dantas entre 1963-1964 mesmo debilitado, travaria mais uma batalha em prol da garantia e a manutenção do

⁵¹ Medida referente à tentativa pelo retorno da legalidade do PCB.

⁵² Entre os grupos citados por Onofre em relação à fragmentação das esquerdas, se destacam as Ligas Camponesas, alguns grupos sindicais, entre outros.

⁵³ Referencia ao tópico referente à crise no sistema político partidário, a partir da citação de Souza (1990) ainda no primeiro capítulo.

regime democrático. Aproximando-se da pauta referente às reformas de base durante o período como Ministro da Fazenda, San Tiago buscava, conforme aponta Veado (2004), unir e reagrupar o maior número de atores políticos interessados tanto a legalidade, quanto à necessidade de mudar o sistema político vigente. Contudo, tal iniciativa não foi mais efetiva, em consequência dos muitos conflitos de ordem ideológica e da radicalização política que marcaram o final do governo de João Goulart.

Exemplo disso, o fracasso da Frente Progressista das Reformas de Base ou Frente única, segundo Onofe (2012), faria com que San Tiago montasse um pequeno documento, com o qual viria a desenvolver propostas e medidas importantes como o impedimento de um possível golpe de Estado. Embora a pressa da formulação do documento, segundo Veado (2004), o ideólogo político no documento curto e direto, defenderia entre muitas questões, a manutenção da legalidade e as reformas de base como a melhor saída para a crise política que se abatera sobre o país.

Escrito ainda na vigência do primeiro ato institucional⁵⁴, o documento de San Tiago Dantas publicado no *Jornal do Brasil* no dia 11 de setembro de 1964, além de analisar criticamente os pontos fundamentais da crise política, também destacou entre suas muitas sugestões, a criação de uma “união de forças políticas” integradas ao invés da criação de novos partidos políticos. O objetivo da formação dessas forças, segundo ele, teria como uma das suas principais funções:

[...] eximir-se de qualquer atitude antecipada de apoio ou oposição ao atual governo. Se surgisse como força de apoio, os políticos que a ele se filiassem e que hoje integrariam Partidos independentes ou de oposição, não escapariam à acusação de adesismo, o que lhes tolheria a iniciativa. Se surgisse como força de oposição, iria dificultar a participação de numerosos políticos hoje inscritos na União Democrática Nacional, e que, mesmo sob outras legendas, dão apoio ao presidente Castelo Branco. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *Testamento, Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1964, 1º caderno, p. 3)

Salientando ainda a condição para que essas uniões ou alianças se estabelecessem e fortalecesse a questão do regime democrático, San Tiago Dantas ainda sugeriu no documento, o cumprimento de três grandes objetivos visando, principalmente, a saída para a crise política. Referente a um grande programa de reformas, o primeiro objetivo delimitado pelo ex-deputado se dedicaria, sobretudo a reforma agrária.

⁵⁴ Primeiro ato baixado pela Ditadura Militar em 9 de abril de 1964, ainda mantinha a constitucionalidade da Carta de 1946 e previa a chamada de eleições para o ano de 1966. Lei na íntegra: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/AIT/ait-01-64.htm Acessado em 29 de agosto de 2015.

Ressaltando também a importância de reformas mais técnicas, no administrativo, tributárias, no serviço público e claro na estrutura política, no trecho abaixo, San Tiago Dantas ainda destaca o papel da União no cumprimento dos presentes pontos:

[...] a União deve assentar certo numero de princípios e objetivos, com bastante latitude para permitir a inclusão em seus quadros de homens e forças de posições doutrinárias diferentes, mas com bastante precisão para caracterizá-las como um agrupamento reformista e progressista, objetivando a modernização do País e a implantação através do voto de uma democracia social. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *Testamento, Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1964, 1º caderno, p. 3)

Dirigindo-se diretamente ao regime político no segundo objetivo, San Tiago Dantas analisa criticamente o funcionamento do sistema político anterior, em vigência do tom de radicalização que deu o tom da crise que culminou no golpe de 1964. Acreditando que a adoção de um “governo de Gabinete” seja tão qual perigoso pela sua sujeição à desconfiança e não consulta da estabilidade política aos pares, ele então sugere que dada à realidade brasileira do período, o regime:

[...] poderia consistir no regime em que tanto o Presidente da República como o Chefe de Governo fossem escolhidos pelo Congresso mediante eleição, cabendo ao presidente da República propor ao Congresso o nome que este sufragará ou não para a chefia do Governo. O Chefe do Governo, uma vez eleito é investido, forma o Ministério com ministros de sua de sua confiança, responsáveis perante ele. A substituição do Chefe do Governo depende de eleição prévia de seu substituto por proposta do Presidente da República, ou em determinados casos, por iniciativa do próprio Congresso. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *Testamento, Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1964, 1º caderno, p. 3)

Por último, a terceira proposta de objetivo, voltada à necessidade da reforma do sistema eleitoral vigente no período, na perspectiva de San Tiago torna-se um dos pontos mais indispensáveis para a viabilidade do novo regime político. Entre as muitas propostas de reforma defendidas por ele, seria a associação do:

[...] sistema proporcional à representação por distritos, de modo que a Câmara se compusesse de Deputados por distritos, segundo o princípio majoritário, e de Deputados eleitos por circunstâncias de âmbito mais largo, ou seja, pelos Estados, segundo o princípio proporcional. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *Testamento, Jornal do Brasil*, 11 de setembro de 1964, 1º caderno, p. 3)

Ao final do documento, San Tiago Dantas novamente ressalta a importância e o destaque de suas propostas como saída para o não agravamento de ações que pudessem ferir diretamente o respeito ao princípio democrático.

2.2.6 O legado de um intelectual.

Dono de uma pequena bagagem intelectual, San Tiago Dantas deixaria como legado na história política brasileira uma breve, porém significativa produção. Possuindo diversos admiradores, entre eles alunos e colegas de profissão, por onde passou ele deixaria marcas de sua fina retórica mesmo em face dos grandes desafios que enfrentou.

Autor de obras importantes voltadas para as áreas de direito e política, como *Rui Barbosa e o Código Civil* de 1949, *A educação jurídica e a crise brasileira* de 1955, *Política externa independente* de 1962, *Dom Quixote, um apólogo da alma ocidental* de 1964, entre outras, mais que um admirador das coisas da política, San Tiago Dantas também teve sua versatilidade em suas muitas obras.

Admirador de autores, como Marcel Proust e Max Weber, San Tiago Dantas possui como marca de seu legado literário a preocupação em imprimir em suas obras traços de sua dedicação e divagações acerca de suas linhas de pensamento político. Grande conhecedor de temas como a ciência política, segundo Moreira (1988), San Tiago Dantas foi para uma geração, segundo Veado (2004), mais que uma grande fonte de admiração.

Lembrado também por sua análise imparcial, capacidade de síntese e elegância em suas muitas de suas análises referentes a conjunturas políticas, San Tiago por muitas vezes foi agraciado por homenagens. Recebendo em 1963 o título de Homem de visão em decorrência de seus serviços na vida política brasileira, em um longo discurso ele mais uma vez se destaca pela sua defesa do regime democrático e da liberdade.

Reafirmando alguns dos principais pontos que orientavam o seu pensamento político, San Tiago Dantas compartilha um pouco de suas impressões sobre a realidade brasileira. Atento as principais dificuldades enfrentadas especificamente naquele momento, no discurso em questão ele disserta sobre os seguintes temas: desenvolvimento econômico, necessidade de reformas estruturais, perigo do “extremismo ideológico”, entre outros.

Exaltando sua admiração pela democracia por considerá-la um sistema de governo cuja convivência entre os pares é possível por ser “isenta de opressão” no

entendimento de San Tiago Dantas quando a sua preservação e fortalecimento, justifica a sua validade inicialmente em dois pontos:

Em primeiro lugar, a democracia, no quadro comparativo das instituições políticas conhecidas, não foi superada como forma de proteção do homem na sua confrontação cotidiana com o poder. Em segundo lugar, nenhum outro regime, por mais convincentes que sejam seus resultados no campo econômico ou tecnológico, logrou oferecer mecanismo mais impessoal, e mais capaz de absorver e compensar as formas primárias de violência, do que o democrático, sobretudo no episódio culminante que é o da transferência de poder. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, 1963: p. 6)

Salientando a partir dessa perspectiva que somente por ocorrência de uma ampla reforma social, mediante ao cenário crítico que se arquitetava no governo Goulart, antes de lançar o documento da “Frente ampla”, San Tiago Dantas nesta conferência ainda brindaria a opinião pública com sua eloquência com relação ao seu apoio as reformas de base. Trabalhando também com os conceitos de esquerda positiva e negativa⁵⁵, o presente discurso também destaca posições de San Tiago Dantas com relação a avanços no desenvolvimento econômico mundial e seus impactos na realidade brasileira.

Fazendo referências ao período que atuou na PEI e a perspectivas relacionadas a um momento importante de modernização e a confiança nas classes populares para impulsionar mudanças no campo político, ele fecha o discurso com a seguinte passagem:

É do ajustamento perfeito entre o povo — que nos testemunha todos os dias sua vitalidade — e as elites capazes de se modernizarem, que sinceramente espero ver surgir, como por eletrólise, nossa realidade que pressentimos: o novo Brasil. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, 1963: p. 12)

Deixando também um pouco de seu legado em todos os veículos de imprensa que integrou do período do movimento integralista até o *Jornal do Commercio*, San Tiago Dantas também imprimiria muitas de suas críticas em relação à conjuntura política, em editoriais e artigos, conforme mencionado brevemente nos outros tópicos.

2.2.7 San Tiago e a imprensa

Iniciando sua experiência com imprensa em jornais de pequena circulação ainda no período que era estudante, San Tiago Dantas começou sua trajetória neste campo redigindo pequenos artigos, ensaios e pequenas críticas literárias. Assumindo

⁵⁵ Conceito com os quais San Tiago Dantas passou a definir o movimento de polarização que tomava conta das forças de esquerda no último período do Governo João Goulart.

inicialmente o pseudônimo de Alceu, conforme informa Dutra (2014), aos poucos o jovem intelectual diversificaria as temáticas de seus artigos.

Escrevendo uma coluna semanal publicando crônicas no periódico *O Jornal*, San Tiago começaria a chamar atenção pelo refinamento de sua intelectualidade. Tal característica ressaltada no artigo “Crônica universitária: a lição de Córdoba”⁵⁶ publicado no jornal *Novidades Literárias*, segundo Dutra (2014), também demonstraria alguns pequenos traços de seu engajamento político.

Já no período em que contribuiria diretamente para difusão da doutrina integralista, o papel de San Tiago dentro de jornais panfletários se dividiria entre a fundação em publicações. Exemplo disso, no caso dos periódicos *A razão*, revista *A Hierarquia* e *A Offensiva*, além de ser um dos principais redatores também ficaria responsável pela sua redação.

Alguns anos mais tarde, filiado ao PTB e entusiasta pela divulgação do trabalhismo, San Tiago Dantas faz uma das suas mais notórias aquisições: *Jornal do Commercio*. Adquirindo o jornal no ano de 1957, San Tiago Dantas além de usar o mesmo como carro chefe na divulgação das ideias do partido e ao trabalhismo, também aproveitaria o espaço para desenvolver análises referentes à conjuntura do período de 1945-1964 através da coluna “*Várias notícias*”.

⁵⁶ Artigo referente a análise crítica da situação das universidades brasileiras no período pré-1930, referente à atuação tanto da parte discente, quanto docente.

CAPITULO III

AS “VÁRIAS NOTÍCIAS” DE SAN TIAGO DANTAS

O “Jornal do Commercio”, sob a administração que hoje se inicia não se afastará dos princípios e métodos, em que se formou a personalidade desta folha. Os homens dignos e ilustres, que dirigiram sucessivamente em cento e trinta anos, e os profissionais competentes que a redigem e compõem, souberam fazer dela uma instituição viva, coerente nas atitudes e consequente nos fins, cujos traços mais característicos, no conceito de todos, são a objetividade, a ponderação e a independência. (DANTAS, San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 25 e 26 de março de 1957. 1º caderno, p.4)

Com essas palavras na edição da “*Várias*” em 25 e 26 de março de 1957, San Tiago Dantas dá início a sua mais nova empreitada: a presidência do *Jornal do Commercio*. Assumindo o jornal, que anteriormente fora presidido por Elmano Cardim (1891-1979)⁵⁷, o periódico que ficou sob seus cuidados entre os anos de 1957 a 1959 passaria por uma série de transformações tanto em sua forma estética, quanto ao seu posicionamento político.

Fundado em 1827 por Pierre Plancher, o jornal que historicamente se posicionava em momentos importantes da história política brasileira, como a campanha pelo abolicionismo, na direção de San Tiago Dantas não seria diferente. Assumindo pessoalmente a coluna “*Várias*” entre os anos de 1957-1959, o advogado filiado desde 1955 no PTB, faria do jornal um dos órgãos de imprensa defensores do nacionalismo.

Adquirido o jornal durante a gestão do Juscelino Kubitschek (1956-1960), o período de recorte de análise da “*Várias*”, além de retratar o dia a dia da agenda política e da crise que vivia a política brasileira do período entre 1945-1964, também destaca uma das muitas faces de San Tiago Dantas enquanto um homem público de múltiplas funções. Vitimado por um trágico incêndio em abril de 1959, o presente jornal passaria posteriormente a posse dos *Diários Associados*, responsável pela sua circulação até os dias atuais sob a direção de Mauricio Dinepi desde o ano de 2003.

Sendo assim, neste capítulo exploraremos o pensamento de San Tiago Dantas e sua interpretação do momento conjuntural que a política brasileira passava durante o período da experiência democrática de 1946. Contemplando o período entre 1957 a 1959, na presente análise pretendo destacar três pontos: 1) Analisar o impacto de crises

⁵⁷ Jornalista nascido em Valença começou sua carreira dentro do *Jornal do Commercio* como revisor, chegando posteriormente ao cargo de revisor chefe.

institucionais e políticas durante o governo Juscelino Kubistchek; 2) Identificar a atuação de atores políticos importantes do período e seu papel na definição da agenda política; e 3) Apontar as suas principais conturbações e influência direta destes fatores na ordem econômica.

3.1 Impressões gerais sobre conturbados anos J.K

Importante dentro da conjuntura política do período entre 1945-1964 por ser o segundo mandato a ser concluído dentro de seu tempo hábil, o governo Juscelino Kubistchek (1955-1960), apesar de manter de certo modo uma estabilidade mediante a um período marcado por grandes tensões na formação de sua agenda política, sofreu diretamente com crises provocadas ainda no final do governo Vargas. Às voltas com embates diretos com a oposição, a gestão mesmo antes de começar, sofreu com constantes tentativas de desestabilização.

Os efeitos a logo prazo da Crise de agosto 1954 e posteriormente com o episódio da Novembrada, fariam com que o governo Kubistchek ficasse especialmente marcado, segundo Moreira (2010), por operar no limite constitucional e da legalidade democrática. Responsável por medidas importantes previstas no programa de governo, como a aceleração da economia com o programa nacional-desenvolvimentista, a mudança da capital para Brasília, entre outras, consolidaria sua estrutura com base no programa de metas.

Atuante como um importante pilar na sustentação do programa de governo Kubistchek, conforme salienta Benevides (1979), apesar de carregar alguns pontos positivos com relação ao desenvolvimentismo, o mesmo deixaria a desejar em muitos pontos. Entre os principais exemplos desse fator, podemos destacar problemas com relação à questão social que tinha como uma das metas, diminuir a disparidade econômica, sobretudo no nordeste⁵⁸.

Todavia, criticando muitas vezes a atuação um tanto “frouxa” do governo em relação a ameaças e deflagração de crises política, San Tiago Dantas identificou em muitos artigos, entre os anos de 1957-1959, problemas com relação à questão econômica, social e dos partidos políticos. Indicando por muitas vezes o retrocesso em

⁵⁸ Apesar de contar com programas de incentivo como a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), o apoio econômico ao Nordeste, grosso modo fracassaria em relação a questão do desenvolvimento.

relação às demais potências da América Latina, o mesmo em suas muitas de suas análises também chama atenção para a ausência de ações mais firmes, principalmente na atuação das bancadas PSD-PTB.

Desse modo, evidenciando algumas dessas questões no artigo publicado em 6 de junho de 1957, por exemplo, entre os muito temas destacados ele atribui primeiramente aos chamados “homens públicos” uma das maiores dificuldades de estabelecimento de consenso dentro do governo. Ainda indicando certo perigo com relação ao poder que as Forças Armadas tomam dentro do plano de governo de Kubistchek, atuando como um dos pilares pró-estabilidade do governo, San Tiago ao final do artigo também atenta a influência do “poder civil” na defesa do regime democrático.

Referindo-se mais diretamente a esta questão, San Tiago Dantas ainda reforça sua crítica dizendo que:

A eficiência do Poder Civil não é apenas a do Presidente e de seus ministros. É a do Executivo, do Legislativo e do Judiciário, e requer uma reformulação constitucional do seu funcionamento para que eles não sofram um desgaste que os comprometa perante a opinião. Defender a democracia, ao longo da linha em que se trava o combate para a sua sobrevivência, é hoje a tarefa principal a que são chamados os homens públicos desta geração. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 2 de junho de 1957. 1º caderno, p.3)

Já baseado no cumprimento de um rígido plano de metas e maior desenvolvimento industrial, por vezes o governo Kubistchek ficaria à mercê de uma crise em seu funcionamento interno que ao longo do ano de 1957 assolaria, principalmente, aos trabalhadores. Entre muitas das críticas referentes à gestão, quase sempre se direcionavam três importantes fatores: a falta de entendimento entre os principais partidos políticos (PTB, UDN e PSD), seus líderes e a falta de consenso em relação aos rumos da economia.

Identificando mais de uma vez problemas de ordem crítica relacionados aos “homens públicos” dentro do grupo de ministros do governo, no artigo datado de 17 de agosto de 1957 San Tiago Dantas analisa a falta de diálogo entre o ministro Fazenda, José Maria Alkmin (PSD), e do Trabalho, João Goulart (PTB). Em meio a um cenário de crescente inflação, e aumento de custos, a divergência entre o discurso dos parlamentares, segundo ele, evidencia uma “*descoordenação governamental*” (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 17 de agosto de 1957, 1º caderno p. 4).

Tratando ainda no início do artigo sobre a questão da política de reivindicações salariais, San Tiago Dantas indica que o principal ponto de discordância entre os referentes ministros se enquadrariam, principalmente, em torno da questão da inflação e seus efeitos negativos diante da qualidade de vida da população. Referindo-se pela primeira vez ao tema na “*Várias*” de 4 de agosto de 1957, San Tiago faz um pequeno balanço referente aos 18 meses da gestão Juscelino Kubistchek. .

Destacando primeiramente o objetivo da fala de Juscelino Kubistchek mediante a crise instaurada desde o início de seu governo, San Tiago aponta que o pronunciamento de modo geral colocaria em evidencia problemas essenciais de sua gestão. Neste tocante, em superação das principais dificuldades relacionadas à ordem econômica, o autor acredita que a partir do maior investimento em obras públicas, relacionadas à questão energética, reestruturações no sistema ferroviário, entre outras medidas, deveriam estar principalmente integradas:

[...] numa política econômica, que devolva ao país a estabilidade da moeda, a exemplo do que se conseguiu em outros países, que melhore as condições de produtividade, que estimule as exportações, que desencorajem os consumos supérfluos e as inversões irreprodutivas, que estimule a reaplicação dos lucros, que atraia os capitais externos e conduza sem sacrifícios a iniciativa privada para os setores de maior produtividade. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 4 de agosto de 1957. 1º caderno, p.4)

Ainda neste mesmo artigo, Dantas chama atenção para a soberania do presidente e sua função como único possível chefe político, dentro da lógica da legalidade, o autor destaca também o espaço que as Forças Armadas ocupavam em papéis de destaque na organização do chamado “tripé de segurança”. Assim o mesmo ainda reforça que:

O Presidente da República é o chefe das forças políticas, e se o não for não conseguirá sobrepor as razões superiores do interesse público as pretensões de caráter pessoal, regional ou partidário dos que o apoiam. O tranquilizará a nação seria o conhecimento, em momento oportuno, do esquema de reestruturação de forças obtido pelo Presidente, como embasamento de sua obra de governo. A consolidação da liderança civil repercutiria no meio militar, dissipando a inquietação, e contribuindo, mais [parte ilegível grifo meu] para a desejada reaproximação das Forças Armadas. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 4 de agosto de 1957. 1º caderno, p.4)

Terminando o ano de 1957 em baixa em relação à questão econômica, a gestão de Kubistchek sobreviveria ao seu segundo ano ainda marcado pela instabilidade. Fazendo um balanço referente ao mesmo período com perspectivas para o ano de 1958, San Tiago na “*Várias*”, logo no primeiro artigo do ano, destaca elogios ao governo pela

breve superação da crise e da vitória acima das muitas tentativas de desestabilização do governo.

Dentre as muitas pautas assinaladas por San Tiago como acontecimentos importantes para o ano de 1958, se destacavam as eleições de outubro. Relatando ao longo do ano de 1958 e início de 1959 maiores problemas dentro da conjuntura política da gestão de Kubistchek, como por exemplo, as dificuldades do PSD ao longo da preparação ao pleito, dificuldades para manter a inflação controlada, a estabilização da economia, estão entre os muitos temas a serem tratados de forma mais específicas nos próximos tópicos.

3.2 Funcionalidade e características do sistema político partidário

Experimentando um novo momento de novas tentativas de estabilização da política brasileira, os partidos políticos no período de 1945-1964 buscavam acima de tudo, se reestabelecerem como atores políticos importantes nas decisões políticas do país. Após passarem pela censura no Estado Novo às agremiações partidárias se destacariam, principalmente, pela sua importância tanto na consolidação do sistema, quanto ao protagonismo de episódios políticos durante a experiência democrática.

Consideradas peças fundamentais na organização do sistema político brasileiro do período, conforme já colocado no primeiro capítulo, à obrigação da atuação partidária em âmbito nacional, na perspectiva de Delgado (2010), romperia com um histórico de limitações regionalistas ditadas principalmente por grupos oligárquicos. Privilegiadas em muitas análises da “*Várias*” as agremiações partidárias e suas principais personalidades aparecem em artigos, por muitas vezes em temáticas, como por exemplo, no desencadeamento de crises na ordem política durante quase todo o governo Kubistchek.

Deste modo, para melhor entender a relação entre a formação da agenda político-partidária da época, os artigos a serem analisados aqui nesta seção além de contemplarem a atuação dos partidos políticos e sua importância dentro da conjuntura política, também compreende fatos relacionados a conflitos ocorridos durante o governo Kubistchek. Com relação às agremiações, devido ao seu grande número, consideramos no presente tópico apenas os três partidos de maior destaque do período: União

Democrática Nacional (UDN), Partido Social Democrático (PSD) e o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB)

3.2.1 União Democrática Nacional: o “algoz” da democracia

Consagrado como o principal partido de oposição da experiência democrática de 1946, a União Democrática Nacional (UDN) ficaria marcada em parte da história política brasileira como um dos partidos que mais provocaria instabilidades durante a República de 1946. Um dos maiores responsáveis por isso seria um dos seus mais importantes líderes, o deputado Carlos Lacerda.

Fazendo um minucioso balanço sobre o comportamento da UDN no ano de 1956 San Tiago Dantas, no artigo publicado em 29 de março de 1957, dedica-se a fazer um breve panorama apontando alguns aspectos tanto negativos quanto positivos do partido em situações críticas. Direcionada principalmente a alguns quadros do partido, a análise destacava o nome de Carlos Lacerda entre outros. No mesmo artigo, ele também se faz um breve mapeamento acerca da situação interna da agremiação.

Classificando o referido ano como desastroso para a atuação geral da UDN San Tiago Dantas, em referência à participação deste partido na Crise de 1954 e na Novembrada, avaliou neste artigo o desgaste da agremiação no ano de 1956 dando ênfase à imprensa e ao Congresso como os principais meios de ataque dos udenistas ao governo. Referindo-se ao mal-estar que o partido causou ainda no primeiro ano da gestão de Juscelino Kubistchek, no trecho abaixo San Tiago Dantas ainda faz uma breve menção as conturbações do último ano do governo de Getúlio Vargas:

[...] O "suspense" do escândalo fatigou a opinião pública, sem ter conseguido resolver-se em nenhuma acusação politicamente sensacional. Sem dúvida é possível apontar, aqui e ali o deslize de um funcionário ou os abusos de um chefe político poderoso, mas essas imperfeições, embora reclamem repressão pronta, não chegam a oferecer o volume social, com que contava a UDN para desacreditar o governo e restaurar o clima de tempestades do último ano do Sr. Getúlio Vargas. É difícil dizer até que ponto a atitude da UDN serviu de freio à tendência da burocracia e dos grupos dominantes para praticar ou tolerar um grau mais elevado de corrupção, mas é certo, em todo caso, que a própria UDN não tirou benefícios de sua linha e ainda consumiu mais o seu limitado estoque de popularidade. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *“Várias Notícias” Jornal do Commercio*, 29 de Março de 1957, 1º caderno, p. 4)

Já em referência ao episódio contra a campanha e posse de Juscelino Kubistchek, na percepção de San Tiago Dantas, o posicionamento da UDN fecharia o referente ano em baixa e com muitas perdas mediante ao posicionamento do partido,

relacionado primeiramente ao comportamento de Carlos Lacerda enquanto líder da bancada na Câmara. Classificando a postura do parlamentar com relação ao referido episódio como “extremista” e “impulsiva” e questionando se seu nome seria uma boa escolha para liderança, no trecho abaixo San Tiago Dantas exprime sua opinião quanto ao fato da seguinte maneira:

Muitos poderão pensar que o líder da mais feroz campanha de opinião já desencadeada no país será figura imprópria para liderar uma bancada pelo extremismo e a impulsividade das suas atitudes. Mas a verdade é que o Sr. Carlos Lacerda vai ser chamado pela primeira vez a uma experiência decisiva na sua discutida carreira — a experiência da autoridade. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 29 de Março de 1957, 1º caderno, p. 4)

Outro caso em que a UDN esteve bastante envolvida em um grande escândalo, narrado pela “*Várias*” de San Tiago Dantas, foi à quebra de decoro de Carlos Lacerda que ficou conhecido como “Telegrama 293”⁵⁹. Dedicando pelo menos de cinco a seis edições da coluna ao fato, San Tiago Dantas relatou os seus principais desdobramentos, e acentuaria algumas características relacionadas aos partidos apontados acima.

Dividida em artigos aleatórios por cerca de quase dois meses, o mesmo, além de dar seu destaque à questão, também faria pressão para que uma medida cabível fosse aplicada a fim de sanar os efeitos de tal dano à democracia, neste caso, a cassação do mandato. Deflagrando uma crise institucional dentro do próprio partido, bem como em toda esfera político partidária, San Tiago Dantas inicia seu ciclo de críticas com o artigo publicado datado de 18 de Abril de 1957.

Não dispensando a oportunidade de criticar de forma indireta o principal líder da bancada udenista, no presente artigo, San Tiago Dantas diz:

No seio do governo nas fileiras da oposição há homens que não trepidam em conflagrar o país para satisfazer suas paixões. Esses homens não têm apreço pelo trabalho e pelo bem estar do povo brasileiro, que supõem constituir uma simples plateia voltada para o espetáculo das lutas pessoais e partidárias. Periodicamente esses fomentadores da intranquilidade e da desordem servem-se de episódios políticos para tentar romper o equilíbrio do sistema de forças sobre que repousa a nossa vida institucional. Os abalos que provocam causam prejuízos e deixam marca. As instituições se debilitam sempre que se atenta contra elas no ímpeto de destruir os indivíduos que os encarnam no momento. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 4 de agosto de 1957. 1º caderno, p.4)

59 Sobre o mal-estar causado por Carlos Lacerda, em decorrência da leitura de um telegrama redigido sobre uma investigação direcionada a João Goulart ligando-o ao Presidente Perón, sobre uma então negociação de madeira que teria seu dinheiro desviado para a campanha de Getulio Vargas a presidência em 1950.

Classificando a atuação do líder da bancada udenista no episódio como um gerador da “intranquilidade e da desordem” (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 6 de junho de 1957, p. 4.), San Tiago Dantas no trecho abaixo, condena e faz um pequeno balanço do impacto causado pelo fato na ordem política naquele momento do governo Kubistchek:

[...] Não é possível aceitar, por exemplo, a tese, repetida por diversas vozes da maioria, de que o líder da UDN, lendo o telegrama secreto em sessão pública, incorreu no delito de traição. O crime de traição tem como elemento essencial o objetivo de servir ao inimigo. Sem esta inclinação voluntária, sem este fim, não há falta, mesmo grave, que se capitule como traição. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 18 de Abril de 1957, 1º caderno, p. 4)

Já tratando diretamente sobre a questão do decoro parlamentar, neste outro fragmento, San Tiago Dantas evidencia a culpabilidade da ação de Carlos Lacerda, não somente neste caso, mas em todo o período de República de 1946:

[...] Para o opositor carregado de personalismo e de ódio o que importa é que fique impune o ato antiparlamentar do líder, sejam quais forem as repercussões desse desfecho sobre a vida parlamentar do país. Para o governista da mesma estirpe o que importa é que haja castigo, legal ou ilegal, adequado ou inadequado, seja qual for o seu reflexo sobre as instituições. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 18 de Abril de 1957, 1º caderno, p. 4)

Considerado um ponto crítico na conjuntura do sistema partidário daquele período, o personalismo político e seus efeitos, para San Tiago Dantas, possuem um aspecto bastante negativo, principalmente, com relação à população. Diante de um quadro de crise dentro do partido na tentativa de “pacificar” os ânimos políticos ainda no ano de 1957, o episódio que acabaria com o fracasso da tentativa de processar Carlos Lacerda pela quebra de decoro, parte da UDN se mostraria contrária a ao apaziguamento.

Entre alguns resultados negativos do episódio, San Tiago Dantas destaca um pequeno racha do partido devido ao processo da “pacificação política”. Dividido entre o grupo mais agressivo politicamente que compunha a “Banda de Música”⁶⁰ e grupos mais moderados da UDN, diante da tensão criada pelo grupo de Carlos Lacerda, se refletiria com mais ênfase durante a preparação do processo eleitoral de 1958.

⁶⁰ Ala da União Democrática Nacional conhecida pela agressividade e eloquência no apontamento de escândalos políticos durante todo o período da República de 1946.

Tal fator, na perspectiva de San Tiago Dantas, ocorreria principalmente por dois motivos: perda do eleitorado fiel e a relação à “traição” de sua doutrina moralista em detrimento com alianças políticas relacionadas a partidos e/ou personagens políticos conhecidos por protagonizarem casos graves de corrupção. Indicando esta característica dúbia do partido em relação à aliança regional no estado de São Paulo com o Partido Social Progressista (PSP) de Ademar de Barros, San Tiago também questiona se o partido vai manter sua posição de moralista, principalmente com relação ao governo Kubistchek.

Confirmando, a partir disso, a hipótese da existência de muitas UDN’s dentro de uma estrutura maior defendida tanto por Picaluga (1990), quanto por Benevides (1981) a premissa da fragmentação do partido, sobretudo no caso da pacificação se faz de fato verdadeira. Entretanto, apesar da crise que assolava o partido internamente, a partir das análises da “*Várias*” no desfecho das eleições de 1958, ainda obteria vitórias em quase todas as suas alianças estaduais.

3.2.2 Partido Social Democrático: o centro conservador-clientelista

Considerado por San Tiago Dantas como um dos partidos mais importantes para a vitalidade do período entre 1945-1964, o PSD, bem como já adiantado por Hipólito (1985) e Delgado (2010), também possuía o papel moderador e regulador do sistema partidário. Entretanto, San Tiago Dantas notava que em alguns momentos o partido se deixava levar facilmente pelo que ele chamava de “oportunismo clássico” do seu corpo político.

Moldado ainda sob a mesma estrutura referente à do primeiro governo de Getúlio Vargas, o PSD teve muitas dificuldades para se estabilizar durante a gestão Kubistchek. A agremiação das “raposas”, de acordo com a análise de San Tiago Dantas do período entre os anos de 1957-1959, é também apontada como um dos partidos que sofreram com o processo de fragmentação e perda do eleitorado.

Tendo em vista a acusação de “oportunismo clássico” que San Tiago Dantas se refere por muitas vezes ao partido, um exemplo concreto do questionamento de sua conduta é expresso nos desdobramentos do julgamento do caso “Telegrama 293”. Além de criticar a atuação do PSD com relação à falta de rigor no pedido de punição a Carlos

Lacerda, o mesmo também chama a atenção para o predomínio das decisões do partido influenciadas por membros da oligarquia.

Baseado nisto, no fragmento a seguir, San Tiago Dantas critica duramente o posicionamento do PSD responsabilizando-o diretamente pelo julgamento inadequado da questão da quebra de decoro de Carlos Lacerda:

[...] A responsabilidade por esse erro cabe ao Governo, mas principalmente ao PSD, e dentro do PSD a velha mentalidade maliciosa e oportunista, que ainda governa os movimentos táticos do partido nas chamadas grandes ocasiões. O raciocínio a que se renderam os comandados do Sr. Benedito Valadares foi, mais ou menos, o seguinte. Se o que nos pedem é a licença para processar, concedamos licença, e deixemos que o Judiciário decida do seu fundamento legal. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 17 de Maio de 1957, 1º caderno, p.4)

Um pouco mais adiante no mesmo artigo, apontando para o problema que vem das raízes do PSD, San Tiago Dantas complementa sua crítica à atuação do partido de modo geral:

Há numa proposição desse gênero um exemplo perfeito do que se tem chamado, sem intuito ofensivo, cinismo político. O aparente realismo essas fórmulas se esboços nos grandes «tests», como o de ontem, a que são às vezes submetidas. Os velhos partidos de clientela, de que o PSD é o exemplo entre nós mais acabado, estão fadados a perder um número cada vez maior de batalhas, se insistem em abstrair da justificação dos seus atos, na esperança de colocar o público diante de fatos consumados. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 17 de Maio de 1957, 1º caderno p.4)

Levando em conta também a questão considerada maniqueísta por parte de alguns dos seus “homens públicos”, San Tiago, assim como em Hipólito (1985), também chama atenção para o declínio do PSD enquanto partido conservador e sua capacidade de mobilização do eleitorado. Deixando evidente tal fator na edição da “*Várias*”, de 21 de agosto de 1957, um dos muitos motivos ao qual ele atribui o declínio seria o maior acesso à cultura das classes populares influenciando diretamente no processo de votação.

Nesse sentido, San Tiago Dantas avaliou como um dos fatores principais dessa mudança o maior discernimento da população com relação à escolha de seus representantes e o declínio de velhas práticas políticas. Dessa forma, neste mesmo artigo o autor também ressalta alguns problemas comuns a todos os partidos do período cuja formula política ainda se associasse a práticas políticas baseadas na relação de obediência e poder local como, por exemplo, o coronelismo.

Tornando-se ainda mais latente durante o processo de preparação para as eleições de 1958, as dificuldades do PSD relacionadas à formação de coligações e perda de apoio políticos tradicionais, na visão de San Tiago Dantas, o que mais se destacaria na derrota do partido nas urnas em 1958 seria principalmente a necessidade de mudar os rumos e as práticas internas do partido.

3.2.3 Partido Trabalhista Brasileiro: crise e evolução na cena política-partidária

Tido como o mais à esquerda do período democrático de 1946, o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), que alcançou uma posição de destaque na esfera política nacional de modo promissor, foi tema de muitos artigos de San Tiago Dantas em “*Várias*”. Contudo, embora fosse filiado à agremiação desde 1955, isto não o intimidou a tecer críticas aos seus próprios colegas de partido.

Eleito deputado pela agremiação em 1958 San Tiago Dantas de modo parcial e ao mesmo tempo bastante crítico também fez inúmeras críticas, principalmente, ao funcionamento interno do PTB. Passando por uma grave crise de fragmentação nas unidades regionais do partido nos estados de Minas Gerais e São Paulo, o autor indica na edição na “*Várias*” de 4 de maio de 1957, entre os muitos problemas que o partido enfrentava, além de buscar chamar a atenção de João Goulart para o quadro do partido e seus perigos.

Considerando o caso do PTB paulista como um dos “mais caóticos” em relação à fragmentação partidária, no trecho abaixo San Tiago Dantas destaca que:

O ponto central das dificuldades é o PTB paulista. Em nenhum outro Estado se acha tão avançado o processo social de emancipação das classes populares e de declínio concomitante da classe dirigente, razão pela qual o eleitorado paulista se tornou a presa fácil dos demagogos de ocasião. Pois é em São Paulo que o PTB, em vez de se estruturar como um partido de massas, cujo sentido programático facilmente coincidiria com a aspiração média da população trabalhadora, está transformado numa constelação de minúsculas clientelas, divididas pelas rivalidades pessoais. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 4 de maio de 1957, 1º caderno, p. 4)

Já no caso no PTB mineiro, San Tiago Dantas recomenda mudanças mais profundas e estruturais e de renovação dentro do quadro do partido:

Em Minas Gerais igualmente o partido, oferece a mais lamentável deficiência no que respeita à direção e a cobertura de responsabilidades. O que não tem impedido que o eleitorado nele procure um vínculo de afinidade social, quando é convocado aos pleitos. Também é indispensável que o PTB, além de refazer os seus quadros e restaurar sua disciplina, reexamine sua linha de

conduta política, especialmente no que respeita aos problemas de governo. O objetivo permanente do PTB deve ser o aumento da renda nacional, e a sua melhor distribuição, mas nem por isso tem ele sabido escolher as atitudes condizentes com essa finalidade. Pelo contrário, endossando campanhas que aparentemente favorecem, mas na realidade prejudicam o trabalhador, o Partido, mesmo que obtenha simpatias a curto prazo, compromete a longo prazo seu prestígio e autoridade. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 4 de maio de 1957, 1º caderno, p. 4)

Apontando também o personalismo político como uma das causas da deflagração da crise interna no PTB, San Tiago Dantas também chama atenção para a atuação demagoga por parte de alguns de seus pares. Deste modo, avaliação quanto ao momento de possível ascensão eleitoral do partido também estaria, *grosso modo*, ligado à pressão rumo ao desenvolvimento paralelo de sua progressão eleitoral.

Preocupado com os rumos que o PTB tomava naquele momento com relação ao crescimento tanto na questão eleitoral, quanto a representatividade do partido no governo, San Tiago Dantas destaca dois pontos bastante circunstanciais:

Em primeiro lugar é digno de nota o fato de não se estar robustecendo a aliança entre o PSD e o PTB. A composição de forças que elegeu o Sr. Juscelino Kubitschek, e que parecia fadada a ser a base política estabilizadora do seu governo, não ganhou profundidade nestes dois anos, e até parece de manutenção difícil em face da preparação das novas eleições. Através de ajustes com a UDN ou com o PSD, vai o trabalhismo tomando posições próprias, que contrariam a existência de um bloco majoritário federal. Em segundo lugar é indiscutível que o trabalhismo superou a incompatibilidade originária com as forças militares, alcançando mesmo um grau elevado de aceitação entre elas. Os militares deixaram de ver no Sr. João Goulart um elemento de inquietação social e de tendência esquerdizante, ao mesmo tempo em que passaram a reconhecer no trabalhismo um papel coordenador das reivindicações populares, independente e em muitos pontos concorrente, das infiltrações comunistas controladas do exterior. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 29 de agosto 1957, 1º caderno, p. 4)

Indicando a partir desses pontos a necessidade do PTB em manter sua posição do partido herdeiro do getulismo e trabalhismo ou se “radicaliza” o seu posicionamento político, San Tiago Dantas também destaca entre outros problemas enfrentados pela agremiação naquele momento, a ausência de João Goulart em relação aos problemas de fragmentação. Referindo-se também ao possível sucesso do PTB nas urnas, San Tiago faz algumas pequenas advertências ao partido com relação a futuras atuações, para além das eleições de 1958. São elas:

De um lado, tem o PTB de formar uma doutrina de governo, fiel aos seus compromissos históricos com os trabalhadores e fiel às imposições, não menos irreduzíveis, da realidade brasileira. De outro lado, tem de assumir consigo mesmo o compromisso de confiar às missões de responsabilidade a

homens capazes de desempenhá-las no interesse do país, deixando bem partido, e mostrando que ele está apto para funções superiores. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 29 de agosto 1957, 1º caderno p. 4)

Bem-sucedido no pleito de 1958, revelando traços de renovações em alguns estados, o PTB, apesar de estar enfrentando uma crise interna, teve, aos olhos de San Tiago Dantas, um desempenho positivo, sobretudo com a vitória da agremiação no Rio Grande do Sul. San Tiago Dantas entre a exaltação com o desfecho do pleito e a comemoração também salientou, em edições posteriores a eleição, não só o avanço das forças democráticas como o progresso do partido dentro do processo democrático.

3.3 Os efeitos da pacificação política e as divagações sobre a possível reforma constitucional

Desencadeada a partir da crise causada pelo escândalo no caso do Telegrama 293, o movimento conhecido como “pacificação política” que além de se destacar como um dos temas mais tratados na “*Várias*” ao longo do ano de 1957 abriria frente para muitas discussões com relação à frágil estrutura do governo Juscelino Kubistchek. Discutida arduamente por meses até seu fracasso, as análises de San Tiago Dantas referente ao momento de tensão política, revelaria um rico acompanhamento da formação da agenda política.

Reivindicada pelos governadores de Minas Gerais e Bahia o pedido de pacificação, tanto pelas agremiações que faziam parte da base do governo quanto por parte da oposição. Visando tranquilizar os ânimos e o retorno da ordem no trabalho parlamentar, a pacificação parecia, então, uma saída bastante viável em mais um momento de crise política enfrentada pelo governo Kubistchek.

Vista por San Tiago Dantas como necessária para a manutenção da coexistência da legalidade democrática, a questão da pacificação, além de considerar a força do apaziguamento político também é vista como uma forma de oportunidade do governo Kubistchek de recorrer a mudanças em sua estrutura, sobretudo na possibilidade de fazer uma reforma ministerial. Investindo neste ponto em mais dois artigos, o autor mesmo salienta a importância dessa reforma como um dos pontos mais importantes para se obter a pacificação política.

Neste sentido, apontando para o fato que o corpo ministerial do governo de Juscelino Kubitschek não teria nenhum plano de governo, para San Tiago Dantas,

alguns dos pilares que começariam pelo exercício da pacificação e, por conseguinte, os acertos do governo deveriam ocorrer principalmente pela união dos partidos PTB junto ao PSD. Ambos que formavam a base do governo desde as eleições, ainda segundo a sua perspectiva, também deveriam cuidar de sua estrutura interna com a principal finalidade de manter a estabilidade política.

Contudo, embora houvesse esforços, tanto por parte da UDN quanto do PSD, diante da situação calamitosa, qualquer negociação referente ao tema da pacificação parecia sair caro, principalmente no caso da primeira agremiação citada. Sendo assim, analisando os pontos propostos pela UDN, como o equilíbrio do orçamento e reforma da Constituição, em relação às negociações do processo de pacificação, San Tiago Dantas foca em dois pontos salutares:

O primeiro é justamente esse caráter impessoal dos pontos de apaziguamento. Nem se considerou indispensável o afastamento de certas pessoas, nem se reclamou a nomeação de outras, nem mesmo se tomaram posições cujo reflexo imediato seria a valorização ou a desvalorização de indivíduos. Quando pensamos na crise parlamentar ainda mal curada, de onde emerge o movimento apaziguador, e atentamos no feroz personalismo, que de um e de outro lado a conduziu, somos obrigados a registrar com aplausos essa rápida, ainda que precária modificação de mentalidade. O segundo ponto é superamento das críticas de alguns elementos da oposição à legitimidade do Governo. Os que contestavam a legitimidade do atual governo sobrepondo um julgamento de consciência a decisão dos tribunais, certamente não poderiam aceitar qualquer linha de apaziguamento. Com o poder ilegítimo não há colaboração, inclusive porque essa exclui qualquer justificativa de golpe do Estado. O golpismo tem o seu antídoto no apaziguamento. Por menor que seja a área em que os partidos se dispõem a colaborar, esta disposição elimina a disputa sobre a legitimidade. É, portanto, com júbilo cívico, que vemos a UDN, em pronunciamento de relevo como este, colocar-se numa atitude que ultrapassa definitivamente as querelas de novembro, já extintas, aliás, por prescrição. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 26 de maio de 1957, 1º caderno, p. 4)

Aproveitando de certo modo para criticar o resultado negativo da votação para processar Carlos Lacerda, para San Tiago Dantas a proposta udenista de reforma política, se tornaria problemática a partir do momento que a agremiação se dividia entre a pacificação e continuar na posição de agitadora. Ainda relacionado a isso, o autor enfatiza que mesmo mediante ao acordo estabelecido via pacificação, a oposição continuaria oposição independente ao contrário do que pensavam algumas forças partidárias dentro da UDN.

Não obstante, mesmo mediante a tentativa de acordo entre as partes, na “*Várias*” publicada em 8 de junho de 1957, o San Tiago Dantas evidencia o que parecia

ser o fracasso do processo de negociação ocorrido ao longo de três longos meses. Mostrando-se bastante pessimista em relação ao desfecho do caso, principalmente para seu impacto na estabilidade do governo, sua crítica no referente artigo se direcionaria principalmente às forças políticas que atuavam na base do mesmo.

Neste sentido, entre muitos pontos negativos relacionados ao fracasso do processo do apaziguamento, San Tiago Dantas apontaria para três motivos: (1) não entendimento das alianças políticas da base do governo devido a questões de ordem interna, (2) prevalecimento de razões individuais ao invés do coletivo e (3) a falta de pulso de Juscelino Kubistchek com relação a sua base política.

Literalmente sabotado pela falta de entendimento da aliança PSD-PTB em atuações consideradas como mesquinhas e prejudiciais à ordem política, o governo Kubistchek avaliado em um pequeno pré-balanço do ano político de 1957 na perspectiva San Tiago Dantas, se destacaria a necessidade de mais atenção a instabilidades provocadas pela sua própria base. Atenuando nesta avaliação a atuação do presidente como líder comparado ao final do ano de 1956, San Tiago Dantas indica que:

O ano de 1957, pelo contrário, vem sendo de desgaste para a autoridade do Presidente, que está chefiando as forças políticas e também não parece estar no comando dos setores fundamentais da administração. Neste ponto está ele purgando a culpa de haver organizado um Ministério, cujos titulares, com escassas exceções, não conseguem encaminhar soluções para os problemas de governo, mas apenas render-se às reivindicações de interessados. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 8 de junho de 1957, 1º caderno, p. 4)

Sugerindo também medidas referentes à criação de grupos de tensão, parecida com a proposta que o próprio Juscelino faria frente ao parlamento⁶¹, San Tiago ao final do artigo critica novamente a falta de um programa de governo solidificado e de atores políticos mais “sensíveis” as causas coletivas. Contudo, nem todos os fatores que contribuíram no processo da tentativa de pacificação política estavam perdidos.

Mostrando-se um tema bastante pertinente no período de crise política, a reforma constitucional e algumas outras propostas de mudanças no sistema eleitoral, também seria um dos muitos temas em que San Tiago Dantas debruçaria suas muitas análises na “*Várias*”. Aparecendo pela primeira vez como uma medida apresentada

⁶¹ Trata-se da proposta da criação de uma Comissão de fiscalização relacionados aos atos do governo, que integraria um membro da oposição, rejeitada pela base que segundo San Tiago Dantas, esvaziou a votação dividindo bancada na Câmara em dois.

pelo governador de Minas Gerais, Bias Fortes (PSD) como solução para a pacificação política, a presente proposta mobilizou posteriormente muitas discussões relacionadas ao desgaste que o governo estava sendo submetido naquele momento.

Concordando, e ao mesmo tempo endossando a proposta do governador, San Tiago Dantas além de cobrar de Juscelino Kubistchek o compromisso de cogitar uma possível reforma interna, lembrando o crítico episódio de sua posse, ele também pensa a importância da mesma para o futuro. Levando em consideração a fragilidade do sistema político vigente, San Tiago também acredita que pensar em uma possível reforma constitucional em meio à crise poderia ser bastante profícuo, mas teria seus riscos.

Com o passar dos meses ainda no ano de 1957, algumas outras medidas se manifestariam visando mudança referente ao alistamento eleitoral e à representação política. A primeira dessas grandes mudanças mobilizadas pelos parlamentares foi à reforma no alistamento eleitoral, proposta a partir de um projeto ligado a membros do PSD que visava à extensão do voto aos analfabetos⁶². Criando polêmica entre os pares, principalmente por quadros da UDN, o motivo da proposta do partido, ainda que interessante, também não foi bem vista por San Tiago Dantas.

Dado o histórico clientelista e oligarca do PSD, San Tiago Dantas acreditava que tal mudança no alistamento seria uma forma do partido aumentar seu contingente eleitoral às vésperas do pleito de 1958. Considerando neste caso, a relação antagônica entre cidade x campo, o mesmo também aponta no presente artigo, a probabilidade da validade de extensão do direito ao voto analfabeto favorecer também a UDN e ao PTB.

Entretanto, apesar de ressaltar que ambos os partidos teriam vantagens com relação ao aumento significativo do eleitorado, San Tiago veria a medida mais como prejudicial por acreditar que o voto do analfabeto não resultaria em uma *“qualificação absoluta e uma capacitação cultural plena para o exercício da democracia”* (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, *“Várias Notícias” Jornal do Commercio*, 23 de agosto de 1957, 1º caderno, p. 4). Já em outro exemplo de medidas tão igualmente polêmicas, agora no tocante da reforma na representação eleitoral a proposta referente à prorrogação de mandatos, também provocou algumas discussões na *“Várias”*.

⁶² Ver PORTO, Walter Costa, 2012: Sem restrições ao exercício do voto até o final do Império, o voto analfabeto ficaria restrito na até a constituição de 1988, o voto analfabeto atualmente é facultativo.

Mencionada pela primeira vez no artigo de 12 de Abril de 1957, como uma proposta de emenda constitucional partindo do deputado Antônio Horácio (PSD), considerando a medida prejudicial ao modelo eleitoral adotado no período, San Tiago Dantas no trecho a seguir, faz uma breve projeção dos impactos em caso de aprovação da emenda:

No regime atual, em que os mandatos têm duração diferente, as eleições ocorrem a intervalos irregulares. Haverá anos em que a renovação da Câmara coincidirá com a eleição do Presidente, e em outras ocasiões haverá entre elas o intervalo de um, dois ou mais anos. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 12 de abril de 1957, 1º caderno, p. 4)

Tornando-se realidade alguns meses adiante, a proposta de emenda de prorrogação de mandatos aprovada no estado de Goiânia, causaria novamente discussões em torno de sua validade. Referindo-se à medida como uma “usurpação” da vontade eleitoral do representado, San Tiago Dantas lembra novamente da delicadeza do regime constitucional vigente e que a legalidade democrática estaria mais uma vez exposta, uma vez que a reforma constitucional não foi de fato feita naquele momento.

Felizmente, apontando para uma ação rápida do Supremo Tribunal acerca do julgamento da constitucionalidade da lei, conforme previsto no mecanismo de intervenção federal nos estados na Constituição de 1946⁶³, a discussão ainda arrastou-se por mais alguns meses. Diante de expectativas e tensões provocadas pela véspera das eleições de 1958, a discussão em torno da prorrogação de mandatos voltaria a ter evidência em vias de “especulação” no plano nacional. Classificando mais uma tentativa de desestabilização do sistema político no final do ano de 1957, San Tiago ressalta mais uma vez que medidas em relação a atos como esse deveriam ter mais vista grossa por parte do governo.

Mais adiante, no início do ano de 1958, o desfecho do caso dividido em duas edições da “*Várias*” mostraria já a derrota do projeto de emenda e também referências à proposta de emenda constitucional. No artigo, publicado em 10 de janeiro de 1958, San Tiago Dantas evidencia alguns pontos de vista acerca da proposta de nomes como

⁶³ Garantida na Constituição de 1946, o artigo 7º alínea VII, o julgamento da inconstitucionalidade no caso em questão por medidas previstas no caso de garantia do sistema democrático, baseado, sobretudo na proibição de reeleição no caso de mandatos eletivos (Governador e Prefeito).

o do General Henrique Lott, do deputado udenista e jurista Afonso Arinos de Melo Franco e do deputado pessedista Magalhães Pinto.

Fazendo alusão à declaração do Ministro da Guerra sobre o caso da emenda como uma “provocação” relacionada a parlamentares que viam na proposta de emenda uma possibilidade de postergar seus respectivos mandatos, San Tiago Dantas ainda elogia seu posicionamento em relação a questões civis enquanto militar. Já em referência as colocações de Afonso Arinos e Magalhães Pinto, San Tiago destaca no trecho abaixo que:

O Sr. Afonso Arinos não podia encontrar forma mais veemente de exprimir a sua repulsa à prorrogação do que lançar-lhe o anátema da inconstitucionalidade por infração do artigo da Carta Magna, que proíbe as emendas tendentes a abolir o regime. Sua interpretação é talvez ousada, revelando menos o professor que o homem público, mas ninguém lhe poderá negar o mérito de haver colocado em termos os mais decididos à execração da medida. O Sr. Magalhães Pinto prestou ao seu partido mais um serviço, com a declaração que não atesta apenas a repulsa moral e jurídica pela Emenda, mas demonstra, ao mesmo tempo, confiança na vitalidade do seu agrupamento político, que não teme, antes deseja a prova da consulta popular. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 10 de janeiro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Já no artigo da “*Várias*” publicado em 5 de fevereiro de 1958, San Tiago Dantas além de expor a opinião do próprio Presidente da República com relação a sua repulsa à emenda, ainda salienta que:

O Sr. Juscelino Kubitschek deve a sua presidência à força moral e política da Lei. Como candidato, viu suas pretensões sustentadas no ânimo popular, quando as forças do momento lhe quiseram fazer imposições, e atalhar com ameaças a marcha de sua candidatura. Como presidente eleito, viu sua causa amparada pelo Exército e pelo Povo, quando as forças políticas pretenderam negar posse aos escolhidos das urnas. Se um homem público já se beneficiou da existência e do prestígio da legalidade, foi esse o atual Presidente da República. É natural, é lógico, que ele se constitua no defensor acérrimo daquilo que foi a sua força e razão de ser, e que levante com a sua autoridade uma barreira intransponível ao curso da emenda, que infatigavelmente renasce das cinzas, quando já parece morta e ultrapassada. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 5 de fevereiro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Sugerindo também que os partidos tomem a mesma linha que o Presidente, sobretudo o PTB em detrimento do caráter de renovação política que a eleição de 1958, San Tiago Dantas também apontaria para o fracasso da proposta de emenda diante da opinião pública e das forças que a apoiavam. Considerada uma vitória significava na perspectiva do autor, a derrota da mesma, além de desfazer uma pequena crise, também seria importante na manutenção da legalidade democrática naquele momento.

Por fim, entre o surgimento de outras propostas relacionadas à questão representativa, San Tiago também destaca a proposta de reforma constitucional por parte de Nereu Ramos (PSD) e uma Comissão de Juristas com relação à unificação do período eleitoral para todos os cargos. Ao fim, a proposta acabaria por complicar mais ainda o processo eleitoral que se moldava no dia-a-dia da agenda política quase sempre de forma experimental.

3.4 Nacional-desenvolvimentismo: reflexões acerca da questão econômica e ideológica.

Importante para integralização do setor político econômico do Governo Juscelino Kubistchek, voltado para o crescimento da economia brasileira durante a experiência democrática de 1946, o projeto nacional-desenvolvimentista também acabaria por servir como uma das muitas formas de engajamento. Focado principalmente no desenvolvimento das indústrias de bens duráveis junto com o fortalecimento do apoio do capital estrangeiro, o nacional-desenvolvimentismo de Juscelino Kubistchek, se firmaria mais na esfera do desenvolvimento do que na questão nacional propriamente.

Considerado por muitos membros que engrossavam os setores mais progressistas como um movimento “entreguista”, segundo Moreira (2010), a linha desenvolvimentista do governo Kubistchek se fixaria baseado em seu Programa de Metas. Contudo, mesmo obtendo muitos progressos com relação com a sua implantação, o país não sairia isento de crises no setor econômico.

Mobilizada em muitas edições da “*Várias*”, as discussões acerca da situação econômica brasileira tema que San Tiago Dantas dominava muito bem, sobretudo nos últimos anos de sua carreira, estariam muito presentes em quase todas as suas edições. Escrevendo em meio a um panorama de tensões tanto na economia brasileira quanto na mundial, o autor também destacaria, em muitas colunas entre os anos de 1957 a 1959, seu apoio incondicional ao nacionalismo isento, isto é, livre de influência ideológica.

Definindo o *Jornal do Commercio* como um dos grandes apoiadores da causa, San Tiago Dantas utilizou muitas vezes de “*Várias*” para fazer a defesa do nacional-

desenvolvimentismo. Um dos exemplos claros disso foi o artigo que escreveu para responder a Assis Chateaubriand (1892-1968)⁶⁴.

Declarando abertamente a posição do jornal em apoio ao nacionalismo no artigo publicado em 13 de julho de 1957, San Tiago Dantas sairia em sua defesa a partir do termo “nacionalismo democrático”. Usando de sua didática retórica em uma brevíssima explanação sobre o conceito, justificando que ambos poderiam ser usados na mesma expressão, San Tiago Dantas entende o nacionalismo como uma doutrina política que pode ser facilmente adaptada à democracia e também com a “livre empresa”.

Entre os demais temas mais analisados por San Tiago Dantas, ligados à questão da política econômica no governo Juscelino Kubistchek, podemos destacar o incentivo à industrialização, tentativas de estabelecer relações de política externa com países além do continente americano, entre outros. Este setor, na sua visão, fora um dos setores mais bem sucedidos dentro do período da experiência democrática de 1946.

Ressaltando sua importância do desenvolvimento industrial e destacando algumas de suas principais mazelas San Tiago Dantas, em “*Várias*”, de 20 de maio de 1958, dá um pequeno panorama da situação do incentivo à industrialização. Classificando o processo como uma base importante para fatores como o projeto econômico e também social, San Tiago, em alguns pontos do artigo, denuncia a tentativa de grupos industriais agirem contra empresas estatais importantes para o desenvolvimento do país.

Nesse sentido, um dos exemplos destacados por San Tiago Dantas refere-se à crise do sistema ferroviário brasileiro. Destacando a importância da mesma para o desenvolvimento industrial e seu sucateamento e altos custos ao longo dos anos, mesmo com a aprovação do projeto de lei que unificava toda a rede no ano de 1957, não seria suficiente para controlar a crise da estatal.

Outro ponto salutar dentro do Plano de Metas do governo Kubistchek foi relacionado ao investimento do desenvolvimento industrial no Nordeste, colocado como um dos compromissos de campanha que fracassaria pelo menos na tentativa de elevar o nível de vida da população sertaneja ao final de seu governo, segundo Moreira (2010).

⁶⁴ Dono de uma cadeia de jornais, entre eles o “*Diários associados*”, também ocupou duas vezes o cargo de Senador pela UDN.

Aparecendo brevemente nas análises de San Tiago Dantas, as críticas referentes a programas de maior investimento para a região, sempre vinham acompanhados com um tom de reivindicação.

Destacando a importância do Nordeste como uma região com potencial de alto desenvolvimento apesar de suas mazelas, San Tiago Dantas no artigo publicado em 23 de abril de 1958, além de apontar a necessidade de “correção” do desequilíbrio da economia brasileira no eixo norte-sul, também acredita ser necessário o investimento em políticas que colaborariam para um possível reequilíbrio econômico no país, que também se encontrava em crise.

Afirmando também que o desenvolvimento do Nordeste deveria ser pensado de forma nacional e não limitada à região, San Tiago Dantas salienta que os muitos efeitos positivos direcionados a esta política também significariam a *grosso modo*, a valorização da população nordestina através de medidas que garantiriam a educação e o bem-estar social dos nordestinos. Deste modo, na edição da “*Várias*” de 31 de maio de 1958, San Tiago, ainda insistindo na questão da importância nacional que deveria ser dada ao problema da região Nordeste e a sua capacidade de desenvolvimento em relação ao âmbito industrial, diz que:

O Nordeste não pode deixar de ser, no Brasil plenamente desenvolvido para o qual nos encaminhamos um núcleo de civilização industrial. É certo que uma parte de suas terras, a faixa mais próxima ao litoral, oferece condições propícias a uma exploração agrícola de alto rendimento, e que, nos sertões recobertos de pastagens escassas, floresce tradicionalmente uma importante pecuária. A própria preservação dessas atividades, entretanto, e, sobretudo a elevação dos seus níveis de rendimento, depende de que se integre à economia da região um parque industrial, capaz de proporcionar recursos estáveis à população e de aumentar o seu potencial de investimentos. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 31 de maio de 1958, 1º caderno, p. 4)

Já com relação ao constante problema da estiagem característica da região que é colocado como empecilho para o problema do desenvolvimento industrial, San Tiago ainda reitera que programas de represamento de água desenvolveriam não somente a economia como estimulariam de forma bastante profícua a capacidade de fertilidade da região. Deste modo, a partir do estudo realizado pelo Conselho de Desenvolvimento Econômico, ainda naquele ano relacionado ao problema da seca, na perspectiva do mesmo se buscava uma solução para os problemas da região.

Cerca de quase um ano depois, o artigo publicado em 22 de fevereiro de 1959, trazia medidas mais concretas relacionadas à questão nordestina, concentrando suas

forças na chamada “Operação nordeste”. Estruturado em pouco tempo, na ocasião do artigo, mas dando respostas imediatas à população, às dúvidas, questionamentos, pautas, como o investimento feito para sanar os efeitos da seca.

De forma bastante otimista embora ressalte que o monitoramento e os investimentos na região não poderiam parar devido à questão climática nordestina, San Tiago Dantas ainda afirmaria no trecho abaixo que:

A legitimidade e a urgência das aspirações do Nordeste por uma política de desenvolvimento regional, que é, na realidade, de reequilíbrio nacional, não podiam deixar por mais tempo de encontrar eco no Governo Federal, e tudo indica que a Operação Nordeste, iniciada pelo Sr. Presidente da República, e ainda em fase de planejamento, poderá vir a ser um dos pontos altos de sua gestão — um dos pontos capazes de dar a sua dimensão histórica. É claro que tudo isso depende, não das intenções, mas dos resultados. Só à vista destes será possível medir o que valeu o programa de governo ora em fase inicial, mas é lícito examinar, desde já, o que se patenteia na sua concepção e planejamento. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 22 de fevereiro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Ainda dando destaque à questão do planejamento que estava sob os cuidados de Celso Furtado e Aloísio Campos, San Tiago ainda sugere mais medidas de apoio a infraestrutura para além da ocasião da época de estiagem. Dentre algumas dessas medidas sugeridas pelo autor, podemos destacar sua defesa da extensão de obras relacionadas à questão portuária, no investimento em transporte, exploração de minérios e por fim na criação definitiva do parque industrial.

Já em relação ao desenvolvimento da política externa brasileira, conferências como as de Bretton Woods⁶⁵, Conferência Econômica de Buenos Aires, entre outras, também seriam destacadas nos artigos da “*Várias*”, acompanhando assim todos os passos da chancelaria brasileira. No caso específico do evento na capital da Argentina, as análises da cobertura foram feitas do início ao fim da conferência, ressaltando a importância das mesmas para o progresso do destaque da economia brasileira no âmbito internacional.

Buscando também promover, ainda que de forma debilitada, o desenvolvimento da política externa brasileira, a gestão de Kubistchek lançaria como um elemento importante para validação dessa política a Operação Pan-Americana (OPA). Contudo,

⁶⁵ Conferencia realizada ainda no final da Segunda Guerra Mundial que resultou no acordo assinado por 44 países, responsável também pela criação dos órgãos de apoio a economia, como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e do Banco de Internacional de Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD).

ainda que a missão nesse quesito tenha sido proveitosa, ainda se apresentariam dificuldades em romper com os laços continentais.

O projeto, que tinha como principal finalidade atrair a atenção dos Estados Unidos para a América Latina, apesar de ocupar o papel de “barganha”, não atingiria o ponto esperado. Tema de pelo menos três edições da “*Várias*”, a OPA enfrentaria muitos problemas no ano de 1958, sobretudo com relação à falta de interesse dos EUA em manter relações com países latino-americanos.

Apontando para este fator na edição de 20 de julho de 1958 da “*Várias*”, entre muitas ressalvas e críticas em relação à OPA, San Tiago Dantas, fazendo um breve diagnóstico do que espera da medida, além de observar a continuidade de velhas práticas no âmbito da política externa⁶⁶, também destaca duas causas para o então complexo de inferioridade que assolava os países latino-americanos:

1° — a circunstância afortunada de sermos a área menos crítica, na estratégia defensiva do Ocidente; 2° — o fato de não possuirmos, para pressionar a cooperação americana, nenhum poder coercitivo, nenhuma força efetiva ou compulsiva. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 20 de julho de 1958, 1° caderno, p. 4)

Destacando ainda outros fatores como uma estratégia mais ativa, apesar do momento de crises na ordem política e econômica, San Tiago ainda destaca que, para que ocorresse de fato uma mudança no panorama da política externa brasileira e dos demais países latino americanos, deveriam ser tomadas posturas mais firmes. Não obstante, outra questão discutida em “*Várias*” também seria as tentativas do Brasil de estabelecer relações políticas e econômicas com outros países de fora da América do Sul.

O debate achava-se bastante influenciado pelo conflito ideológico e pela Guerra Fria. Um bom exemplo disso, nas análises de San Tiago Dantas acerca do tema, foi à defesa do reatamento das relações comerciais com a URSS e demais países socialistas. Considerando abertamente a possibilidade da medida, Dantas no artigo referente ao dia 7 de março de 1958, salienta a necessidade de sua adoção após onze anos de rompimento com as relações diplomáticas entre os dois países.

⁶⁶ Ainda no mesmo artigo San Tiago faz referências as iniciativas de Getúlio Vargas de tentativas de estreitar os laços com os EUA a partir da Comissão Mista Brasil-Estados Unidos, que também não fora efetiva, sobretudo, por crises internas no segundo governo de Vargas.

Para ele, alguns dos muitos benefícios que o Brasil pode vir a ter, considerando o possível reatamento, podemos destacar dois pontos:

O primeiro é aquele em que cotejamos as vantagens e desvantagens do isolamento diplomático e comercial, em que temos vivido, desde 1947, em relação aos soviéticos, para medir os efeitos daí decorrentes em nossa linha de ação internacional. O segundo é aquele em que se apagam os benefícios eventuais resultantes da abertura do nosso mercado aos produtos soviéticos e do mercado soviético aos nossos produtos. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 7 de março de 1958, 1º caderno, p. 4)

Além disso, ele enumera alguns pontos que julga mais importante para o fortalecimento de laços econômicos. Pensando, principalmente no bem estar democrático e também no avanço da política externa, San Tiago chamaria atenção para o fato de que o mercado mundial funcionaria independente da questão ideológica.

3.5 Eleições de 1958: cobertura, resultados e balanço.

Realizadas no dia 3 de Outubro de 1958, as eleições gerais para governador, vice-governador e a renovação da Câmara dos Deputados, Senado Federal e Assembleias Legislativas⁶⁷ tiveram um destaque especial de grande parte da publicação da coluna “*Várias*”. Nas análises de San Tiago Dantas do referido ano, as eleições tiveram o papel importante, sobretudo com relação à formação do cenário político que se projetavam para as eleições de 1960.

Marcada pelo acirramento e de mudança significativas nas lideranças políticas no caso de alguns estados, o processo eleitoral de 1958 também iria determinar o rompimento ou a formação de novas coligações. Evidenciando, de forma breve e ao mesmo tempo densa, o panorama das percepções e perspectivas do novo pleito, as análises de San Tiago Dantas *grosso modo*, além de nos revelar pequenos traços da conjuntura política da República 1946, também chamam atenção para o funcionamento de sua dinâmica político-partidária.

As eleições de 1958 para alguns partidos, na perspectiva de San Tiago Dantas, significaria a perda do monopólio tanto com relação ao seu eleitorado, quanto com relação ao número de cadeiras na Câmara. Dentre as três principais agremiações políticas mais atuantes durante o período de 1945-1964, o PSD seria o partido que mais perderia eleitores e espaço durante a corrida eleitoral.

⁶⁷ Tabelas com dados referentes aos resultados do pleito e comparação com o pleito anterior estão presentes no anexo.

Evidenciando isso em quase todos os artigos referentes ao tema, San Tiago Dantas, em “*Várias*” de 17 de maio de 1958, destaca entre muitos pontos o possível enfrentamento do PSD com seu então aliado na base do governo, o PTB. Referindo-se ao caso das dificuldades no estado da Bahia em fechar um candidato para o cargo de governador, a coligação acabaria ficando com a UDN.

Ocorrendo a questão também em outros estados, o impacto da situação do PSD na corrida eleitoral de fato, só iria ficar evidente a partir do resultado das eleições. Dividida em alguns estados pelas tradicionais coligações PSD-PTB ou UDN-PSP, a relação que não estava nada “harmônica” no caso dos dois primeiros partidos estaria ameaçada por um conflito de lideranças.

Revelando a partir disso o quadro de fragmentação dentro do próprio PSD na Bahia, a dificuldade da definição de uma candidatura oficial ficaria bem expressa no resultado nas urnas. Produzindo uma análise de conjuntura da campanha em “*Várias*”, no dia do pleito, San Tiago Dantas, ao fazer um pequeno balanço sobre impressões iniciais sobre a corrida eleitoral, destaca principalmente o rompimento com a rotina do arranjo político. Fazendo referência à Crise de agosto de 1954, o mesmo sintetiza o impacto do pleito no seguinte trecho:

O drama de 1954 pusera em campos opostos os partidos e grupos que defendiam Vargas e os que o atacavam. Essa marca não desapareceu e é provável que jamais desapareça por completo, tão intensa é a projeção de Vargas, mesmo depois de morto, sobre a paisagem política brasileira. Mas é inegável que a campanha de 1958 permitiu alianças entre a UDN e o PTB, entre o PSD e a UDN, em vários Estados ao mesmo tempo em que, em outros, se extremava o antagonismo entre os dois partidos de Vargas: o PSD e o PTB. Dir-se-ia que a realidade estadual, mais poderosa e consistente, ao menos no plano político-partidário, do que a realidade federal superou as divisões estabelecidas entre os partidos, sobrepondo as diferenciações formais as afinidades autênticas dos interesses regionais. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Cerca de três dias mais tarde, ao se manifestar na “*Várias*” com resultados ainda que parciais San Tiago Dantas além de comemorar algumas possíveis vitórias significativas do PTB no Rio Grande do Sul e no Rio de Janeiro, também destaca a possibilidade de vitórias da UDN em doze estados. Já no caso do PSD, o autor anuncia a possibilidade de fracasso eleitoral em estados onde o partido era maioria.

Amargando perdas circunstanciais, como no caso do governo no estado da Bahia, o partido enfrentaria uma intensa crise, que segundo San Tiago Dantas, apesar de

preservar sua bancada na Câmara dos Deputados, o partido em questão sairia bastante debilitado, prejudicando em parte o governo Kubitschek. Avaliando de forma bastante crítica à perda do PSD, para ele uma das possibilidades da situação do partido, *grosso modo*, parte do princípio de que:

Um partido não pode abusar de sua condição de majoritário, para se permitir, sem prejuízo imediato ou mediato, o risco das subdivisões internas, do afastamento consciente da linha geral de conduta do partido, e da escolha de soluções adequadas ao posto ou ao interesse de um chefe, por mais prestigioso que ele seja. O resultado inevitável é um desgaste junto ao eleitorado, desgaste que não se percebe com nitidez no primeiro instante, mas que acaba por se exprimir num déficit de votos na primeira ocasião. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Comercio*, 3 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Contudo, ainda entendendo qualquer balanço inicial do pleito como precipitado e exagerado, referente às interpretações partidárias nos estados, San Tiago Dantas acreditava que mesmo em meio à crise política, as coligações entre PTB e PSD ainda deveriam ser mantidas até o final da gestão Juscelino Kubitschek. Já a questão do desfecho das eleições de 1958 pelo ponto de vista do eleitorado, também significaria a vitória mais que expressiva do regime democrático.

Em meio ao resultado do pleito de 3 de outubro e a condição histórica da não renovação de chefes mais tradicionais no campo político, San Tiago Dantas ainda se refere ao papel do eleitorado no processo de renovações no campo eleitoral da seguinte maneira:

O eleitorado já não se move, com obediência e passividade, para dar execução nas urnas a um compromisso escrito dos chefes partidários, a menos que estes se tenham ocupado em dar ao compromisso um sentido popular, tornando o aceitável pelas bases do partido. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Comercio*, 12 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Também exaltando a vitória de figuras políticas importantes, como Leonel Brizola (1922-2004) no Rio Grande do Sul e Carvalho Pinto (1910-1985) em São Paulo, San Tiago elege os efeitos dos resultados do pleito de outubro de 1958, como um movimento importante para o desenvolvimento do progresso da força eleitoral no Brasil rumo às eleições de 1960.

3.6 Balanço geral da “*Várias*”

Tecendo quase que diariamente críticas ao governo de Juscelino Kubitschek, San Tiago Dantas, por intermédio da coluna “*Várias*”, além de possibilitar que seu leitor

ficasse a par dos principais temas que mobilizavam a agenda política daquele momento, também revelaria de modo mais geral sua opinião em relação ao cenário político da experiência democrática de 1946. Deixando a marca de bem sucedida, a gestão apesar das turbulentas crises institucionais e políticas, ainda investiu em medidas importante para manter sua estabilidade.

Tratando sobre a rotina diária da vida política e partidária durante o governo Kubistchek, os artigos publicados por San Tiago Dantas analisados no presente capítulo, procurariam destacar temas polêmicos, principalmente os que buscaram ferir a ordem democrática. Relacionadas à questão de problemas no arranjo político-partidário, as análises de San Tiago Dantas apontavam como principal causa do cenário instável da referida gestão a atuação dos que ele se refere como “homens públicos”.

Ressaltando fatores como falta de pragmatismo e moralismo por parte de seus colegas parlamentares, San Tiago Dantas acreditava que muitos desses pontos dificultariam a tentativa do governo Kubistchek em manter-se estável durante o ano de 1957. Outro ponto indicado por ele em relação ao agravamento de crises e instabilidades no período como um todo, o personalismo político relacionado à atuação dos “homens públicos” seria um dos principais fatores, o que tornava o sistema ainda mais vulnerável.

Identificando tal característica através de casos, como o do “Telegrama 293”, das discussões em torno de pacificação política, reformas no sistema político, entre outros, San Tiago Dantas ao longo de suas análises atentou também para os efeitos negativos do personalismo dentro dos partidos políticos. Temas como a fragmentação interna das agremiações bem como a manutenção de velhas práticas políticas, são alguns dos fatores que San Tiago Dantas avaliava como os mais prejudiciais para a harmonia do sistema político como um todo.

Confirmando por muitas vezes algumas perspectivas feitas por autores como Souza (1990), Benevides (1979 e 1981), Nicolau (2012), alguns problemas no sistema político nas análises de San Tiago Dantas, se destacariam, sobretudo nas grandes mudanças realizadas a partir do ano de 1958. Neste sentido, temas como o rompimento de coligações até então tradicionais, como no caso da relação entre PSD e PTB, aparecem com bastante evidencia durante a cobertura na “*Várias*” até a realização do pleito realizado em 3 de outubro.

Referente à influência da figura de Getulio Vargas na rotina político partidária, nas críticas de San Tiago Dantas é possível notar que apesar de fazer-se bastante presente na escolha nas urnas, esta passaria ficar ainda menos latente a partir das eleições de 1958. Acreditando que a devoção em torno de sua personalidade tomaria foco no pleito, no trecho abaixo ele salienta que:

[...] o getulismo cada vez mais se despersonaliza, deixando de ser um vínculo com o passado para ser um caminho para o futuro, pois a obra, e sobre tudo a posição histórica de Vargas, é que vão marcar rumo do movimento de reforma social do país, através da ascensão da classe trabalhadora e da intensificação do desenvolvimento econômico, dentro de um nacionalismo democrático, isento de comunismo. (DANTAS, Francisco Clementino de San Tiago, “*Várias Notícias*” *Jornal do Commercio*, 3 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4)

Explorando também temas relacionados à conjuntura econômica e a política externa brasileira, San Tiago Dantas através de muitos artigos da “*Várias*” também daria valiosas contribuições através de críticas lúcidas e precisas direcionadas aos rumos que a política econômica brasileira tomava entre os anos de 1957 e 1959. Entre os muitos assuntos nos artigos analisados em relação à questão no presente capítulo, podemos destacar problemas com o controle da inflação, com investimento e programa de desenvolvimento econômico, entre outros.

Ocupando um papel de destaque em quase todos os artigos analisados, o debate referente ao projeto nacional-desenvolvimentista feito por San Tiago Dantas, se pautaria principalmente nas dificuldades nos avanços da industrialização. Embora considerasse a situação brasileira baixa no quesito produtividade em relação a outros países, San Tiago Dantas nas análises da “*Várias*” ao longo dos anos de 1957 a 1959, sugeriria algumas medidas que ele então considerava cruciais para o fortalecimento do setor.

Desse modo, dentre algumas possíveis soluções para problemas relacionados ao projeto de desenvolvimento do governo Kubistchek sugeridas por San Tiago Dantas, podemos destacar os seguintes pontos: 1) Reforma de empresas estatais que sofriam com problemas, sobretudo em sua estrutura econômica; 2) Maior investimento e incentivo da expansão das indústrias privadas; 3) Iniciativas de empregos no setor industrial, sobretudo no apoio ao aumento da mão de obra, através de investimento em educação e mais cursos de capacitação.

Não limitado apenas a críticas relacionadas ao desenvolvimento econômico nacional, o balanço de San Tiago Dantas sobre política externa apontaria,

principalmente para as muitas dificuldades enfrentadas tanto pela chancelaria brasileira quanto os demais países Latino-Americanos, entre eles, as inúmeras tentativas de conquistar o apoio financeiro dos Estados Unidos. Embora fosse um grande defensor da aproximação das nações americanas com os EUA um dos fatores mais criticados por ele, sobretudo, relacionados ao atraso do projeto desenvolvimentista brasileiro eram suas constantes negativas as reivindicações de ajuda econômica.

Relacionadas sugestões de melhorias na situação da política externa brasileira, endossadas na “*Várias*” por San Tiago Dantas, além de revelarem o problema do Brasil e sua limitação econômica e diplomática, também destacariam alguns pequenos efeitos colaterais da Guerra Fria. Exemplo disso, na discussão em torno da possibilidade de reaproximação econômica com a União Soviética e países socialistas⁶⁸, pautada por parte da imprensa e do corpo político, na perspectiva de San Tiago, significaria uma das muitas possibilidades do país em assumir uma postura mais firme tanto para a política de desenvolvimento interna, quanto para a externa.

Sendo assim, além de procurar trazer à luz a memória de San Tiago Dantas através de suas análises valorosas da “*Várias*”, também buscou-se no presente capítulo ressaltar a importância do período político de 1945-1964 que, por excelência, ficaria marcado na história política brasileira em razão de seu legado marcado pela liberdade e resistência a favor da legalidade democrática.

⁶⁸ Conforme apontado no capítulo 2, medida que San Tiago Dantas realmente toma a frente do Ministério das Relações Exteriores no ano de 1962 durante o período parlamentarista do governo João Goulart.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mais do que um período onde se realmente gozou das liberdades democráticas, a República de 1946 além de deixar sua marca como o primeiro experimento democrático que de fato tivemos, também deixa em seu legado para a história política brasileira um novo tempo político, onde personagens políticos sobreviventes da Primeira República tiveram que se adaptar ao seu arranjo político inovador.

Da formalização de um antigo desejo de partidos políticos atuarem dentro da conjuntura nacional a atores políticos poderem fazer valer seus direitos como eleitores sem o medo do chamado “cabresto”, uma das muitas características que atestam que o período entre 1945-1964 foi efetivamente democrático, seria a prova de grandes mudanças, tanto no código eleitoral quanto na formalização de candidaturas políticas ainda que com muitas restrições.

No entanto, mesmo neste clima de mudança e experimentações quanto ao exercício livre da democracia, algumas tentativas de sublevar a ordem apareceriam de modo quase constante. Da Crise de 1954 ao Golpe militar de 1964, conspirações contra o regime que funcionou em meio a muitas instabilidades, se destacavam dentro de uma agenda política mundial em torno da Guerra Fria e sua disputa ideológica bipolar.

Dentro deste panorama, veículos de imprensa escrita tiveram um papel valioso e por algumas vezes decisivo. Passando por um processo de modernização em sua forma e linguagem, alguns jornais do Brasil na década de 1950 e início dos anos 1960, apesar de tentarem largar aos poucos uma postura mais combativa, também seriam muito importantes para o fortalecimento de uma opinião pública forte e marcada por escândalos e crises políticas.

Aproveitando-se dessa situação, durante o período democrático de 1945-1964 que se dividiam entre suas funções políticas e seus veículos de mídia, faziam usufruto do referido espaço, fosse de forma particular ou em detrimento da divulgação de seus respectivos partidos políticos. Tendo em vista que esta não era uma prática inaugurada naquele momento, mas que motivaria *grosso modo* uma das muitas formas a serem usadas como modo de atuação política.

Dessa maneira, através da interpretação de San Tiago Dantas e suas “*Várias Notícias*” publicadas no *Jornal do Commercio* entre os anos de 1957 a 1959, na

presente dissertação buscou-se analisar e compreender problemas da conjuntura política brasileira do breve período democrático situado entre 1945-1946, sobretudo durante o governo Kubistchek. Para tanto, a partir de um grande mapeamento de elementos que contribuíram para o frágil cenário político estudado ainda no primeiro capítulo, também foi possível identificar os impactos de conflitos vivenciados no nosso sistema político-partidário, até mesmo a atuação de atores políticos importantes e seu papel na definição de uma agenda política.

Sofrendo diretamente com os impactos das crises políticas de agosto de 1954 e de novembro de 1955, a narrativa quase diária do governo Juscelino Kubistchek na referida coluna, também foi bastante rica para a identificação de problemas relacionados à conjuntura política do período de 1945-1964. Diante disso, nos artigos da “*Várias*” analisados ao longo do capítulo 3, destacaram-se questões voltadas principalmente as instabilidades na estrutura política entre os anos de 1957-1959.

Mostrando um pouco da versatilidade de San Tiago Dantas em discussões de temas direcionados a política nacional e internacional, nos artigos analisados também é possível observar transformações dos partidos políticos mediante a crise políticas. Considerando em nossa análise apenas as três principais agremiações partidárias devido ao seu vasto número (UDN, PTB e PSD), através da perspectiva de San Tiago Dantas na “*Várias*” também se procurou destacar suas características e atuação de seus principais atores políticos.

Já relacionado a temas ligados a economia e política externa, além de contribuir com valiosas críticas referentes à situação econômica do Brasil e demais países Latino-Americanos, San Tiago Dantas também destacou em muitas edições da “*Várias*” o seu incondicional apoio ao nacional-desenvolvimentismo. Tornando o *Jornal do Commercio* um dos muitos veículos de imprensa que defendiam um dos principais pilares de governo de Juscelino Kubistchek, San Tiago Dantas não somente destacou a importância do programa, como indicaria constantemente sugestões para o avanço do programa.

Por fim, outra questão defendida fervorosamente por San Tiago Dantas a legalidade democrática, se destacaria por todos os artigos analisados como um dos temas mais abordados na “*Várias*”. Confirmando o clima de constante instabilidade do governo Juscelino Kubistchek, a posição reafirmada tanto em momentos de crise política quanto em momentos de pequena estabilidade, se destacaria através da coluna

por muitas vezes na forma de críticas veementes e precisas, sobretudo aos principais atores políticos interessados no desmantelamento do regime democrático vigente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de *et al.* Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2001.

ABREU, Alzira Alves e LATTMAN- WELTTMAN, Fernando. Fechando o cerco: a imprensa e a crise de agosto de 1954. In: GOMES, Ângela de Castro (Org.). Vargas e a crise dos anos 50. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994. GOMES, Ângela de Castro (Org.). *Vargas e a crise dos anos 50*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

ABREU, Alzira Alves. Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB). In: Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. O Brasil de J.K: imprensa. In Centro de Pesquisa e Documentação Contemporânea (CPDOC) (org). Dossiê o governo Juscelino Kubitschek. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2002. Ver mais em: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/JK/artigos/Sociedade/Imprensa>. Acessado em 7 de agosto de 2015.

_____. Na presidência da República: A imprensa e seu papel na queda de João Goulart. In LEITE, Celia Maria e SILVA, Suely Braga de (org). A trajetória de João Goulart. Rio de Janeiro: CPDOC Fundação Getúlio Vargas, 2004. Ver mais em: https://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/A_imprensa_e_seu_papel_na_queda_de_Goulart. Acessado em 7 de agosto de 2015.

AZEVEDO, Fernando Antônio. Mídia e democracia no Brasil: relações entre o sistema de mídia e o sistema político. *Opinião Pública*, Campinas, v. 12, n. 1, maio 2007.

BENEVIDES, Maria Victória de Mesquita. O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. A UDN e o udenismo: ambiguidades do liberalismo brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flavia. Liberdade de imprensa: margens e definições para a democracia durante o governo Juscelino Kubitschek (1956-1960). **Revista Brasileira de História**, São Paulo, V. 24, nº 47, p. 213-40, 2004.

COSTA, Marcelo Timóteo. Operação Cavalo de Tróia: a Ação Católica Brasileira e as experiências da Juventude Estudantil Católica (JEC) e da Juventude Universitária Católica (JUC) In: Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

CARLONI, Karla Guilherme. A esquerda militar no Brasil (1955-1964) In: Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

CUNHA, Luis Antônio. **Casa Do Estudante Do Brasil** In: ABREU, Alzira Alves de *et al.* Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2001.

CHACON, Vamireh. História dos partidos políticos brasileiros, 2ª edição. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1985.

DANTAS, Francisco Clementino de San. Ideias e rumos para a revolução brasileira. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1963.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. Nacionalismo como projeto de nação: a Frente Parlamentar Nacionalista (1956-1964) In. Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

_____. Partidos políticos e frentes parlamentares: projetos, desafios e conflitos na democracia. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática de democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3º edição, 2010.

DUTRA, Pedro. San Tiago Dantas: a Razão vencida. São Paulo: Editora Singular, 2014.

_____. A razão vencida. In. MOREIRA, Marcilio, NISKIER, Arnaldo, REIS, Aldacir (org). Atualidade de San Tiago Dantas. São Paulo: Lettera.doc, 2005.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do Progresso. In MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

GOMES, Ângela de Castro. Partido Trabalhista Brasileiro (1945-1965): getulismo, trabalhismo, nacionalismo e reformas de base. In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

FERREIRA, Jorge. Crise na República: 1954, 1955 e 1961. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática de democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3º edição, 2010.

GRYNSZPAN, Mario e DEZENOME, Marcus. As esquerdas e a descoberta do campo brasileiro: Ligas Camponesas, comunistas e católicos (1950-1964) In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

HIPÓLITO, Lúcia. PSD de raposas e reformistas e a experiência democrática brasileira. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 1985.

KORNIS, Mônica. **Ação Católica Brasileira**. In. ABREU, Alzira Alves de *et al*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Pós-1930. Rio de Janeiro, CPDOC/FGV, 2001.

LAURENZA, Ana Maria de Abreu. Batalhas em letra de forma: Chatô, Wainer e Lacerda. In MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013.

LESSA, Renato. A invenção Republicana: Campos Sales as bases e a decadência da Primeira República brasileira. Rio de Janeiro: Topbooks 2º edição, 1999.

LIMA JUNIOR, Olavo Brasil de. Os Partidos Políticos Brasileiros – A Experiência Federal e Regional: 1945/64. Rio de Janeiro, Graal, 1983.

- LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na metade do século XX. In MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MARTINS, Ana Luiza. Imprensa em tempos de império. In MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MARTINS FILHO, João Roberto. Forças Armadas, 1945-1964. In: O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- MONTENEGRO, Antonio Torres. Ligas Camponesas e sindicatos rurais em tempo de Revolução. In: O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos J.K: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.
- MOREL, Marco. Os primeiros passos da palavra imprensa. In MARTINS, Ana Luiza e LUCA, Tania Regina de. História da Imprensa no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 2013.
- MOREIRA, Marcílio Marques. *San Tiago Dantas*. Perfis parlamentares, 21. Brasília: Câmara dos Deputados, 1983
- NAPOLITANO, Marcos. Forjando a revolução, remodelando o mercado: arte engajada no Brasil (1956-1958). In FERREIRA, Jorge & AARÃO, Daniel (Org.). *As esquerdas no Brasil*. Nacionalismo e reformismo radical (1945- 1964), volume 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
- NEGRO, Antonio Luigi e SILVA, Fernando Teixeira. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática de democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3º edição, 2010.
- NICOLAU, Jairo Marconi. Eleições no Brasil: do império aos dias atuais. Rio de Janeiro. Zahar, 2012.
- ONOFRE, Gabriel da Fonseca. Em busca da esquerda esquecida: San Tiago Dantas e a Frente Progressista. 2012. Dissertação de mestrado em História, Política e Bens Culturais- CPDOC/ FGV, 2012.
- PICALUGA, Izabel Fontinelle. Partidos políticos e classes sociais: a UDN na Guanabara. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.
- PORTO, Walter Costa. Dicionário do voto 3º edição. Rio de Janeiro. Lexikon, 2012.
- RIBEIRO, Ana Paula Goulart. Jornalismo, literatura e política: a modernização da imprensa carioca nos anos 1950. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n° 31, 2003, p. 147-160
- SOUZA, Maria do Carmo Campello de. Estado e Partidos Políticos no Brasil: 1930-1964. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1990, 3º edição.

SANTANA, Marco Aurélio. Bravos companheiros: a aliança comunista-trabalhista no sindicalismo brasileiro. (1945-1964). In. Nacionalismo e Reformismo Radical: 1945-1964, organizado por Jorge Ferreira e Daniel Aarão Reis. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2007.

SILVA, Fernando Teixeira da; NEGRO, Antonio Luigi. Trabalhadores, sindicatos e política (1945-1964). In: O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964, organizado por Jorge Ferreira e Lucilia Delgado. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2010.

SODRÉ, Nelson Werneck. História da imprensa no Brasil. 4º edição. Rio de Janeiro: Mauad, 1999.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio a Castelo (1930-1964)* 14º edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2007.

VIZENTINI, Paulo G. Fagundes. Do nacional desenvolvimentismo à Política Externa Independente. In Ferreira, Jorge e Delgado, Lucilia de Almeida Neves (Org.). O Brasil Republicano: o tempo da experiência democrática de democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 3º edição, 2010.

VEADO, Virgílio Horácio de Castro. Janelas para o destino: imprensa e poder. Belo Horizonte: Labor, 2004.

FONTES CONSULTADAS

Correio da Manhã

Correio da manhã, 4 de fevereiro de 1964, 1º caderno, p. 8.

Jornal do Brasil

Jornal do Brasil, 11 de setembro de 1964, 1º caderno, p. 3

Jornal do Commercio.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 25 e 26 de março de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 29 de março de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 18 de abril de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 4 de maio de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 17 de maio de 1957, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 26 de maio de 1957, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 2 de junho de 1957, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 6 de junho de 1957, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 8 de junho de 1957, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 13 de julho de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 4 de agosto de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 21 de agosto de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 23 de agosto de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 29 de agosto de 1957, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 5 de janeiro de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 10 de janeiro de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 7 de março de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 31 de maio 1958, 1º caderno, p.4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 20 de julho de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 3 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 12 de outubro de 1958, 1º caderno, p. 4.

Jornal do Commercio, “Várias Notícias”, 22 de fevereiro de 1958, 1º caderno, p. 4.

ANEXOS

- 1- Tabela 1 com dados gerais com a relação de dados da população e votantes nas eleições de 1958.
- 2- Tabela com a relação aos candidatos eleitos aos cargos de Governador e Vice Governador, nas eleições de 1958.
- 3- Tabela com a relação com relação à representação partidária aos candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958.
- 4- Tabela III com a relação de candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.
- 5- Tabela IV com a relação de candidatos suplentes ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.
- 6- Tabela I com a representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.
- 7- Tabela II com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.
- 8- Tabela III com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.
- 9- Quadro comparativo com a representação partidária nas eleições de 1954 e 1958, referentes à Câmara Federal.
- 10- Tabela com a representação partidária na Assembleia Legislativa nas eleições de 1958, com retificações.

Anexo 1: Tabela 1 com dados gerais com a relação de dados da população e votantes nas eleições de 1958.

I — POPULAÇÃO E ELEITORADO — ELEITORADO E VOTANTES

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO EM 1958	ELEITORADO		COMPARECIMENTO	
		NÚMEROS ABSOLUTOS	% SOBRE A POPU- LAÇÃO	NÚMEROS ABSOLUTOS	% SOBRE ELEI- TORADO
Amazonas.....	601.915	88.712	14,758	78.565	88,561
Pará.....	1.317.758	271.374	20,893	232.506	85,677
Maranhão.....	1.937.622	278.094	14,362	233.955	80,532
Piauí.....	1.277.445	232.568	18,190	211.548	90,954
Ceará.....	3.313.927	656.716	19,816	569.064	86,632
Rio Grande do Norte.....	1.168.361	239.523	19,644	196.011	85,399
Paraná.....	1.995.375	291.120	14,604	262.228	90,075
Pernambuco.....	4.106.716	614.537	14,964	549.670	89,444
Alagoas.....	1.225.992	134.959	11,026	124.609	92,531
Sergipe.....	741.578	145.303	19,899	123.737	85,157
Bahia.....	5.736.158	920.249	16,042	826.087	89,767
Espeito Santo.....	964.546	235.055	24,166	221.045	94,847
Rio de Janeiro.....	2.742.225	790.762	28,835	729.781	92,288
São Paulo.....	11.115.377	2.856.751	25,691	2.702.012	94,616
Paraná.....	3.313.947	684.881	20,666	625.854	91,581
Santa Catarina.....	1.951.162	524.109	26,724	494.052	94,265
Rio Grande do Sul.....	5.007.544	1.274.344	25,448	1.214.094	95,272
Minas Gerais.....	8.641.654	2.036.003	23,560	1.888.027	92,732
Goiás.....	1.652.254	326.976	19,670	291.409	89,122
Mato Grosso.....	622.089	177.004	28,453	153.851	86,919
Distrito Federal.....	3.030.619	977.839	32,266	927.582	94,860
Território do Acre.....	154.265	14.941	9,685	13.619	91,151
Território do Amapá.....	58.769	7.718	13,132	6.869	88,999
Território do Rio Branco.....	25.106	5.998	23,890	5.627	93,814
Território de Roraima.....	57.908	8.126	14,032	7.395	91,004
TOTAL.....	63.101.627	13.780.460	21,838	12.678.997	92,007

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 2: Tabela com relação aos candidatos eleitos aos cargos de Governador e Vice-Governador nas eleições de 1958.

CANDIDATOS ELEITOS E RESPECTIVA VOTAÇÃO

1958

1 — GOVERNADOR

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VOTOS			CANDIDATOS ELEITOS	PARTIDO PELO QUAL FOI ELEITO	VOTAÇÃO OBTIDA
	APURADOS *	NULOS	TOTAL			
Amazonas **	75.760	2.805	78.665	Gilberto Mestrinho de Medeiros Raposo	PTB-PST-PSB	37.241
Piauí	204.659	6.689	211.548	Francisco das Chagas Caldas Rodrigues	UDN-PTB	101.525
Ceará	555.266	15.798	569.064	José Parsifal Barroso	PSD-PTB-PRP	279.449
Pernambuco	536.487	13.183	549.670	Cid Peijó Sampaio	UDN-PTB-PSP-PTN-PSB	309.631
Sergipe	119.704	4.033	123.737	Luiz Garcia	UDN	56.837
Bahia	795.587	30.700	826.087	Juracy Montenegro Magalhães	UDN	360.746
Espírito Santo	217.429	3.616	221.045	Carlos Fernandes Monteiro Lindenberg	PSD-PSP	97.624
Rio de Janeiro	708.776	21.005	729.781	Roberto Teixeira da Silveira	PTB-PDC-UDN-PSB	376.949
São Paulo	2.633.834	68.178	2.702.012	Carlos Alberto Alves de Carvalho Pinto	PDC-UDN-PTN-PR-PSB	1.312.017
Goiás	283.060	8.349	291.409	José Feliciano Ferreres	PSD	151.565
Rio Grande do Sul **	1.194.240	19.854	1.214.094	Leonel de Moura Brizola	PTB	670.003
	7.324.602	192.210	7.516.812			3.765.587

2 — VICE-GOVERNADOR

Piauí	204.846	6.503	211.548	Tibério Barbosa Nunes	UDN-PTB	96.440
Ceará	555.045	14.019	569.064	Wilson Gonçalves	PSD-PTB-PRP	267.157
Pernambuco	533.330	16.340	549.670	Pelopidas Silveira	PTB-UDN-PSP-PTN-PSB	277.210
Sergipe	120.813	2.924	123.737	Dionísio de Araújo Machado	UDN	54.191
Bahia **	805.073	21.014	826.087	Orlando Mossoso Barreto de Araújo	PSD-PTB-PR	245.816
Espírito Santo	217.369	3.676	221.045	Raul Guiberti	PSD-PSP	96.986
Rio de Janeiro	713.219	16.562	729.781	Celso Peçanha	PSD-PRP-PST	299.679
São Paulo	2.639.757	62.255	2.702.012	José Porfirio da Paz	PSP	880.045
Goiás	283.286	8.123	291.409	João d'Abreu	PSD-PSP	145.242
TOTAL	6.072.737	151.416	6.224.153			2.362.766

* — Inclusive votos em branco; ** — Não há o cargo de Vice-Governador; *** — Eleições Suplementares em 22.3.959

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 3: Tabela 1 com relação a representação partidária e relação de candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958.

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA
DADOS FORNECIDOS PELO SENADO FEDERAL
1958

CIRCUNSCRIÇÕES	PSD	PTB	UDN	PR	PSP	PTN	PSB	PL	PRP	PST	PDC	PRT	NOMES
Amazonas:.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Vivaldo Paula Lima Filho
Pará.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Alexandre Zacarias de Assunção
Maranhão.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Eugenio de Barros
Piauí:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Joaquim Santos Parente
Ceará:.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Francisco de Menezes Pimentel
R. G. do Norte:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Jeronimo Dix Huit Rosado Maia
Paraíba:.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Ruy Carneiro:..
Pernambuco:.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Antonio de Barros Carvalho
Alagoas:.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Silvestre Pericles de Góis Monteiro
Sergipe:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Heribaldo Vieira
Bahia.....	—	—	—	—	—	—	—	1	—	—	—	—	Octavio Mangabeira
Esp. Santo.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Jefferson de Aguiar
Rio de Janeiro.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Miguel Couto Filho
São Paulo:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Padre Benedito Mario Calazans
Paraná:.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Abilon de Souza Neves
Sta. Catarina:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Irineu Bornhausen
R. G. do Sul:.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Guido Mendim
Minas Gerais.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Milton Campos
Goiás:.....	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Taciano de Melo
Mato Grosso:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Fernando Correa da Costa
Dist. Federal:.....	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	Afonso Arinos de Melo Franco
TOTAL.....	6	6	8	—	—	—	—	1	—	—	—	—	21 Senadores

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 4: Tabela 3 com a relação de candidatos eleitos ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.

III - CANDIDATOS ELEITOS - 1958
SENADORES
(Dados extraídos das atas enviadas pelos TT. RR. EE.)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VOTOS			CANDIDATO ELEITO	PARTIDO PELO QUAL FOI ELEITO	VOTAÇÃO OBTIDA
	APURADOS *	NULOS	TOTAL			
Amazonas.....	76.386	2.179	78.565	Vivaldo de Paula Lima Filho.....	P. T. B.....	37.065
Pará.....	222.835	9.671	232.506	Alexandre Zacarias de Assumpção	P.T.B.—P.S.P.—P.S.B.—P.R.....	112.729
Maranhão.....	212.686	11.269	223.955	Eugênio de Barros.....	P.S.D.....	106.908
Piauí.....	200.562	10.786	211.348	Joaquim Santos Parente.....	U.D.N.—P.T.B.....	105.697
Ceará.....	554.856	14.208	569.064	Francisco de Menezes Pimentel...	P.S.D.—P.T.B.....	266.692
Rio Grande do Norte...	185.783	10.228	196.011	Jerônimo Dix-Huit Rosado Maia...	U.D.N. — P.R.....	84.264
Paraíba.....	255.228	7.000	262.228	Ruy Carneiro.....	P.S.D.....	134.179
Pernambuco.....	534.426	15.244	549.670	Antonio de Barros Carvalho.....	P.T.B.—U.D.N.—P.S.P.—P.T.N.— P.S.B.....	264.399
Alagoas.....	116.396	8.213	124.609	Silvestre Pericles de Góis Monteiro	P.S.T.....	51.816
Sergipe.....	121.373	2.364	123.737	Heribaldo Dantas Vieira.....	U.D.N.....	55.999
Bahia.....	805.479	20.608	826.087	Octavio Mangabeira.....	U.D.N.—P.L.....	405.426
Espírito Santo.....	214.801	6.244	221.045	Jefferson de Aguiar.....	P.S.D.....	87.921
Rio de Janeiro.....	700.407	29.374	729.781	Miguel Couto Filho.....	P.T.B.—P.D.C.—P.S.B.—P.T.N.— U.D.N.....	281.883
São Paulo.....	2.645.292	56.720	2.702.012	Padre Benedito Mario Calazans...	U.D.N.—P.R.....	982.536
Paraná.....	589.370	35.484	625.854	Abilon de Souza Naves.....	P.T.B.....	291.200
Santa Catarina.....	481.712	12.340	494.052	Irineu Bornhausen.....	U.D.N.....	216.774
Rio Grande do Sul.....	1.181.387	32.707	1.214.094	Guido Fernando Mondim.....	P.T.B.—P.R.P.....	617.385
Minas Gerais.....	1.721.150	166.877	1.888.027	Milton Soares Campos.....	U.D.N.....	870.624
Goiás.....	283.853	7.556	291.409	Taciano Gomes de Melo.....	P.S.D.....	129.818
Mato Grosso.....	149.372	4.479	153.851	Fernando Corrêa da Costa.....	U.D.N.....	73.801
Distrito Federal.....	887.533	40.049	927.582	Afonso Arinos de Melo Franco...	U.D.N.....	397.466
TOTAL.....	12.140.887	504.600	12.645.487	5.480.482

* Inclusive votos em branco.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 5: Tabela IV com a relação de candidatos suplentes ao Senado Federal nas eleições de 1958, com retificações.

IV - CANDIDATOS ELEITOS — 1958

SUPLENTE DE SENADORES

(Dados extraídos das atas enviadas pelos TT. RR. EE.)

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	VOTOS			CANDIDATO ELEITO	PARTIDO PELO QUAL FOI ELEITO	VOTAÇÃO OBTIDA
	APURADOS *	NULOS	TOTAL			
Amazonas.....	76.658	1.907	78.565	Josué Claudio de Souza.....	P.T.B.....	35.562
Pará.....	220.312	12.194	232.506	Antonio Pedro Martins Junior....	P.T.B.-P.S.P.-P.S.B.-P.R.....	75.346
Maranhão.....	212.486	11.469	223.955	Raimundo Publico Bandeira de Melo	P.S.D.....	95.350
Piauí.....	201.441	9.907	211.348	José Vitorino Correa.....	U.D.N.-P.T.B.....	97.654
Ceará.....	553.365	15.699	569.064	José Waldemar de Alcantara e Silva	P.S.D.-P.T.B.....	245.403
Rio Grande do Norte.....	187.330	8.681	196.011	José Bezerra de Araujo.....	U.D.N.-P.R.....	64.925
Paraíba.....	265.578	6.650	262.228	Salviano Leite Rolin.....	P.S.D.....	114.299
Pernambuco.....	531.905	17.765	549.670	Antonio Bezerra Baltar.....	P.T.B.-U.D.N.-P.S.P.-P.T.N.- P.S.B.....	255.629
Alagoas.....	111.082	13.527	124.609	Nelson Tenorio de Oliveira.....	P.S.T.....	42.222
Sergipe.....	121.440	2.297	123.737	Albino Silva da Fonseca.....	U.D.N.....	53.579
Bahia.....	807.192	18.895	826.087	Aloysio de Carvalho Filho.....	U.D.N.-P.L.....	299.415
Espírito Santo.....	201.899	19.146	221.045	Messias Lins de Oliveira Chaves..	P.S.D.....	76.271
Rio de Janeiro.....	701.297	28.484	729.781	Raymundo Bandeira Vaughan....	P.T.B.-P.D.C.....	227.326
São Paulo.....	2.610.477	91.535	2.702.012	Francisco Glicério de Freitas.....	U.D.N.-P.R.....	699.942
Paraná.....	453.365	192.499	625.864	Nelson Maculan.....	P.T.B.....	154.690
Santa Catarina.....	484.497	9.555	494.052	Brasilino Cestino Oliveira.....	U.D.N.....	193.786
Rio Grande do Sul.....	1.193.583	20.511	1.214.094	Geraldo Guimarães Lindgren.....	P.T.B.-P.R.P.....	643.911
Minas Gerais.....	1.693.463	194.564	1.888.027	José de Farias Tavares.....	U.D.N.....	484.833
Goiás.....	284.276	7.133	291.409	Sócrates Marinho Diniz.....	P.S.D.....	120.895
Mato Grosso.....	148.864	4.987	153.851	Paulino Lopes da Costa.....	U.D.N.....	65.412
Distrito Federal.....	854.247	73.335	927.582	Venâncio Igrejas.....	U.D.N.....	299.765
TOTAL.....	11.884.747	760.740	12.645.487			4.146.211

* Inclusive os votos em branco.

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 6: Tabela I com a representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.

CÂMARA FEDERAL
I — REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA
Dados extraídos das atas enviadas pelos Tribunais Regionais

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUOCIENTE ELEITORAL	REPRESENTAÇÃO	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP	AL. E COL.
Amazonas.....	10 932	7	—	—	5	—	—	1	—	—	—	—	—	—	3
Pará.....	25 287	9	4	5	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Maranhão.....	22 088	10	6	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Piauí.....	29 508	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Ceará.....	51 066	18	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18
R. G. do Norte.....	27 684	7	4	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	3
Paraíba.....	25 561	11	5	—	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Pernambuco.....	24 595	22	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	22
Alagoas.....	15 630	9	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Sergipe.....	17 564	7	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	7
Bahia.....	29 974	27	—	9	2	—	5	—	—	—	—	—	1	—	10
Esp. Santo.....	31 337	7	3	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
R. Janeiro.....	42 190	17	6	4	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	6
São Paulo.....	60 345	44	—	4	5	—	1	1	—	—	—	—	4	—	29
Paraná.....	47 798	14	4	—	6	—	—	—	—	—	—	—	1	1	2
Santa Catarina.....	48 985	10	5	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
R. G. do Sul.....	50 108	24	7	—	14	—	—	—	2	—	—	—	—	1	—
Minas Gerais.....	47 588	39	18	8	5	—	8	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	35 582	8	5	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Mato Grosso.....	21 616	7	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	4
Distrito Federal.....	53 450	17	—	6	5	4	—	—	—	—	—	—	—	—	2
Acre.....	—	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amapá.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco.....	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Rondonia.....	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL:.....	—	326	69	45	46	7	14	2	2	—	—	—	6	2	135

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 7: Tabela II com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958.

II — REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

DADOS FORNECIDOS PELA CÂMARA FEDERAL

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	QUOCIENTE ELEITORAL	REPRESENTAÇÃO	PSD	UDN	PTB	PSP	PR	PST	PL	PTN	PRT	PSB	PDC	PRP
Amazonas.....	10 932	7	1	1	3	1	—	1	—	—	—	—	—	—
Pará.....	25 287	9	4	3	—	2	—	—	—	—	—	—	—	—
Maranhão.....	22 088	10	6	1	—	3	—	—	—	—	—	—	—	—
Piauí.....	29 508	7	2	3	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Ceará.....	31 066	18	5	6	2	3	1	—	—	—	1	—	—	—
R. G. do Norte.....	27 684	7	2	3	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco.....	23 561	11	5	4	2	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Pernambuco.....	24 595	22	10	3	6	—	—	—	1	—	—	1	1	—
Alagoas.....	13 630	9	2	2	2	2	—	—	—	—	—	1	—	—
Sergipe.....	17 364	7	2	4	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—
Bahia.....	29 974	27	10	8	3	—	5	—	—	—	—	—	1	—
Espirito Santo.....	31 337	7	3	1	2	—	—	—	—	—	—	—	—	1
Rio de Janeiro.....	42 190	17	6	4	4	1	—	—	—	—	—	2	—	—
São Paulo.....	60 345	44	11	4	5	6	1	1	—	7	1	4	4	—
Paraná.....	47 798	14	4	1	6	—	1	—	—	—	—	—	1	1
Santa Catarina.....	48 983	10	5	4	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
R. G. do Sul.....	50 108	24	7	—	14	—	—	—	2	—	—	—	—	1
Minas Gerais.....	47 588	39	18	8	5	—	8	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	35 582	8	5	1	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—
Mato Grosso.....	21 615	7	3	3	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Distrito Federal.....	53 460	17	1	6	5	4	—	—	—	—	—	1	—	—
Acre.....	—	2	1	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Amapá.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rondonia.....	—	1	—	—	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Branco.....	—	1	1	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
TOTAL.....		326	115	70	66	25	17	2	3	7	2	9	7	3

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 8: Tabela III com representação partidária referente à Câmara Federal nas eleições de 1958

III - LEGENDAS OBTIDAS PELOS PARTIDOS: 1958 Dados extraídos das atas enviadas pelos TT, RR, EE.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PSD	PTB	UDN	PBP	PR	PTN	PSB	PDC	PL	PRP	PRT	PST	ALLIANÇAS
Amazonas.....	—	20.000	—	—	—	—	—	—	—	—	—	11.400	32.033
Pará.....	01.642	21.954	57.421	—	—	—	—	—	—	—	—	—	30.050
Maranhão.....	122.880	23	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	00.104
Piauí.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	00.983
													97.215
Ceará.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	272.223
													200.173
Rio Grande do Norte.....	93.777	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	87.854
Paraíba.....	100.808	—	—	47.200	—	—	—	—	—	—	—	44	80.707
Pernambuco.....	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	307.070
													205.910
Alagoas.....	—	—	28.880	—	—	—	—	—	—	—	—	—	47.709
													30.959
Sergipe.....	—	13.203	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	58.434
													42.241
Bahia.....	—	02.730	241.351	—	143.070	—	—	32.580	—	—	—	—	275.247
Espírito Santo.....	80.036	54.070	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	55.034
Rio de Janeiro.....	220.725	—	149.419	50.001	—	—	—	—	—	—	—	—	213.015
São Paulo.....	—	250.275	228.054	—	63.007	—	—	191.585	—	50.554	—	03.853	807.271
													540.302
Paraná.....	143.044	222.784	—	—	—	—	—	02.103	—	50.103	—	—	85.509
Santa Catarina.....	211.770	53.820	105.511	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Rio Grande do Sul.....	288.237	602.025	40.182	1.004	—	—	—	20.835	120.012	03.032	—	—	—
Minas Gerais.....	701.281	218.074	352.040	—	375.243	—	—	—	—	—	—	—	—
Goiás.....	143.047	30.114	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	70.331
Mato Grosso.....	—	—	00.201	—	—	—	—	—	—	—	—	—	77.454
Distrito Federal.....	—	252.568	279.330	183.202	—	—	—	6.472	—	—	—	10.050	131.324
Território do Acre.....	0.155	5.475	1.413	313	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Território do Amapá.....	3.771	3.013	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—
Território do Rio Branco.....	—	—	—	—	—	2.302	—	—	—	—	—	—	3.224
Território de Rondonia.....	—	3.000	—	3.171	—	—	—	—	44	—	—	—	495
TOTAL.....	2.200.040	1.830.621	1.644.314	201.701	583.220	2.302	—	313.635	120.956	179.589	—	115.305	4.140.055

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 9: Quadro comparativo da representação partidária nas eleições de 1954 e 1958, referentes à Câmara Federal.

CÂMARA FEDERAL								
LEGENDAS PARTIDÁRIAS — Diferença percentual entre as Eleições de 1954 — 1958								
1954				1958				
Eleitorado..... 15 104 604				Eleitorado..... 13 780 460				
Votantes..... 9 890 475				Votantes..... 12 678 997				
PARTIDOS	LEGENDAS		1954		1958		DIFERENÇA VERIFICADA ENTRE OS DOIS PERÍODOS	
	1954	1958	% sobre o ELEITORADO	% sobre os VOTANTES	% sobre os ELEITORADO	% sobre o VOTANTES	% sobre o ELEITORADO	% sobre os VOTANTES
Partido Social Democrático....	2 136 220	2 296 640	14,14	21,60	16,67	18,11	+ 2,53	— 3,49
Partido Trabalhista Brasileiro..	1 447 784	1 830 621	9,68	14,64	13,28	14,44	+ 3,70	— 0,20
União Democrática Nacional...	1 318 101	1 644 314	8,73	13,33	11,93	12,97	+ 3,20	— 0,36
Partido Social Progressista.....	863 401	291 761	5,72	8,73	2,12	2,30	— 3,60	— 6,43
Partido Republicano.....	246 487	583 220	1,63	2,49	4,23	4,60	+ 2,60	+ 2,11
Partido Trabalhista Nacional...	190 839	2 302	1,26	1,93	0,01	0,02	— 1,25	— 1,91
Partido Socialista Brasileiro....	136 329	—	0,90	1,38	—	—	—	—
Partido Democrata Cristão.....	117 345	313 635	0,78	1,19	2,28	2,47	+ 1,50	+ 1,28
Partido Libertador.....	114 665	120 956	0,76	1,16	0,88	0,95	+ 0,12	— 0,21
Partido de Representação Popu- lar.....	70 346	179 589	0,47	0,71	1,30	1,42	+ 0,85	+ 0,71
Partido Republicano Trabalhista	65 325	—	0,43	0,66	—	—	—	—
Partido Social Trabalhista.....	32 440	115 365	0,21	0,33	0,84	0,91	+ 0,63	+ 0,58
Alianças.....	2 496 501	4 140 655	16,62	25,24	30,05	32,66	+ 13,53	+ 7,42
SOMA DAS LEGENDAS...	9.235 783	11 519 058	61,15	93,38	83,59	90,85	+ 22,44	— 2,53
VOTOS EM BRANCO.....	468 686	949 410	3,10	4,74	6,89	7,49	+ 3,79	+ 2,75
VOTOS NULOS.....	186 006	210 529	1,23	1,88	1,53	1,66	+ 0,30	— 0,22
TOTAL GERAL..	9 890 475	12 678 997	65,47	100,00	92,01	100,00	+ 26,54	0

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.

Anexo 10: Tabela com a representação partidária na Assembleia Legislativa nas eleições de 1958, com retificações.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
1958
Legendas obtidas pelos partidos: Dados extraídos das atas enviadas pelos TT. RR. FF.

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	PSD	PTB	UDN	PSP	PR	PTN	PSB	PDC	PL	PRP	PRT	PST	ALIANÇAS
Amazonas.....	12.349	22.342	7.021	9.238	—	—	3.047	3.595	2.251	1.802	—	11.570	—
Pará.....	84.056	32.530	33.307	—	14.182	—	—	—	—	—	—	—	49.635
Maranhão.....	109.065	23.041	—	—	—	3.100	972	—	—	—	—	—	76.788
Piauí.....	80.592	45.008	53.792	—	—	—	—	—	—	—	—	—	18.076
Ceará.....	158.892	89.092	149.534	82.101	—	—	—	—	—	13.523	54.909	—	—
Rio Grande do Norte.....	66.786	17.220	—	5.155	—	—	—	—	—	—	—	—	80.758
Paraíba.....	103.884	—	—	41.558	10.818	—	21.904	—	—	4.093	—	—	14.641
Pernambuco *.....	130.373	99.524	58.072	20.948	19.032	13.241	14.963	21.488	—	10.760	75.017	58.236	67.490
Alagoas.....	—	—	26.377	45.987	—	—	—	—	—	—	—	—	32.255
Sergipe.....	—	11.328	50.354	6.055	20.494	—	—	—	—	777	—	—	14.346
Bahia **.....	237.164	50.895	144.107	24.908	122.019	36.020	10.061	41.160	45.344	25.123	—	—	24.818
Espírito Santo.....	67.545	49.556	51.561	33.112	—	—	—	8.077	—	17.640	—	—	—
Rio de Janeiro.....	175.530	151.270	85.384	93.009	38.848	31.721	30.400	42.659	—	9.020	—	—	—
São Paulo.....	181.702	165.012	239.041	411.510	187.157	276.004	109.446	305.603	55.947	140.274	154.900	177.875	—
Paraná.....	211.539	155.473	—	58.727	—	—	—	44.198	—	—	—	—	88.789
Santa Catarina.....	165.116	65.836	179.283	22.054	—	—	—	12.874	6.834	18.314	—	—	23.712
Rio Grande do Sul.....	272.779	480.896	67.726	55.466	22.595	—	—	39.103	145.441	71.958	—	—	—
Minas Gerais.....	535.254	294.884	290.718	126.301	378.727	84.801	—	49.818	—	34.077	—	—	—
Goiás.....	137.167	34.074	—	—	—	—	—	—	—	—	—	—	83.320
Mato Grosso.....	50.400	20.599	55.462	9.713	—	—	—	—	—	950	—	—	7.807
Distrito Federal ***.....	118.517	113.378	124.753	91.099	67.575	54.033	62.269	44.508	62.120	23.769	65.459	37.431	—
TOTAL.....	2.809.910	1.885.037	1.568.052	1.138.711	982.017	500.470	322.060	604.020	317.077	373.080	350.375	325.024	582.465

* — Eleições Suplementares em 14.12.658
 ** — Eleições Suplementares em 22. 3. 659
 *** — Câmara de Vereadores

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral, Dados Estatísticos, vol 4.